DF DIÁRIO OFICIAL

Brasília, 23 de maio de 1988

ANO XII — Nº95

SUMÁRIO

ATOS DO GOVERNADOR 1

GABINETE CIVIL 3

SECRETARIA DO GOVERNO 3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO . 10

SECRETARIA DE FINANÇAS .....

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 10

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS 11

SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS 11

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA 11

SECRETARIA DA CULTURA 12

SECRETARIA DO TRABALHO 12

ATAS, CONTRATOS, CONVÊNIOS E BALANÇOS 12

EDITAIS, AVISOS E DECLARAÇÕES 25

ATOS DO GOVERNADOR

DECRETO Nº 11.109, DE 20 DE MAIO DE 1988

Regulamenta a designação de Bombeiro-Militar da Reserva Remunerada do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal para o serviço ativo.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960 e, tendo em vista o disposto no Parágrafo único do artigo 9º do Estatuto dos Bombeiros-Militares do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, aprovado pela Lei nº 7.479, de 02 de junho de 1986, e considerando o que consta do Processo nº 053.000.070/88,

DECRETA:

Art. 1º — Os bombeiros-militares da reserva remunerada, além da convocação compulsória, poderão ser, excepcionalmente, designados para o serviço ativo da Corporação, em caráter transitório, e mediante aceitação voluntária, para servirem como assessores, instrutores e professores da Academia de Bombeiro-Militar.

Parágrafo único — A designação na forma deste artigo só poderá ser efetuada se o bombeiro-militar for julgado apto em inspeção de saúde realizada na Corporação.

Art. 2º — O prazo para a permanência do bombeiro-militar na situação de designado para o serviço ativo será de mínimo 06 (seis) meses e, no máximo, 03 (três) anos.

Parágrafo único — Em caráter excepcional, o prazo máximo previsto neste artigo poderá ser prorrogado em até 02 (dois) períodos de 03 (três) anos cada, nos casos a que se refere o artigo anterior.

Art. 3º — O bombeiro-militar da reserva remunerada designado para o serviço ativo será considerado em exercício de funções de natureza bombeiro-militar.

Art. 4º — A designação de bombeiro-militar da reserva remunerada para o serviço ativo será feita de acordo com o estabelecido no Estatuto dos Bombeiros Militares da Corporação.

Art. 5º — O bombeiro-militar da reserva remunerada, convocado ou designado para o serviço ativo, fará jus:

I — à remuneração da ativa de seu posto ou graduação, a partir da data de sua apresentação, deixando de perceber a remuneração da inatividade; e

II — a um auxílio para aquisição de uniformes, por ocasião da sua apresentação, correspondente ao valor do soldo do seu posto ou graduação.

Parágrafo único — A remuneração de que trata o inciso I deste artigo será calculada sobre o soldo do posto ou graduação que o miiitar possuia na ativa, conservando-se os acréscimos de tempo de serviço e as quotas de Indenização de Compensação Orgânica já computadas no momento da passagem à situação de inatividade.

Art. 6º — O bombeiro-militar que, em virtude da aplicação deste Decreto, venha a fazer jus, mensalmente, a uma remuneração, na ativa, inferior à que estaria recebendo na inatividade, terá direito a um complemento igual à diferença entre esses dois valores.

Parágrafo único — Sempre que forem criadas ou suprimidas indenizações ou gratificações, ou alterados os percentuais das gratificações ou indenizações existentes, o valor da diferença será recalculado.

Art. 7º — O bombeiro-militar da reserva remunerada, designado para o serviço ativo, não concorre:

I — às promoções previstas para o pessoal de carreira da ativa; e

II — às substituições temporárias.

Art. 8º — A critério do Comandante-Geral, o bombeiro-militar convocado ou designado para o serviço ativo poderá concorrer às escalas de serviços ou de outra natureza.

Art. 9º — O bombeiro-militar da reserva remunerada designado para o serviço ativo será dele dispensado:

I — a pedido;

II — ex-officio:

a) por conclusão do prazo a que se obrigou a servir na ativa ou aceitar a designação;

b) por terem cessados os motivos de sua designação para o serviço ativo ou por interesse da Administração, a qualquer tempo;

c) por ter sido julgado incapaz para o serviço em inspeção de saúde realizada pela Junta de Inspeção de Saúde, no decorrer do prazo a que se obrigou a servir na ativa.

Art. 10 — O ato da convocação, designação ou de dispensa de que trata o presente Decreto, é da competência do Comandante-Geral da Corporação, mediante proposta do Diretor de Pessoal.

Art. 11 — O bombeiro-militar de que trata este Decreto ao retornar à inatividade, terá sua remuneração recalculada na forma do disposto na Lei de Remuneração dos Bombeiros-Militares da Corporação.

Art. 12 — O tempo passado dia-a-dia na Corporação pelo bombeiro-militar da reserva remunerada, convocado ou designado para o serviço ativo, será computado como tempo de efetivo serviço na forma estabelecida no Estatuto dos Bombeiros-Militares.

Art. 13 — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de maio de 1988
100º da República e 29º de Brasília

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA
Governador do Distrito Federal

JOÃO MANOEL SIMCH BROCHADO

DECRETO Nº 11.110, DE 20 DE MAIO DE 1988

Altera tarifa de táxis do Distrito Federal e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que consta do processo nº 030.005.754/88,

DECRETA:

Art. 1º — O Serviço de Táxis do Distrito Federal será realizado mediante cobrança das seguintes tarifas:

TÁXI MIRIM E CONVENCIONAL

1 — Bandeira I — uso:
das 06:00 às 22:00 horas

Bandeirada ..... Cz$ 120,00
Quilômetro Rodado ..... Cz$ 66,00

DIÁRIO OFICIAL

Brasília, 23 de maio de 1988

Hora Parada ..... Cz$ 476,00

2 — Bandeira II — Uso:

nos dias úteis, das 22:00 às 06:00 horas;

nas corridas para o Aeroporto;

aos sábados, a partir das 12:00 horas;

aos domingos e feriados;

em estradas e vias não-pavimentadas, onde houver sinalização permitindo o uso desta Bandeirada; e transportando mais de 03 (três) passageiros, em qualquer dia e horário.

Bandeirada ..... Cz$ 120,00

Quilômetro Rodado ..... Cz$ 86,00

Hora Parada ..... Cz$ 619,00

Parágrafo Único — Para efeito deste artigo, não serão consideradas como passageiros crianças menores de 07 (sete) anos.

Art. 2º — Por volume, transportado no porta-malas cujas dimensões excedam 60x40x20 cm, o passageiro pagará Cz$ 30,00

Parágrafo Único — O pagamento a que se refere este artigo será devido também pelo transporte de malas, caixas ou sacos de viagem, à razão de Cz$ 30,00

Art. 3º — É obrigatória a afixação da «Tabela de Tarifa», no vidro traseiro da lateral esquerda do veículo, com visibilidade interna, objetivando à conferência por parte do passageiro.

Parágrafo Único — O motorista é também obrigado a mostrar ao passageiro a sua própria «Tabela de Tarifa», independentemente de solicitado, após o término da corrida.

Art. 4º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogado o Decreto nº 11.040, de 15 de março de 1988, e demais disposições em contrário.

Brasília, 20 de maio de 1988
100º da República e 29º de Brasília

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA
Governador do Distrito Federal
Arlécio Alexandre Gazal
José Carlos Mello

DECRETO DE 20 DE MAIO DE 1988

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960 e, tendo em vista o que consta do Processo nº 054.003.064/88,

RESOLVE:

Conceder, nos termos do artigo 132, Parágrafo 1º, inciso II e Parágrafo 2º, da Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984, a Medalha instituída pelo Decreto nº 5.904, de 24 de fevereiro de 1906, alterado pelo Decreto nº 7.901, de 17 de março de 1910, aos seguintes policiais-militares da Polícia Militar do Distrito Federal:

a) MEDALHA DE OURO COM PASSADOR DE OURO E PRATA, por contarem mais de 30 (trinta) anos de bons serviços prestados::

Coronel QOPM ANÍBAL PACHECO DE SOUSA

Coronel QOPM JOAQUIM BARBOSA

Tenente-Coronel QOPM JAIR GOMES DE ASSUMPÇÃO

Primeiro-Tenente QOPM ALCINO PINTO CAVALCANTI

Subtenente PM DURVAL MARTINS SANTOS

Subtenente PM MANOEL NASCIMENTO DA PAIXÃO

Subtenente PM CARLOS DE OLIVEIRA DIAS

Subtenente PM RAIMUNDO GOMES DE CARVALHO

Subtenente PM WILMAR DA SILVA LEITE

Primeiro-Sargento PM AFONSO SOARES DO AMARAL

b) MEDALHA DE PRATA COM PASSADOR DE OURO, por contarem mais de 25 (vinte e cinco) anos de bons serviços prestados:

Primeiro-Tenente QOPME SEBASTIÃO NAVES MIRANDA

Subtenente PM MANOEL NASCIMENTO DA PAIXÃO

Cabo PM ALBERLINDO PINTO FILHO

c) MEDALHA DE PRATA COM PASSADOR DE PRATA, por contarem mais de 20 (vinte) anos de bons serviços prestados:

Major QOPM WILNEI ROBERTO KROHN

Major QOPM PEDRO COSTA MAGALHÃES

Major QOPM JOSÉ LAURENCE CIRINO ROCKEMBACH

Major QOPM ANIELLO OLYNTO GUIMARÃES GRECO

Capitão QOPM OSCAR ODILON DE SÃO JOSÉ

Primeiro-Tenente QOPME SEBASTIÃO NAVES MIRANDA

Primeiro-Tenente QOPMA JOÃO BATISTA DE CAMARGOS

Primeiro-Tenente QOPMA JOAQUIM ESPÍNDOLA ATAÍDES

Primeiro-Tenente QOPMA ROBERVAL RAINER DE ARAÚJO

Primeiro-Tenente QOPMA SEVERINO RAMOS BARBOSA

Segundo-Tenente QOPMA VALMIR BATISTA DE SOUZA

Segundo-Tenente QOPMA JOSÉ DA CONCEIÇÃO AZEVEDO

Subtenente PM MANOEL NASCIMENTO DA PAIXÃO

Primeiro-Sargento PM LEONDRES PEREIRA

Primeiro-Sargento PM GIVANILDO CHAVES ARANTES

Primeiro-Sargento PM GASPAR TOLENTINO DOS REIS

Primeiro-Sargento PM LINO BRITO FITAS

Primeiro-Sargento PM NEWTON DOS REIS VENÂNCIO

Primeiro-Sargento PM TRAJANO ANTÔNIO DA SILVA

Segundo-Sargento PM INÁCIO DA SILVA

Segundo-Sargento PM LEONIDAS MARTINS DE SOUSA

Segundo-Sargento PM JOSÉ HUGO DE FARIAS

Terceiro-Sargento PM JOSÉ ROCHA DE SOUZA

Terceiro-Sargento PM CELSO DA COSTA

Terceiro-Sargento PM AMAURI SUZANO

Cabo PM TITO SANTOS DE LIMA

Cabo PM PEDRO ALVES DA SILVA

CABO PM JOÃO DA SILVA FILHO

Cabo PM JAYME BISPO DE ALMEIDA

Cabo PM JOSÉ CARLOS CARRARA

Cabo PM JUAREZ DE ARRUDA MÁRMORI

Cabo PM ARAMI VIEIRA BORBA

Cabo PM ABADIO DUARTE CARDOSO

Cabo PM ANTÔNIO GILBERTO DA SILVA

Cabo PM VICENTE FERREIRA DE MOURA NETTO

Cabo PM OSVALDIR ANTÔNIO MAZOTTI

Soldado PM JOSÉ ARISTEU OSIK

d) MEDALHA DE BRONZE COM PASSADOR DE BRONZE, por contarem mais de 15 (quinze) anos de bons serviços prestados:

Capitão PM NIVALDO DANTAS DE CARVALHO

Capitão QOPM JOSÉ DE RIBAMAR RIBEIRO RODRIGUES

Capitão QOPM PAULO ROBERTO DE HOLANDA CAVALCANTI

Primeiro-Tenente QOPME SEBASTIÃO NAVES MIRANDA

Subtenente PM ANTÔNIO REINALDO FIGUEIRA

Subtenente PM MANOEL NASCIMENTO DA PAIXÃO

Segundo-Sargento PM JOAQUIM OLIVEIRA LIMA

Segundo-Sargento PM FLORENTINO JOSÉ TEOBALDO DOS REIS

Segundo-Sargento PM JOSÉ ODARCI BAZILIO PEIXOTO

Segundo-Sargento PM RAIMUNDO PAIXÃO ALMEIDA

Segundo-Sargento PM MAURÍLIO LIMA DIAS

Segundo-Sargento PM JURANDI SIMÕES DE LIMA

Segundo-Sargento PM OZAIR CARLOS RODRIGUES

Segundo-Sargento PM ANTÔNIO OLEGÁRIO DA SILVA

Segundo-Sargento PM ARNALDO PORTO

Segundo-Sargento PM ROMILDO ALVES DA SILVA

Segundo-Sargento PM AGILDO CARLOS LACERDA BITENCOURT

Segundo-Sargento PM JOÃO EVANGELISTA DO NASCIMENTO

Segundo-Sargento PM DEOCLIDES ALVES DE CASTRO

Terceiro-Sargento PM LUZINAN DIAS PEREIRA

Terceiro-Sargento PM AMAURI SUZANO

Terceiro-Sargento PM ALAÔR CÂNDIDO DE MELO

Terceiro-Sargento PM ILDEU ALVES DA SILVA

Terceiro-Sargento PM VALDIVINO RIBEIRO DA LUZ

Terceiro-Sargento PM FRANCISCO LIMA DA SILVA

Terceiro-Sargento PM JOÃO FERREIRA DOS SANTOS

Terceiro-Sargento PM MÁRIO RODRIGUES DA COSTA

Terceiro-Sargento PM JOSÉ AIRTON PEREIRA SOARES

Cabo PM FERNANDO DE ASSIS SILVA

Cabo PM HERALDO MOREIRA DE LIMA

Cabo PM FRANCELINO FORTUNATO CARDOSO

Cabo PM BENEDITO CARDOSO RIBEIRO

Cabo PM IDELMO ROBERTO DA SILVA

Cabo PM NILSON CAIXETA

Soldado PM VALDECI GONÇALVES DA CRUZ

Soldado PM PAULO GOMES BATISTA

Soldado PM LUIZ DE ARAÚJO NETO

Soldado PM JOSÉ TIBÉRIO DA COSTA

Soldado PM EURÍPEDES JOSÉ BARRETO

Soldado PM CLAUDIONOR BATISTA DA SILVA

Soldado PM JOSÉ GOMES DOS SANTOS

Soldado PM ÂNGELO CESAR RODEGUERI

Soldado PM LUIZ PEREIRA DA SILVA

Soldado PM VANTUIR GONÇALVES DE OLIVEIRA

Soldado PM JOAQUIM FELIPE FERREIRA

Soldado PM ANTÔNIO CARLOS PEREIRA

Soldado PM GERALDO ALVES NETO

Soldado PM IVALDO JOSÉ

DF DIÁRIO OFICIAL

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor Responsável:
Wanderley Diniz

Editor:
Antonio Castelo Branco

Conselho Diretor:
Cezar Bado — Clemente Luz — Moacir de Oliveira e Osvaldo Peralva

Telefones:

Redação: (direto) 225-7803
PABX: 225-6830 — Ramal 312

MATÉRIA PAGA:

Página Inteira ..... Cz$ 35.040,00
Centímetro de Coluna ..... Cz$ 292,00

CANAVARRO DO NASCIMENTO

e) MEDALHA DE BRONZE SEM PASSADOR, por contarem mais de 10 (dez) anos de bons serviços prestados:

Capitão QOPM JAZIEL LOURENÇO DA SILVA

Primeiro-Tenente QOPM GEORGE FELIPE DE LIMA DANTAS

Primeiro-Tenente QOPM FRANCISCO ELIAS ROCHA DE OLIVEIRA

Segundo-Sargento PM ARIOVALDO ALVES VILARINDO

Segundo-Sargento PM ANTÔNIO ALVES DE SOUZA

Terceiro-Sargento PM JOSÉ MARIA FERREIRA DA COSTA

Terceiro-Sargento PM JÚLIO TADEU LISBOA LIMA

Terceiro-Sargento PM JOSÉ RIBAMAR DE OLIVEIRA

Terceiro-Sargento PM MILTON ANUNCIAÇÃO GOMES

Terceiro-Sargento PM EDIVAL PIRES DE OLIVEIRA

Terceiro-Sargento PM ANTÔNIO REIS

Terceiro-Sargento PM ALMIR FRANCISCO RODRIGUES

Terceiro-Sargento PM ORLANDO BRITO LOPES

Terceiro-Sargento PM HELIS-NATAN SOARES CRUZ

Terceiro—Sargento PM DAVI LUSTOSA DE SOUZA

Cabo PM OSMAR JOSÉ DOS PASSOS

Cabo PM JOÃO RODRIGUES DE CASTRO

Cabo PM JOANES DE SOUZA OLIVEIRA

Cabo PM ALTAMIRO VITORIANO

Cabo PM SÉRGIO BARBOSA GOMES

Cabo PM PAULO MIGUEL DE SOUZA MATOS

Cabo PM JOÃO DE DEUS ALVES QUEIROZ

Cabo PM ANTÔNIO RODRIGUES DA SILVA

Soldado PM FLAURINDO LAURINDO DE BRITO

Soldado PM ANTÔNIO PEREIRA DA CUNHA

Soldado PM JOÃO JOSÉ DE BARROS

Soldado PM JOEL DUTRA BARRETO

Soldado PM JOSÉ SANTIAGO DE OLIVEIRA

Soldado PM JOSÉ AFONSO DUARTE COELHO

Soldado PM ANTÔNIO PAULO ALVES DA SILVA

Soldado PM MARCOS ANTÔNIO DO NASCIMENTO

Soldado PM ADALINO INÁCIO SOBRINHO

Soldado PM JOSÉ GOMES AFONSO

Soldado PM CARLOS ROBERTO JUSTO

Soldado PM VALDOIR VITAL DA SILVA

Soldado PM PLÁCIDO INÁCIO DE MEDEIROS

Soldado PM MARCOS LEITE DE ARAÚJO

Soldado PM AURÉLIO RODRIGUES DA COSTA

Brasília, 20 de maio de 1988

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA
Governador do Distrito Federal

JOÃO MANOEL SIMCH BROCHADO

Despachos

PROCESSO Nº: 054.003113/87
INTERESSADOS: MANOEL DIÓGENES BESSA — MAJOR QOPM E OUTROS
ASSUNTO: Promoção em ressarcimento de preterição

ACOLHO OS PARECERES DA DOUTA Procuradoria-Geral do Distrito Federal, fls. 57/65 dos autos, e do Chefe do Gabinete Militar, fls. 66

Indefiro os recursos,objeto do processo em referência, com fulcro nos artigos 9º, 17 e 35 da Lei nº 6.645, de 14 de maio de 1979.

Publique-se e encaminhe-se o presente processo à Corporação de origem.

Brasília-DF, 20 de maio de 1988

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA
Governador do Distrito Federal

PROCESSO Nº: 054.003028/88
INTERESSADA: POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL
ASSUNTO: Nomeação de Oficiais Médicos

Acolho os pareceres da douta Procuradoria-Geral do Distrito Federal, fls 17/19 e 23 dos autos, e do Chefe do Gabinete Militar, fls. 24. Fica homologado o resultado do Concurso Público para Oficiais Policiais Militares de Saúde da Polícia Militar do Distrito Federal, realizado de conformidade com o Edital publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 170, de 09 de setembro de 1987, expedido pelo Comandante-Geral da Corporação.

Publique-se e encaminhe-se o processo em lide à Polícia Militar do Distrito Federal.

Brasília-DF, 20 de maio de 1988

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA
Governador do Distrito Federal

PROCESSO Nº: 030.005281/88
INTERESSADO: CELSON FERREIRA DE AGUIAR — Cabo PM
ASSUNTO: Requisição para a Presidência da República — Gabinete Militar

DE ACORDO. Autorizo. Publique-se e encaminhe-se ao Comandante-Geral da Polícia Militar do Distrito federal para a devida apresentação.

Brasília-DF, 20 de maio de 1988
JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA
Governador do Distrito Federal

PROCESSO Nº: 061.003.260/88
INTERESSADO: MARIA SEBASTIANA GODOI SPINDOLA
ASSUNTO: Dispensa de Ponto

Nos termos dos pareceres do Senhor Secretário de Saúde e da Assessoria do Gabinete Civil, autorizo, obedecidas as normas legais e regulamentares.

Brasília, 20 de maio de 1988.
JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA
Governador do Distrito Federal

GABINETE CIVIL

Orgãos Vinculados
Departamento de Educação Física, Esportes e Recreação

ORDEM DE SERVIÇO Nº 036, DE 27 DE ABRIL DE 1988

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTES E RECREAÇÃO, no uso da competência, que lhe é atribuida pelo artigo 22, inciso V do Regimento deste Departamento, aprovado pelo Decreto nº 7643, de 18 de agosto de 1983,

RESOLVE:

Dispensar o servidor JOSÉ VALDER OLIVEIRA BIZERRA, matrícula nº 00.257-7 da função de Chefe da Seção de Recreação, código LT-DAI-111.3-NS, a partir desta data, por ter sido designado para outra função.

Brasília-DF, 27 de abril de 1988.

HEZIR ESPÍNDOLA GOMES MOREIRA

SECRETARIA DO GOVERNO

PORTARIA CONJUNTA SEG/SEF/SAERA Nº 164, DE 20 DE MAIO DE 1988.

Abre crédito suplementar no valor de Cz$ 63.800.000,00 (sessenta e três milhões e oitocentos mil cruzados), às dotações do orçamento vigente que especifica.

OS SECRETÁRIOS DO GOVERNO, DE FINANÇAS E EXTRAORDINÁRIO PARA ASSUNTOS ECONÔMICOS E DE REFORMA ADMINISTRATIVA, no uso da delegação de competência conferida pelo artigo 1º, inciso VII do Decreto nº 10.896, de 27 de outubro de 1987 e tendo em vista a autorização contida no artigo 8º, item I, da Lei nº 7.633,de 03 de dezembro de 1987, combinado com o artigo 41, item I, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1.964, e o que consta do processo nº 113.000514/88,

R E S O L V E M:

1 - Fica aberto à Secretaria de Viação e Obras - Entidades Supervisionadas ocrédito suplementar no valor de Cz$ ..... 63.800.000,00 (sessenta e três milhões e oitocentos mil cruzados)nas seguintes dotações orçamentárias:

19002.16885311.907 - Recuperação, Conservação e Melhoramento das Rodovias do Sistema Rodoviário do Distrito Federal		
028 - 3211.02	- Outras Despesas Correntes....	27.340.000,00
004 - 3211.02	- Outras Despesas Correntes....	36.460.000,00

2 - O crêdito suplementar de que trata o item anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, item II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1.964, pelo Excesso de Arrecadação na forma que se segue:

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

004 - Cota-parte do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos..... 36.460.000,00

028 - Cota-parte do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos..... 27.340.000,00

3 - A despesa decorrente da presente Portaria será ajustada pela Unidade Orçamentária interessada o valor da efetiva e correspondente arrecadação, procedendo-se ao final do exercício a reversão ou o cancelamento da diferença que houver sido empenhada.

4 - O valor a que se refere a presente Portaria integrará as Cotas Trimestrais de Despesa, sendo Cz$ 12.580.000,00 (doze milhões e quinhentos e oitenta mil cruzados),Cz$ 44.120.000,00 (quarenta e quatro milhões, cento e vinte mil cruzados) e CZ$..... 7.100.000,00 (sete milhões e cem mil cruzados) no 2º,3º e 4º trimestre respectivamente.

5 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de maio de 1988.

CARLOS MURILO FELÍCIO DOS SANTOS

MARCO AURÉLIO MARTINS ARAÚJO

ARLECIO ALEXANDRE GAZAI

PORTARIA CONJUNTA SEG/SEF/SAERA Nº 165, DE 20 DE MAIO DE 1988.

Abre crédito suplementar no valor de Cz$ 95.960.000,00 (noventa e cinco milhões, novecentos e sessenta mil cruzados), à dotação do orçamento vigente que especifica.

OS SECRETÁRIOS DO GOVERNO, DE FINANÇAS E EXTRAORDINÁRIO PARA ASSUNTOS ECONÔMICOS E DE REFORMA ADMINISTRATIVA, no uso da delegação de competência conferida pelo artigo 1º, inciso VII do Decreto nº 10.896, de 27 de outubro de 1987 e tendo em vista a autorização contida no artigo 8º, item I, da Lei nº 7.633, de 03 de dezembro de 1987, combinado com o artigo 41, item I, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1.964, e o que consta do processo nº 113.000531/88,

R E S O L V E M:

1 - Fica aberto à Secretaria de Viação e Obras - Entidades Supervisionadas o crédito suplementar no valor de Cz$..... 95.960.000,00 (noventa e cinco milhões, novecentos e sessenta mil cruzados) na seguinte dotação orçamentária:

19002.16885311.906 - Execução do Sistema Rodoviário do Distrito Federal

004 - 4311.01 - Auxílios para Investimentos... 95.960.000,00

2 - O crédito suplementar de que trata o item anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, item II, da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964, pelo Excesso de Arrecadação proveniente da Cota-parte do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis e Líquidos e Gasosos.

3 - A despesa decorrente da presente Portaria será ajustada pela Unidade Orçamentária interessada o valor da efetiva e correspondente arrecadação, procedendo-se ao final do exercício a reversão ou o cancelamento da diferença que houver sido empenhada.

4 - O valor a que se refere a presente Portaria integrará as Cotas Trimestrais de Despesa, sendo Cz$ 41.000.000,00 (quarenta e um milhões de cruzados) e Cz$ 54.960.000,00 (cinqüenta e quatro milhões, novecentos e sessenta mil cruzados) no 3º e 4º trimestre respectivamente.

5 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de maio de 1988.

CARLOS MURILO FELÍCIO DOS SANTOS

MARCO AURÉLIO MARTINS ARAÚJO

ARLECIO ALEXANDRE GAZAI

PORTARIA CONJUNTA SEG/SEF/SAERA Nº 166, DE 20 DE MAIO DE 1988.

Abre crédito suplementar no valor de Cz$ 200.000,00 (duzentos mil cruzados), à dotação do orçamento vigente que especifica.

OS SECRETÁRIOS DO GOVERNO, DE FINANÇAS E EXTRAORDINÁRIO PARA ASSUNTOS ECONÔMICOS E DE REFORMA ADMINISTRATIVA, no uso da delegação de competência conferida pelo artigo 1º, inciso VII do Decreto nº 10.896, de 27 de outubro de 1987 e tendo em vista a autorização contida no artigo 8º, item I, da Lei nº 7.633, de 03 de dezembro de 1987, combinado com o artigo 41, item I, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1.964, e o que consta do processo nº 030.005670/88,

R E S O L V E M:

1 - Fica aberto à Secretaria da Cultura o crédito suplementar no valor de Cz$ 200.000,00 (duzentos mil cruzados) na seguinte dotação orçamentária:

23001.08480212.137 - Administração, Planejamento Execução e Controle do Sistema Cultural

000 - 3120.00 - Material de Consumo..... 200.000,00

2 - O crédito suplementar de que trata o item ante

rior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, item III, da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964, pela anulação parcial da dotação orçamentária que se segue:

39000.99999999.999 - Reserva de Contingência

000 - 9000.00 - Reserva de Contingência..... 200.000,00

3 - Ficam alteradas as Cotas Trimestrais de Despesa, relativas ao 2º trimestre, de conformidade com os itens anteriores.

4 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de maio de 1988.

CARLOS MURILLO FELÍCIO DOS SANTOS

MARCO AURÉLIO MARTINS ARAÚJO

ARLECIO ALEXANDRE GAZAL

PORTARIA CONJUNTA SEG/SEF/SAERA Nº 167, DE 20 DE MAIO DE 1988.

Abre crédito suplementar no valor de Cz$ 46.800.000,00 (quarenta e seis milhões e oitocentos mil cruzados), à dotação do orçamento vigente que especifica.

OS SECRETÁRIOS DO GOVERNO, DE FINANÇAS E EXTRAORDINÁRIO PARA ASSUNTOS ECONÔMICOS E DE REFORMA ADMINISTRATIVA, no uso da delegação de competência conferida pelo artigo 1º, inciso VII do Decreto nº 10.896, de 27 de outubro de 1987 e tendo em vista a autorização contida no artigo 8º, item I, da Lei nº 7.633, de 03 de dezembro de 1987, combinado com o artigo 41, item I, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1.964, e o que consta do processo nº 113.000529/88,

R E S O L V E M:

1 - Fica aberto à Secretaria de Viação e Obras - Entidades Supervisionadas o crédito suplementar no valor de Cz$..... 46.800.000,00 (quarenta e seis milhões e oitocentos mil cruzados) na seguinte dotação orçamentária:

19002.16880212.849 - Coordenação das Atividades de Construção e Manutenção das Rodovias do Sistema Rodoviário do DF

004 - 3211.02 - Outras Despesas Correntes.... 46.800.000,00

2 - O crédito suplementar de que trata o item anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, item II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1.964, pelo Excesso de Arrecadação proveniente da Cota-parte do Imposto-Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos - IULCLG.

3 - A presente portaria será ajustada pela Unidade Orçamentária interessada o valor da efetiva e correspondente arrecadação, procedendo-se ao final do exercício a reversão ou o cancelamento da diferença que houver sido empenhada.

4 - O valor a que se refere a presente Portaria integrará o 2º trimestre das Cotas Trimestrais de Despesa vigentes.

5 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de maio de 1988.

CARLOS MURILLO FELÍCIO DOS SANTOS

MARCO AURÉLIO MARTINS ARAUJO

ARLECIO ALEXANDRE GAZAL

PORTARIA CONJUNTA SEG/SEF/SAERA Nº 168, DE 20 DE MAIO DE 1988.

Abre crédito suplementar no valor de Cz$ 5.100.000,00 (cinco milhões e cem mil cruzados), às dotações do orçamento vigente que especifica.

OS SECRETÁRIOS DO GOVERNO, DE FINANÇAS E EXTRAORDINÁRIO PARA ASSUNTOS ECONÔMICOS E DE REFORMA ADMINISTRATIVA, no uso da delegação de competência conferida pelo artigo 1º, inciso VII do Decreto nº 10.896, de 27 de outubro de 1987 e tendo em vista a autorização contida no artigo 8º, item I, da Lei nº 7.633, de 03 de dezembro de 1987, combinado com o artigo 41, item I, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1.964, e o que consta do processo nº 132.000814/88,

R E S O L V E M:

1 - Fica aberto à Região Administrativa III - Taguatinga o crédito suplementar no valor de Cz$ 5.100.000,00 (cinco milhões e cem mil cruzados) nas seguintes dotações orçamentárias:

13005.03070212.016 - Administração Governamental em Taguatinga

000 - 3132.00 - Outros Serviços e Encargos.... 2.100.000,00

13005.10585752.072 - Conservação de Áreas Urbanizadas de Taguatinga

000 - 3132.00 - Outros Serviços e Encargos... 3.000.000,00

2 - O crédito suplementar de que trata o item anterior será financiado nos termos doart. 43, § 1º, item III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1.964, pela anulação parcial da dotação orçamentária que se segue:

39000.99999999.999 - Reserva de Contingência

000 - 9000.00 - Reserva de Contingência..... 5.100.000,00

3 - Ficam alteradas as Cotas Trimestrais de Despesa, relativas ao 2º trimestre, de conformidade com os itens anteriores.

4 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de maio de 1988.

CARLOS MURILO FELÍCIO DOS SANTOS

MARCO AURÉLIO MARTINS ARAÚJO

ARLECIO ALEXANDRE GAZAL

PORTARIA CONJUNTA SEG/SEF/SAERA Nº 169, DE 20 DE MAIO DE 1988.

Abre crédito suplementar no valor Cz$ 6.191.000,00(seis milhões, cento e noventa e um mil cruzados), às dotações do orçamento vigente que especifica.

OS SECRETÁRIOS DO GOVERNO, DE FINANÇAS E EXTRAORDINÁRIO PARA ASSUNTOS ECONÔMICOS E DE REFORMA ADMINISTRATIVA, no uso da delegação de competência conferida pelo artigo 1º, inciso VII do Decreto nº 10.896, de 27 de outubro de 1987 e tendo em vista a autorização contida no artigo 8º, item I, da Lei nº 7.633, de 03 de dezembro de 1987, combinado com o art. 41, item I, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1.964, e o que consta do processo nº 131.000487/88,

R E S O L V E M:

1 - Fica aberto à Região Administrativa II - Gama o crédito suplementar no valor de Cz$ 6.191.000,00(seis milhões, cento e noventa e um mil cruzados) nas seguintes dotações orçamentárias:

13004.03070212.014 - Administração Governamental no Gama

000 - 3132.00 - Outros Serviços e Encargos..... 2.700.000,00

13004.10585752.069 - Conservação de Áreas Urbanizadas do Gama

000 - 3132.00 - Outros Serviços e Encargos..... 3.491.000,00

2 - O crédito suplementar de que trata o item anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, item III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1.964, pela anulação parcial da dotação orçamentária que se segue:

39000.99999999.999 - Reserva de Contingência

000 - 9000.00 - Reserva de Contingência 6.191.000,00

3 - Ficam alteradas as Cotas Trimestrais de Despesa relativas ao 2º trimestre, de conformidade com os itens anteriores.

4 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de amio de 1988.

CARLOS MURILO FELÍCIO DOS SANTOS

MARCO AURÉLIO MARTINS ARAÚJO

ARLECIO ALEXANDRE GAZAL

PORTARIA CONJUNTA SEG/SEF/SAERA Nº 170, DE 20 DE MAIO DE 1988.

Abre crédito suplementar no valor de Cz$ 300.000,00 (trezentos mil cruzados), à dotação do orçamento vigente que especifica.

OS SECRETÁRIOS DO GOVERNO, DE FINANÇAS E EXTRAORDINÁRIO PARA ASSUNTOS ECONÔMICOS E DE REFORMA ADMINISTRATIVA, no uso da delegação de competência conferida pelo artigo 1º, inciso VII DO Decreto nº 10.896, de 27 de outubro de 1987 e tendo em vista a autorização contida no artigo 8º, item I, da Lei nº 7.633, de 03 de dezembro de 1987, combinado com o art. 41, item I, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1.964, e o que consta do processo nº 030.006071/88,

R E S O L V E M:

1 - Fica aberto à Secretaria de Serviços Sociais -Entidades Supervisionadas o crédito suplementar no valor de Cz$..... 300.000,00 (trezentos mil cruzados) na seguinte dotação orçamentária:

18002.15814872.919 - Promoção da Ação Comunitária

000 - 3211.02 - Outras Despesas Correntes... 300.000,00

2 - O crédito suplementar de que trata o item anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, item III da Lei 4.320, de 17 de março de 1.964, pela anulação parcial da dotação orçamentária que se segue:

39000.99999999.999 - Reserva de Contingência

000 - 9000.00 - Reserva de Contingência 300.000,00

3 - Ficam alteradas as Cotas Trimestrais de Despesa, relativas ao 2º trimestre, de conformidade com os itens anteriores.

4 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de maio de 1988.

CARLOS MURILO FELÍCIO DOS SANTOS

MARCO AURÉLIO MARTINS ARAÚJO

ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL

PORTARIA CONJUNTA SEG/SEF/SAERA Nº 171, DE 20 DE MAIO DE 1988.

Abre crédito suplementar no valor de Cz$ 10.000.000,00(dez milhões de cruzados), à dotação do orçamento vigente que especifica.

OS SECRETÁRIOS DO GOVERNO, DE FINANÇAS E EXTRAORDINÁRIO PARA ASSUNTOS ECONÔMICOS E DE REFORMA ADMINISTRATIVA, no uso da delegação de competência conferida pelo artigo 1º, inciso VII do Decreto nº 10.896, de 27 de outubro de 1987 e tendo em vista a autorização contida no artigo 8º, item I, da Lei nº 7.633,de 03 de dezembro de 1987, combinado com o artigo 41, item I, da Lei nº 4.320,de 17 de março de 1.964,e o que consta do processo nº 030.006402/88,

R E S O L V E M:

1 - Fica aberto à Secretaria de Viação e Obras o crédito suplementar no valor de Cz$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzados) na seguinte dotação orçamentária:

19001.16915751.101 - Implantação de Vias e Obras Complementares de Urbanização no Distrito Federal

000 - 4110.00 - Obras e Instalações..... 10.000.000,00

2 - O crédito suplementar de que trata o item anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, item III, da Lei nº 4.320,de 17 de março de 1.964, pela anulação parcial da dotação orçamentária que se segue:

39000.99999999.999 - Reserva de Contingência

000 - 9000.00 - Reserva de Contingência..... 10.000.000,00

3 - Ficam alteradas as Cotas Trimestrais de Despesa, relativas ao 3º trimestre, de conformidade com os itens anteriores.

4 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de maio de 1988.

CARLOS MURILO FELÍCIO DOS SANTOS

MARCO AURÉLIO MARTINS ARAÚJO

ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL

PORTARIA CONJUNTA SEG/SEF/SAERA Nº 172, DE 20 DE MAIO DE 1988.

Abre crédito suplementar no valor de Cz$ 6.180.000,00(seis milhões, cento e oitenta mil cruzados), à dotação do orçamento vigente que especifica.

OS SECRETÁRIOS DO GOVERNO, DE FINANÇAS E EXTRAORDINÁRIO PARA ASSUNTOS ECONÔMICOS E DE REFORMA ADMINISTRATIVA, no uso da delegação de competência conferida pelo artigo 1º, inciso VII do Decreto nº 10.896, de 27 de outubro de 1987 e tendo em vista a autorização contida no artigo 8º, item I, da Lei nº 7.633,de 03 de dezembro de 1987, combinado com o art. 41, item I, da Lei nº 4.320,de 17 de março de 1.964,e o que consta do processo nº 030.005948/88,

R E S O L V E M:

1 - Fica aberto ao Gabinete do Governador o crédito suplementar no valor de Cz$ 6.180.000,00 (seis milhões, cento e oitenta mil cruzados) na seguinte dotação orçamentária:

11001.03070202.099 - Assessoramento Militar

000 - 4120.00 - Equipamentos e Material Permanente..... 6.180.000,00

2 - O crédito suplementar de que trata o item anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, item III, da Lei nº 4.320,de 17 de março de 1.964, pela anulação parcial da dotação orçamentária que se segue:

39000.99999999.999 - Reserva de Contingência

000 - 9000.00 - Reserva de Contingência 6.180.000,00

3 - Ficam alteradas as Cotas Trimestrais de Despesa, relativas ao 2º trimestre, de conformidade com os itens anteriores.

4 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de maio de 1988.

CARLOS MURILO FELÍCIO DOS SANTOS

MARCO AURÉLIO MARTINS ARAÚJO

ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL

PORTARIA CONJUNTA SEG/SEF/SAERA Nº 173, DE 20 DE MAIO DE 1988.

Abre crédito suplementar no valor de Cz$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzados), à dotação do orçamento vigente que especifica.

OS SECRETÁRIOS DO GOVERNO, DE FINANÇAS E EXTRAORDINÁRIO PARA ASSUNTOS ECONÔMICOS E DE REFORMA ADMINISTRA

TIVA, no uso da delegação de competência conferida pelo artigo 1º, inciso VII do Decreto nº 10.896, de 27 de outubro de 1987 e tendo em vista a autorização contida no artigo 8º, item I, da Lei nº 7.633, de 03 de dezembro de 1987, combinado com o art. 41,item I, da Lei nº 4.320, de 17 de março. de 1.964, e o que consta do processo nº 030.005956/88,

R E S O L V E M:

1 - Fica aberto à Secretaria de Administração o crédito suplementar no valor de Cz$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzados) na seguinte dotação orçamentária:

14001.03070212.028 - Direção e Coordenação dos Sistemas Administrativos

000 - 3259.00 - Outras Transferências a Pessoas 600.000,00

2 - O crédito suplementar de que trata o item anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, item III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1.964, pela anulação parcial da dotação orçamentária que se segue:

39000.99999999.999 - Reserva de Contingência

000 - 9000.00 - Reserva de Contingência 600.000,00

3 - Ficam alteradas as Cotas Trimestrais de Despesa, relativas ao 2º trimestre, de conformidade com os itens anteriores.

Brasília, 20 de maio de 1988.

CARLOS MURILO FELÍCIO DOS SANTOS

MARCO AURÉLIO MARTINS ARAÚJO

ARLECIO ALEXANDRE GAZAL

PORTARIA CONJUNTA SEG/SEF/SAERA Nº 174, DE 20 DE MAIO DE 1988.

Abre crédito suplementar no valor de Cz$ 189.064,00 (cento e oitenta e nove mil e sessenta e quatro cruzados), às dotações do orçamento vigente que especifica.

OS SECRETÁRIOS DO GOVERNO, DE FINANÇAS E EXTRAORDINÁRIO PARA ASSUNTOS ECONÔMICOS E DE REFORMA ADMINISTRATIVA, no uso da delegação de competência conferida pelo artigo 1º, inciso VI E VII do Decreto nº 10.896, de 27 de outubro de 1987 e tendo em vista a autorização contida no artigo 8º, item I, da Lei nº 7.633, de 03 de dezembro de 1987, combinado com o art. 41, item I, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1.964, e o que consta do processo nº 062.000442/88,

R E S O L V E M:

1 - Fica aberto ao Instituto de Saúde do Distrito Federal o crédito suplementar no valor de Cz$ 189.064,00(cento e oitenta nove mil e sessenta e quatro cruzados) nas seguintes seguintes dotações orçamentárias:

17003.13750212.095 - Execução das Atividades de Biologia Médica e Combate as Endemias

053 - 3111.01 - Vencimentos e Vantagens Fixas. 125.755,00

053 - 3113.00 - Obrigações Patronais..... 25.757,00

053 - 3120.00 - Material de Consumo..... 37.552,00

2 - O crédito suplementar de que trata o item anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, item II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1.964, pelo Excesso de Arrecadação proveniente do Convênio de Cooperação Financeira, celebrado entre o Banco do Brasil S/A, o Instituto de Saúde do Distrito Federal e a Fundação Universidade de Brasília.

3 - A despesa decorrente da presente Portaria será ajustada pela Unidade Orçamentária interessada o valor da efetiva e correspondente arrecadação, procedendo-se ao final do exercício a reversão ou o cancelamento da diferença que houver sido empenhada.

4 - O valor a que se refere a presente Portaria integrará o 2º trimestre das Cotas Trimestrais de Despesa vigentes.

5 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de maio de 1988.

CARLOS MURILO FELÍCIO DOS SANTOS

MARCO AURÉLIO MARTINS ARAÚJO

ARLECIO ALEXANDRE GAZAL

PORTARIA CONJUNTA SEG/SEF/SAERA Nº 175, DE 20 DE MAIO DE 1988.

Abre crédito suplementar no valor de Cz$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzados), às dotações do orçamento vigente que especifica.

OS SECRETÁRIOS DO GOVERNO, DE FINANÇAS E EXTRAORDINÁRIO PARA ASSUNTOS ECONÔMICOS E DE REFORMA ADMINISTRATIVA, no uso da delegação de competência conferida pelo artigo 1º, inciso VII do Decreto nº 10.896, de 27 de outubro de 1987 e tendo em vista a autorização contida no artigo 8º, item I, da Lei nº 7.633, de 03 de dezembro de 1987, combinado com o art. 41, item I, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1.964, e o que consta do processo nº 030.006064/88,

R E S O L V E M:

1 - Fica aberto à Procuradoria Geral o crédito suplementar no valor de Cz$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzados) nas seguintes dotações orçamentárias:

12001.03070142.009 - Defesa de Interesse Público

000 - 3120.00 - Material de Consumo..... 2.000.000,00

000 - 3132.00 - Outros Serviços e Encargos. 3.000.000,00

2 - O crédito suplementar de que trata o item anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, item III, da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964, pela anulação parcial da dotação orçamentária que se segue:

39000.99999999.999 - Reserva de Contingência

000 - 9000.00 - Reserva de Contingência 5.000.000,00

3 - Ficam alteradas as Cotas Trimestrais de Despesa, relativas ao 2º trimestre, de conformidade com os itens anteriores.

4 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de maio de 1988.

CARLOS MURILO FELÍCIO DOS SANTOS

MARCO AURÉLIO MARTINS ARAÚJO

ARLECIO ALEXANDRE GAZAL

Administração Regional de Taguatinga

ORDEM DE SERVIÇO DE 29 DE ABRIL DE 1988

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE TAGUATINGA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do artigo 36 do Regimento aprovado pelo Decreto nº 5.164, de 21 de março de 1980 e nos termos do Decreto-lei nº 1883, de 02 de setembro de 1981,

RESOLVE:

CANCELAR, a partir desta data, a Ordem de Serviço RA-III, de 22.03.88, que concedeu Adicional de Periculosidade, à servidora NILVA DE PAULA MORAIS, matrícula nº 24909-2.

Taguatinga-DF, 29 de abril de 1988

JAIR FERREIRA MORGADO

Administração Regional de Brazlândia

ORDEM DE SERVIÇO DE 05 DE MAIO DE 1988

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE BRAZLÂNDIA , no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIV do artigo 21 do Decreto nº 2.282 de 12 de junho de 1973 e tendo em vista o constante do Processo nº 133.000.211/88

RESOLVE:

Designar os servidores Engª HERMI PIRES, Assistente da Divisão Regional de Licenciamento e Fiscalização de Obras, matrícula nº 26.549-7, MARCO TÚLIO DO AMARAL BARROS, Assistente da Divisão de Obras, matrícula nº 23.856-2 e OSVALDO SOUZA DIAS, Chefe da Seção de Topografia, matrícula nº 13.321-3, para, sob a presidência do primeiro, comporem Comissão de Recebimento Provisória, da obra de construção da 1ª etapa da Feira Permanente de Brazlândia, constando de piso, sanitários, sala para administração, depósito e mercearia, objeto da Carta-Convite nº 12/87-RA.IV.

Brazlândia-DF, 05 de maio de 1988

JOSÉ TOBIAS DE REZENDE

ORDEM DE SERVIÇO DE 05 DE MAIO DE 1988.

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE BRAZLÂNDIA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIV do artigo 21 do Decreto nº 2.282 de 12 de junho de 1973 e tendo em vista o constante do Processo nº 133.000.234/88,

RESOLVE:

Designar os servidores ROSANA ZACARIAS MESSITER, Diretora da Divisão Regional de Licenciamento e Fiscalização de Obras, matrícula nº 28.599-4, HERMI PIRES, Assistente da Divisão de Licenciamento e Fiscalização de Obras, matrícula nº 26.549-7 e RAYMOND FAUCHER, Chefe da Seção de Conservação de Logradouros Públicos, matrícula nº 16.967-6, para, sob a presidência do primeiro, comporem Comissão de Recebimento Provisória, das obras de urbanização de ajardinamento, pavimentação, meio-fios, cordões de concreto, bancos, mesas, caramanchão e iluminação, objeto da Carta-Convite nº 13/87-RA.IV.

Brazlândia-DF, 05 de maio de 1988.

JOSÉ TOBIAS DE REZENDE

Administração Regional de Sobradinho

ORDEM DE SERVIÇO DE 04 DE MAIO DE 1988

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE SOBRADINHO, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no item I, alínea "b", da Portaria nº 003/83-SEG, de 13 de janeiro de 1983,

RESOLVE:

DESIGNAR EMANOEL CHRISSOSTOMO DA SILVA, Agente Administrativo, matrícula 02.029-X, Código SA-401.S, Classe S, Referência 31M, do Quadro de Pessoal do GDF, para substituir MARIA IVETE XAVIER, Chefe da Seção de Arquivo Técnico, matrícula 06.241-3, Código DAI-111.3, por motivo de Licença Para Tratamento de Saúde, no período de 01 a 31.05.1988.

HIRAM FERREIRA

ORDEM DESERVIÇO DE 19 DE MAIO DE 1988

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE SOBRADINHO, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no item I, alínea "a", da Portaria nº 003/83-SEG, de 13 de janeiro de 1983,

RESOLVE:

Designar BELVINO MOURA DE ARAÚJO, Artífice de Eletricidade e Comunicação, matrícula 13.941-6, Código Art. 505.5, para exercer a função de Encarregado de Unidades Desportivas e de Lazer, Código DAI-111.2, da Divisão de Desportos de Lazer e Turismo da Administração Regional de Sobradinho.

HIRAM FERREIRA

Administração Regional de Planaltina

ORDEM DE SERVIÇO DE 06 DE MAIO DE 1988

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE PLANALTINA, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no item 1, alínea "b", da Portaria nº 003/83-SEG, de 13 de janeiro de 1983,

RESOLVE:

DESIGNAR ANTONIO DE PAULO DA SILVA, Fiscal de Posturas, matrícula 25.288-3, Código LT-NM-821, Classe "B", Referência NM-25, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir FÁBIO RIBEIRO DE BRITO MACHADO, Chefe da Seção de Fiscalização de Posturas/DRLFO, matrícula nº 15.022.3, Código DAI-111.3, por motivo de férias acumuladas, no período de 04.05.88 a 02.06.88.

Planaltina-DF, 06 de maio de 1988

PEDRO MENDES

ORDEM DE SERVIÇO DE 10 DE MAIO DE 1988

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE PLANALTINA, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no item 1, alínea "a", da Portaria nº 003/83-SEG, de 13 de janeiro de 1983,

RESOLVE:

DISPENSAR, a partir de 04.05.88, MARIA DO CARMO PAZ, Auxiliar Operacional de Serviços Diversos, matrícula 26.786.4, Código LT-NM-806.A, Referência 02, da função de Secretária Administrativa, Código LT-DAI-112.3, da Administração Regional de Planaltina, da Secretaria do Governo do Distrito Federal.

Planaltina-DF, 10 de maio de 1988

PEDRO MENDES

ORDEM DE SERVIÇO DE 10 DE MAIO DE 1988

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE PLANALTINA, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no item 1, alínea "a", da Portaria nº 003/83-SEG, de 13 de janeiro de 1983,

RESOLVE:

DISPENSAR, a partir de 04.05.88, JOAQUIM DE CASTRO NOGUEIRA, Agente Administrativo, matrícula 26.909.3, Código LT-SA-401.A, Referência 18, da função de Chefe da Seção de Material e Patrimônio, Código LT-DAI-111.3, da Divisão de Administração Geral da Administração Regional de Planaltina, da Secretaria do Governo do Distrito Federal.

Planaltina-DF, 10 de maio de 1988

PEDRO MENDES

ORDEM DE SERVIÇO DE 10 DE MAIO DE 1988

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE PLANALTINA, no uso

de suas atribuições regimentais, e tendo em vista o disposto no item 1, alínea "a", da Portaria nº 003/83-SEG, de 13 de janeiro de 1983,

RESOLVE:

DESIGNAR, a contar de 04.05.88, ERALDO LIMA DE JESUS, Agente Administrativo, matrícula 12.422.2, Código SA-401.S, Referência 32, para exercer a função de Chefe da Seção de Material e Patrimônio, Código DAI-111.3, da Divisão de Administração Geral da Administração Regional de Planaltina, da Secretaria do Governo do Distrito Federal.

Planaltina-DF, 10 de maio de 1988

PEDRO MENDES

ORDEM DE SERVIÇO DE 10 DE MAIO DE 1988

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE PLANALTINA, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no item 1, alínea "b", da Portaria nº 003/83-SEG, de 13 de janeiro de 1983,

RESOLVE:

DESIGNAR, a contar de 04.05.88, MARIA DO CARMO PAZ, Auxiliar Operacional de Serviços Diversos, matrícula 26.786.4, Código LT-NM-806, Classe "A", Referência NM-02, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir MILTON DE CASTRO, Chefe da Seção de Documentação e Comunicação Administrativa/DAG, matrícula 06.455.6, Código DAI-111.3, por motivo de Licença Especial, no período de 04.05. a 03.11.88

Planaltina-DF, 10 de maio de 1988

PEDRO MENDES

ORDEM DE SERVIÇO DE 10 MAIO DE 1988

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE PLANALTINA, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no item 1, alínea "a", da Portaria nº 003/83 — SEG, de 13 de janeiro de 1983,

RESOLVE:

DESIGNAR, a contar de 04.05.88 JOAQUIM DE CASTRO NOGUEIRA, Agente Administrativo, matrícula 26.909.3, Código LT-SA-401.A. Referência 18, para exercer a função de Assistente, Código LT-DAI-111.3, da Divisão de Obras da Administração Regional de Planaltina, da Secretaria do Governo do Distrito Federal.

Planaltina-DF, 10 de maio de 1988

PEDRO MENDES

ORDEM DE SERVIÇO DE 10 DE MAIO DE 1988

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE PLANALTINA, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no item 1, alínea "a", da Portaria nº 003/83-SEG, de 13 de janeiro de 1983,

RESOLVE:

DESIGNAR, a contar de 04.05.88, PEDRO DE OLIVEIRA NETO, Motorista Oficial, matrícula 19.269.4, Código LT-TP-601.A, Referência 08, para exercer a função de Secretário Administrativo, Código LT-DAI-112.3, da Administração Regional de Planaltina, da Secretaria do Governo do Distrito Federal.

Planaltina-DF, 10 de maio de 1988

PEDRO MENDES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA DE 20 DE MAIO DE 1988

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º, item I, alínea "a", do Decreto nº 7.321, de 22 de dezembro de 1982,

RESOLVE:

Dispensar LUIZ ANTÔNIO CÂNDIDO da função de confiança de Chefe, código LT-DAS-101.3, da Assessoria de Planejamento, desta Secretaria.

PAULO CARVALHO XAVIER

PORTARIA DE 20 DE MAIO DE 1988

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º, item I, alínea "a", do Decreto nº 7.321, de 22 de dezembro de 1982,

RESOLVE:

Exonerar, por ter sido nomeada para outro cargo, WANDA DE MELLO LÔBO ROCHA, Economista, código NS.714-S, referência NS-25, matrícula nº 03.613-7, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, do cargo em comissão de Assessora, código DAS-102.3, do Secretário de Administração.

PAULO CARVALHO XAVIER

PORTARIA DE 20 DE MAIO DE 1988

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em ista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º, item I, alínea "a", do Decreto nº 7.321, de 22 de dezembro de 1982,

RESOLVE:

Nomear WANDA DE MELLO LÔBO ROCHA, Economista, NS. 714-S, referência NS-25, matrícula nº 03.613-7, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para exercer o cargo em comissão de Chefe, código DAS-101.3, da Assessoria de Planejamento, desta Secretaria.

PAULO CARVALHO XAVIER

RESOLUÇÃO Nº 07, DE 19 DE MAIO DE 1988

A COMISSÃO GERAL DE ANISTIA, no uso da competência que lhe foi atribuida pelo Decreto nº 9.598, de 23 de julho de 1986 e acolhendo os votos dos Relatores, adota a seguinte

RESOLUÇÃO:

1 — Declarar anistiados, para os efeitos da Emenda Constitucional nº 26, de 27 de novembro de 1985:

NOME	PROCESSO
AURELIO ANCHISES RIBEIRO DE SOUZA	10.259/73
BENEDITO ILIDIO GUIMARÃES	30.010.499/86
FABIO VIEIRA BRUNO	82.010.957/87
FLORILDA CAVALCANTI	30.005.156/87
LUCIO RESENDE E SILVA	30.014.294/86
MARIA NUNES ALVARES	43.635/75
RILDO WANDERLEI CESAR	30.009.162/86
WANDA COZETTI MARINHO	10.267/70

2 — Remeter o processo nº 030.000.195/87, de DORGIVAL BUENO OLIVEIRA, à FHDF, recomendando o reexame da alegação do requerente de que se viu impedido de tomar posse nos empregos para os quais fora aprovado mediante concurso realizado em 1972, face ao advento da Resolução nº 11/72, publicada no DODF de 02.01.73.

3 — Ficam os órgãos e entidades a que pertenciam os anistiados de que trata o item I, incumbidos de providenciar, na forma da Resolução Normativa nº 01, de 28.10.87, os respectivos atos de readmissão, reversão ou revisão de aposentadoria, conforme o caso.

Brasília, 19 de maio de 1988

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA

GUY AFFONSO DE ALMEIDA GONÇALVES

PAULO CARVALHO XAVIER

CARLOS MURILO FELÍCIO DOS SANTOS

HUMBERTO GOMES DE BARROS

ELIANA BATISTA DE ANDRADE REIS

RAIMUNDO NONATO DA CRUZ

PORTARIA DE 20 DE MAIO DE 1988

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º, item I, alínea "a", do Decreto nº 7.321, de 22 de dezembro de 1982,

RESOLVE:

Designar LUIZ ANTÔNIO CÂNDIDO para exercer a função de Assessor, código LT-DAS-101.3, do Secretário de Administração.

PAULO CARVALHO XAVIER

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

PORTARIA DE 19 DE MAIO DE 1988

O SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º, item I, alínea "a", do Decreto nº 7.321, de 22 de dezembro de 1982.

RESOLVE:

DESIGNAR BEY AYRES DA SILVA para exercer a função de confiança de Diretor, Código LT-DAS-101.2, da Divisão de Pesquisa do Patrimônio Histórico e Artístico, da Secretaria da Educação do Distrito Federal.

Brasília, 19 de maio de 1988

FÁBIO VIEIRA BRUNO

PORTARIA DE 19 DE MAIO DE 1988

O SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º, item I, alínea

"a", do Decreto nº 7.321, de 22 de dezembro de1982,

RESOLVE:

DESIGNAR THIERS DIDEROT, Agente Administrativo, Código LT-SA-401, Referência NM-27, matrícula nº 18.889-1, da Tabela de Pessoal do Distrito Federal, para exercer a função de confiança de Assessor, Código LT-DAS-102.2, do Departamento de Planejamento Educacional, da Secretaria da Educação do Distrito Federal.

Brasília, 19 de maio de 1988

FÁBIO VIEIRA BRUNO

ORDEM DE SERVIÇO DE 19 DE MAIO DE 1988

O CHEFE DO GABINETE DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da delegação de competência que lhe foi conferida pelo item 1, alínea "o", da Portaria nº 29-SE, de 21 de junho de 1985,

RESOLVE:

DISPENSAR, por estar sendo designado para outra função, THIERS DIDEROT, Agente Administrativo,, matrícula 18.889-1, Código LT-SA-401, Referência NM-27, Assistente, Código LT-DAI -112.3, da Divisão de Pesquisa, do Departamento de Planejamento Educacional, da Secretaria da Educação do Distrito Federal.

Brasília-DF, 19 de maio de 1988

MARIA MARTA CINTRA

Fundação Educacional
Conselho Fiscal

ATA DA 993ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM DOZE DE FEVEREIRO DE MIL NOVECENTOS E OITENTA E OITO — 993ª RO, DE 12.02.88

Aos doze dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e oitenta e oito, às 08 horas e 30 minutos, na sala da Secretaria dos Órjgãos de Deliberação Coletiva, realizou-se a 993ª Reunião do Conselho Fiscal, sob a presidência do Senhor Paulo Leite de Lacerda e com a presença dos Senhores Conselheiros Francisco de Freitas e Benedito Afonso de Freitas Falcão. Aberta a sessão, lida e aprovada a ata da reunião anterior o Conselho passou à pauta do dia: 1°) Processo nº 082.011348/87. Interessado: Jardim de Infância 208 Sul. Assunto: Ocorrência de furto. Após análise da matéria, o Colegiado decidiu acolher a conclusão da Comissão de Tomada de Contas Especial, e encaminhar os autos ao Departamento de Auditoria/SEF, para atendimento do disposto no inciso IX, do art. 24, do Ato Regimental nº 09/80,devendo, posteriormente, serem remetidos ao Egrégio Tribnal de Contas do Distrito Federal, 2°) Processo nº 082.012586/87. Interessado: Centro Educacional 01 do Cruzeiro. Assunto: Ocorrência de furto. Depois de examinar o assunto, o Conselho decidiu acolher, com restrições, as conclusões da Comissão de Tomada de Contas Especial e; encaminhar os autos, através da Diretoria Executiva, ao Departamento de Auditoria/SEF, para atendimento do disposto no inciso IX, do art. 24, do Ato Regimental nº 09/80, devendo, posteriormente, serem remetidos ao Egrégio Tribunal de Contas do Distrito Federal. 3°) Processo nº 082.010426/87. Interessado: Centro de Educação para o Trabalho. Assunto: Ocorrência de furto. O Colegiado analisou o processo e decidiu acolher a conclusão da Comissão de Tomada de Contas Especial; e encaminhar os autos ao Departamento de Auditoria/SEF, para atendimento do disposto no inciso IX, do art. 24, do Ato Regimental nº 09/80, devendo posteriormente, serem remetidos ao Egrégio Tribunal de Contas do Distrito Federal. 4°) Processo nº 082.010557/87. Interessado: Centro Educacional 05 de Taguatinga. Assunto: Ocorrência de furto. Depois de examinar o assunto, o Conselho decidiu acolher as conclusões da Comissão de Tomada de Contas Especial; e encaminhar os autos através da Diretoria Executiva, ao Departamento de Auditoria/SEF, para atendimento do disposto no inciso IX, do artigo 24, do Ato Regimental nº 09/80, devendo, posteriormente, serem remetidos ao Egrégio Tribunal de Contas do Distrito Federal. 5°) Processo nº 082.00769/87. Interessado: Comissão de Transportes da FEDF. Assunto: Aquisição de passes. O Colegiado decidiu devolver o processo ao Senhor Diretor-Executivo após conhecimento das providências tomadas e sugeriu o arquivamento dos autos. Nada mais foi tratado. Rachel de Abreu Ligabue, Secretária dos Órgãos de Deliberação Coletiva da Fundação Educacional do Distrito Federal.

(Republicada por ter saído publicada incompleta no DODF nº 60, de 29.03.88)

ATA DA 997ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM CINCO DE ABRIL DE MIL NOVECENTOS E OITENTA E OITO — 997ª R.O. DE 05.04.88.

Aos cinco dias do mês de abril de mil e novecentos e oitenta e oito, às 14 horas e 30 minutos, na Secretaria dos Órgãos de Deliberação Coletiva, realizou-se a 997ª Reunião do Conselho Fiscal, sob a presidência do Senhor Paulo Leite de Lacerda e com a presenças dos Conselheiros Francisco de Freitas e Benedito Afonso de Freitas Falcão. Aberta a sessão, foi lida e aprovada a ata da reunião anterior e, o Colegiado passou a pauta do dia que contou, exclusivamente, com a Prestação de Contas da Fundação Educacional do Distrito Federal, referente ao exercício de 1987. A referida Prestação de Contas foi devidamente examinada pelo Conselho que decidiu por recomendar a sua aprovação, tendo em vista a regularidade das contas e dos administradores perante os cofres da entidade, na forma do item VII, do Artigo 30, do Ato Regimental nº 09/80 do Egrégio Tribunal de Contas do Distrito Federal, ressalvados os casos de valores inscritos em "Responsabilidades em Apuração", relativos a desaparecimento de bens em unidades da Fundação e, encaminhá-la ao Conselho Diretor para pronunciamento, na forma do art. 30, item VI, do Ato Regimental nº 09/80-TCDF. Nada mais foi tratado. EDMÊ PEREIRA SILVA, Secretária dos Órgãos de Deliberação Coletiva da Fundação Educacional do Distrito Federal. Substituta.

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS

PORTARIA-SVO, DE 20 MAIO DE 1988

O SECRETÁRIO DE VIAÇÃO E OBRAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1°, item I, alínea "a", do Decreto nº 7.321, de 22 de dezembro de 1982, com a nova redação dada pelo Decreto nº 8.100, de 1° de agosto de 1984,

RESOLVE:

Designar LINA JOSEFINA DE CASTRO ALNENDRA para exercer a Função de Confiança de Assessor, Código LT-DAS-102.3, do Secretário de Viação e Obras do Distrito Federal.

Brasília, 20 de maio de 1988

CARLOS MAGALHÃES DA SILVEIRA

SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Departamento de Serviços Públicos

CONCESSÃO DE TÍTULOS DE PERPETUIDADE

QUADRA: 119; JAZIGO 478; SETOR "A"; CEMITÉRIO C. DA ESPERANÇA-DF.
OCUPANTE: PAULO SARKIS SIMÃO
REQUERENTE: JAMILA SARKIS CARMINATI

QUADRA: 607; JAZIGO 001; SETOR "C"; CEMITÉRIO C. DA ESPERANÇA-DF.
OCUPANTE: ROMANA MOLINA
REQUERENTE: VICTÓRIO MENEGÁCIO

QUADRA: 607; JAZIGO 070; SETOR "C"; CEMITÉRIO C. DA ESPERANÇA-DF.
OCUPANTE: BENEDICTO JOÃO AGUIAR FILHO
REQUERENTE: MARIA DA GLORIA FERREIRA

QUADRA: 706; JAZIGO 059; SETOR "C"; CEMITÉRIO C. DA ESPERANÇA-DF.
OCUPANTE: MANOEL JOAQUIM DE CARVALHO NETTO
REQUERENTE: MARIA DO CARMO CARVALHO ASSIS

QUADRA: 711; JAZIGO 019; SETOR "C"; CEMITÉRIO C. DA ESPERANÇA-DF.
OCUPANTE: MANOEL LUIZ FERREIRA
REQUERENTE: MARIA DA GLÓRIA FERREIRA

QUADRA: 108; JAZIGO 009; SETOR "A-I"; CEMITÉRIO 3ª CIRCUNSCRIÇÃO TAGUATINGA-DF.

OCUPANTE: EMILIA DE FARIA PINTO
REQUERENTE: DURVALINA FARIAS DOS SANTOS

QUADRA: 211; JAZIGO 092; SETOR "D"; CEMITÉRIO 3ª CIRCUNSCRIAÇÃO TAGUATINGA-DF.
OCUPANTE: MANOEL LUIZ DA SILVA NETO
REQUERENTE: MARIA ONEIDE DA SILVA

QUADRA: 301; JAZIGO 157; SETOR "E"; CEMITÉRIO 3ª CIRCUNSCRIÇÃO TAGUATINGA-DF.
OCUPANTE: GERALDO GONÇALVES NORONHA
REQUERENTE: MARTA ROQUETE NORONHA

Brasília, 09 de maio de 1988

CLÁUDIO SANT'ANNA
Deptº de Serviços Públicos
Diretor

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

PORTARIA DE 18 DE MAIO DE 1988

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 131, item VII, no Regimento aprovado pelo Decreto nº 4.852, de 11 de outubro de 1979,

RESOLVE:

1 — Dispensar o servidor WILSON MACHADO, matrícula nº 19.326-7, de

exercer a função de membro da CPL, para compras, serviços e obras da Secretaria de Segurança Pública.

2 —Designar FRANCISCO MONT' ALVERNE PIRES, matrícula nº 04.500-4, para exercer a função de membro da Comissão Permanente de Licitação.

3 — O presidente da Comissão Permanente de Licitação será substituído em seus impedimentos eventuais pelo membro FRANCISCO MONT' ALVERNE PIRES.

4 — Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOÃO MANOEL SIMCH BROCHADO

SECRETARIA DA CULTURA

Arquivo Público do Distrito Federal

ORDEM DE SERVIÇO DE 19 DE MAIO DE 1988

O SUPERINTENDENTE DO ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL — ArPDF, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso VIII, do Regimento do ArPDF, aprovado pelo Decreto nº 8.531, de 14.03.85, e artigo 1º, inciso III, do Decreto nº 5.481, de 17.03.81,

RESOLVE:

EXONERAR, por ter sido nomeada para outro cargo, SUZANA GENOVEVA MOURA, Assistente Social, Código NS-721.S, Referência NS-21, matrícula nº 07.448-9, da Tabela de Pessoal do Distrito Federal do cargo de Assistente, Código DAI-112.3-TP/ArPDF, da Gerência de Pesquisa do Arquivo Público do Distrito Federal.

Brasília-DF, 19 de maio de 1988

WALTER ALBUQUERQUE MELLO

ORDEM DE SERVIÇO DE 19 DE MAIO DE 1988

O SUPERINTENDENTE DO ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL — ArPDF, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso VIII, do Regimento do ArPDF, aprovado pelo Decreto nº 8.531, de 14.03.85,e artigo 1º,incisos I e III do Decreto nº 5.481, de 17.03.81,

RESOLVE:

DISPENSAR, por ter sido designada para outra função, MARIA DO ROSÁRIO LIMA ARAÚJO, Agente de Portaria, matrícula nº 00.299-2, da Tabela de Pessoal do Departamento de Educação Física, Esportes e Recreação — DEFER, da função de Encarregado de Reprografia, Código DAI-111.2-TP/ArPDF, do Núcleo de Imagem e Som da Gerência Cultural e Técnica do Arquivo Público do Distrito Federal.

Brasília-DF, 19 de maio de 1988

WALTER ALBUQUERQUE MELLO

ORDEM DE SERVIÇO DE 19 DE MAIO DE 1988

O SUPERINTENDENTE DO ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL — ArPDF, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso VIII, do Regimento do ArPDF, aprovado pelo Decreto nº 8.531, de 14.03.85, e artigo 1º, inciso III, do Decreto nº 5.481, de 17.03.81,

RESOLVE:

NOMEAR SUZANA GENOVEVA MOURA, Assistente Social, Código NS-721.S, Referência NS-21, matrícula 07.448-9, da Tabela de Pessoal do Distrito Federal, para exercer o cargo de Assistente, Código DAI-112.3-TP/ArPDF, da Gerência de Arquivo Permanente do Arquivo Público do Distrito Federal.

Brasília-DF, 19 de maio de 1988

WALTER ALBUQUERQUE MELLO

ORDEM DE SERVIÇO DE 19 DE MAIO DE 1988

O SUPERINTENDENTE DO ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL — ArPDF, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso VIII, do Regimento do ArPDF, aprovado pelo Decreto nº 8.531, de 14.03.85,e artigo 1º,incisos I e III do Decreto nº 5.481, de 17.03.81,

RESOLVE:

DESIGNAR MARIA DO ROSÁRIO LIMA ARAÚJO, Agente de Portaria, matrícula nº 00.299-2, da Tabela de Pessoal do Departamento de Educação Física, Esportes e Recreações — DEFER, para exercer a função de Assistente, Código LT-DAI-112.3-TP/ArPDF, da Divisão de Apoio Administrativo do Arquivo Público do Distrito Federal.

Brasília-DF, 19 de maio de 1988

WALTER ALBUQUERQUE MELLO

SECRETARIA DO TRABALHO

PORTARIA DE 18 DE MAIO DE 1988

O SECRETÁRIO DO TRABALHO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 3º, Alínea "a", do Decreto nº 5.004, de 20 de dezembro de 1.979,

RESOLVE:

Designar, nos termos do artigo 8º de seus Parágrafos: Decreto nº 5.004, de 20 de dezembro de 1979, TEREZINHA SANTOS ARAÚJO, Assessora da Coord. do Programa p/ Assuntos Sindicais matrícula 12.582-2. Código DAS-102.2, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para responder pelo Coordenador do Programa de Estudos e Pesquisas da Secretaria do Trabalho, Código DAS-101.4, por motivo de Vacância, a partir do dia 18.05.88 até a nomeação do novo Titular.

Brasília-DF, 18 de maio de 1988.
MARCO ANTONIO CAMPANELLA

ATAS, CONTRATOS, CONVÊNIOS E BALANÇOS

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS

PRIMEIRO TERMO ADITIVO COM O OBJETIVO DE SUPLEMENTAR RECURSOS, AO CONVÊNIO Nº 001/87, CELEBRADO ENTRE O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, ATRAVÉS DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL — NOVACAP E A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA — FUB, OBJETIVANDO A CONSTRUÇÃO DE EDIFICAÇÕES NO CAMPUS DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, EM PROCESSO DE ARGAMASSA ARMADA, NA FORMA ABAIXO.

Aos 18 (dezoito) dias do mês de janeiro de mil novecentos e oitenta e oito (1988), no Edifício Sede da NOVACAP, presentes de um lado, o GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, através da COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, doravante denominada simplesmente NOVACAP, neste ato representada por seu Diretor Presidente, Arquiteto LUIZ HENRIQUE FREIRE DUARTE e pelo seu Diretor Administrativo-Financeiro, Arquiteto MARCOS DECAT FRANÇA, na conformidade do disposto na Lei nº 5.861, de 12 de dezembro de 1972, atual Estatuto Social e de acordo com a autorização dada pela Diretoria da NOVACAP em sua 2.256ª Sessão, realizada em 18 de janeiro de 1988, e do outro lado , a FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA; DORAVANTE DESIGNADA SIMPLESMENTE FUB, neste ato representada pelo seu Presidente, CRISTOVAM RICARDO CAVALCANTE BUARQUE, resolvem firmar o presente Termo Aditivo, mediante as seguintes Cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Por este Termo, fica aditado, com o objetivo de suplementar recursos, ao Convênio nº 001/87, celebrado entre o GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, através da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil — NOVACAP, e a FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA — FUB, objetivando a construção de Edificações no Campus da Universidade de Brasília, em processo de argamassa armada.

CLÁUSULA SEGUNDA

O valor estabelecido para o Convênio ora aditado é de Cz$ 811.722,14 (oitocentos e onze mil, setecentos e vinte e dois cruzados e quatorze centavos), perfazendo um total de Cz$ 6.450.599,58 (seis milhões, quatrocentos e cinqüenta mil, quinhentos e noventa e nove cruzados e cinqüenta e oito centavos), recursos provenientes da FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA.

CLÁUSULA TERCEIRA

Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas do Convênio Principal, firmado entre as partes em 17.08.87.

CLÁUSULA QUARTA

As despesas com a publicação da matéria no Diário Oficial do Distrito Federal, correrão às expensas da NOVACAP.

CLÁUSULA QUINTA

Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir qualquer dúvida relativa ao cumprimento do presente instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que tenham ou venham a ter, por mais privilegiados que seja.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam com as testemunhas a seguir nomeadas, este Termo que depois de lido e achado conforme, foi lavrado em 02 (duas) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal.

Brasília, 18 de janeiro de 1988

PELA NOVACAP:

LUIZ HENRIQUE FREIRE DUARTE
Diretor Presidente

MARCOS DECAT FRANÇA
Diretor Administrativo-Financeiro

PELA FUB

CRISTOVAM R. CAVALCANTE BUARQUE
Presidente

TESTEMUNHAS;

ÉRICO PAULO SIEGMAR WEIDLE
Prefeito do Campus

ALBERTO ALVES DE FARIA
Arquiteto/PRC-125121

Moto Agrícola Slaviero S. A.

CGC/MF: 00003228/0001-35
ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 17 DE MARÇO DE 1988

DATA, LOCAL e HORA: 17 de março de 1988; à CRS, 505, Bloco B, nº 35, em Brasília, Distrito Federal, às 17:00 horas. **PRESENÇA:** Acionistas representando 78,59% do Capital Social com direito a voto. **PUBLICAÇÕES:** Editais de Convocação publicados nos dias 9, 10 e 11 no Diário Oficial do Distrito Federal e nos dias 9, 10 e 11 no Jornal de Brasília, às páginas 6, 12 e 12, e 11, 8 e 10, respectivamente, ambas no mês de março de 1988. Ambos os Jornais são editados em Brasília-DF. **MESA:** Sérgio Slaviero — Presidente e Gláucio Fernando Bley — Secretário. **DELIBERAÇÕES:** Ordem do dia — **ÍTEM ÚNICO:** A Assembléia determinou o reajuste para Cz$ 0,06459 (seis centavos, quatrocentos e cinqüenta e nove centésimos de centavo) da bonificação mensal em dinheiro por ação, autorizada pela Assembléia Geral Extraordinária de 28 de setembro de 1987, a partir de 1º de março de 1988. A presente ata foi lavrada da forma prevista no artigo 130, § 1º da Lei 6404/76. Esgotada a ordem do dia. Nada mais. Brasília (DF), 17 de março de 1988. A presente é cópia fiel da mesma ata transcrita no livro próprio.

SÉRGIO SLAVIERO — Presidente
GLÁUCIO F. BLEY — Secretário

ERCÍLIO SLAVIERO
P/ NEWTON SLAVIERO
Adm. Part. Ltda.
Celita Frare Slaviero
P/ ESPÓLIO WALDOMIRO SLAVIERO
Sérgio Slaviero
NELSON LUIS SLAVIERO
DERCI SLAVIERO
RUBENS SLAVIERO
BEATRIZ MARANHÃO SLAVIERO
ROTILDO SLAVIERO JÚNIOR
RENATO SLAVIERO

MAI 12 1988

— JCDF —
REG. SOB. Nº 16.642
JUNTA COMERCIAL DO DISTRITO FEDERAL
CERTIDÃO: Certifico que por despacho do Presidente da Junta, fica arquivado e registrado sob número e data estampados mecanicamente.
PAULO HENRIQUE GOMES DA CRUZ
Secretário-Geral

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

ESPÉCIE: CONTRATO Nº 005/88-PJ-FHDF. **CONTRATANTES:** FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL e a firma CODIR COMÉRCIO, DISTRIBUIÇÃO, REPRESENTAÇÃO E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA. **OBJETO:** Prestação de Serviços de manutenção preventiva e corretiva, bem como de assistência técnica, nos equipamentos de propriedade da FUNDAÇÃO, cuja descrição e localização é a constante do anexo I. **VALOR:** MENSAL DE Cz$ 81.345,00 (oitenta e um mil, trezentos e quarenta e cinco cruzados) reajustado trimestralmente, de acordo com a variação das OTN's no período. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Proj./Ativ.: 2044 — Assistência Médico Hospitalar Regional de Brasília. Elemento de Despesa 3.1.3.2 — Outros Serviços e Encargos. Subelemento 25 — Reparos e Conservação de Máquinas de Escritório. N. E. nº 1.157/88. **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses, a contar da data de publicação de seu extrato no Diário Oficial do Distrito Federal. **DESPESA DE PUBLICAÇÃO:** FUNDAÇÃO. **MODALIDADE DE LICITAÇÃO:** Carta Convite 022/88, Processo nº 061.001.275/88. **DATA DE ASSINATURA:** 11 de maio de 1988. PELA FUNDAÇÃO: LAÉRCIO MOREIRA VALENÇA. PELA CONTRATADA: EDNA MARIA COPATTI FRAGA DE OLIVEIRA.
TESTEMUNHAS:
VISTO,
REGINA CÉLIA B. L. CALHEIROS
Seção de Contratos e Convênios — FHDF
Chefe

CENTRO DE REABILITAÇÃO DO PEQUENO EXCEPCIONAL DE TAGUATINGA CREPET EXTRATO DOS ESTATUTOS

O CENTRO DE REABILITAÇÃO DO PEQUENO EXCEPCIONAL DE TAGUATINGA — CREPET, é uma entidade civil, sem fins lucrativos de caráter assistencial, com sede e foro na cidade de Taguatinga-DF e será regida por seus estatutos aplicados por tempo de duração indeterminado. São objetivos da entidade, entre outros, o ajustamento e bem-estar das crianças e adolescentes excepcionais e deficientes, estimulando os estudos e pesquisas, divulgando informações, colaborando com instituições congêneres, estimulando o enquadramento social e vínculo empregatício de crianças e adolescentes excepcionais e deficientes. Seu quadro social será integrado por pais, tutores, empresas, instituições, etc, sendo que não responderão solidária ou subsidiariamente pelas obrigações sociais. São órgãos da CREPET: Assembléia Geral, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria. Compete a seu Presidente a representação da entidade em juízo ou fora dele ativa ou passivamente. O patrimônio será constituído pela contribuição dos sócios ou de terceiros, rendas, donativos, legados, subvenções, doações ou de qualquer outro auxílio. A extinção da entidade só poderá ser decidida após duas Assembléias Gerais Extraordinárias sucessivas com presença de 50% dos membros da Diretoria e intervalo de 3 meses, sendo o remanescente de seus bens destinado a entidade beneficente a ser escolhida pela Assembléia Geral ou mesmo resolver pela fusão ou incorporação conforme artigo 121 do CC. Seus estatutos poderão ser reformados por deliberação da Assembléia Geral especialmente convocada. Estes estatutos entram em vigor na data de sua publicação e registro em Cartório de Pessoas Jurídicas.

(DAR — Cz$ 3.400,00)

CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO, QUE FAZEM A COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP E O INSTITUTO CULTURAL BRASIL-ALEMANHA, COM A INTERVENIÊNCIA DO DISTRITO FEDERAL, NA FORMA ABAIXO.

Aos 10 dias de maio de mil, novecentos e oitenta e oito, nesta cidade de Brasília, Capitla da República, no Palácio do Buriti, sede do Governo do Distrito Federal, compareceram partes entre si justas e avençadas, outorgantes e reciprocamente outorgadas, de um lado, como INTERVENIENTE ANUENTE, o **DISTRITO FEDERAL**, neste ato representado pelo Senhor Governador, Dr. JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, e, como CONCEDENTE PROPRIETÁRIA, **A COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP**, empresa pública integrante da administração indireta do Distrito Federal, constituída na forma da Lei nº 5.861, de 12 de dezembro de 1972, CGC 00.359.877/0001-73 e inscrição estadual nº 145079, sediada no SAIN - Bl. "F", neste ato representada por seu Diretor-Superintendente, Dr. CARLOS MAGALHÃES DA SILVEIRA, brasileiro, casado, Secretário de Estado, residente e domiciliado nesta Capital, e, de outro lado, na qualidade de CONCESSIONÁRIO UTENTE OU USUÁRIO, a a Associação Civil **"INSTITUTO CULTURAL BRASIL-ALEMANHA"**, associação filantrópica, sem fins lucrativos, políticos, religiosos ou de caráter filosófico, tendo como objetivo promover, incentivar e favorecer o intercâmbio cultural entre o Brasil e a República Federal da Alemanha, entidade com personalidade jurídica de Direito Privado, conforme Ata de Constituição nº 1 registrada no 1º Registro de Títulos e Documentos de Pessoas Jurídicas desta cidade, Protocolo A nº2-Livro A-5 sob o nº 909, aos 31 de maio de 1971, neste ato representado por seu Presidente, Sr. CHARLES SEBASTIÃO MAYER, brasileiro, casado, professor universitário, portador da cédula de identidade nº 195.589 GDF-SSP e do CPF nº 008219.691-53, residente e domiciliado nesta cidade a SHIN QL 15, conjunto 03, casa 19, Lago Norte, além das testemunhas ao final nominadas. Havendo sido celebrado, em 22 de dezembro de 1987, *contrato sob o regime jurídico de comodato*, pelo qual o **DISTRITO FEDERAL** cedeu a Associação Civil **INSTITUTO CULTURAL BRASIL-ALEMANHA**, para uso deste, o terreno descrito como Módulo 49 Quadra 607, da SGA/SUL, cujo instrumento foi publicado no"Diário Oficial do Distrito Federal" de 28 de dezembro de 1987 (Suplemento), às págs. 48-49, resolvem as partes signatárias do referido instrumento, de comum acordo e para todos os efeitos, rescindir, como de fato ora fica rescindido, o mencionado contrato, extinguindo-se por consequência todos os direitos e obrigações constituídos em relação ao imóvel objeto do comodato. Neste mesmo ato e na melhor forma de direito, as partes aqui presentes decidem estabelecer como concessão de direito real de uso a ocupação do imóvel em apreço, que a **COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA** -

TERRACAP por esta forma expressamente institui em favor da Associação Civil **INSTITUTO CULTURAL BRASIL-ALEMANHA**, observadas as peculiaridades do direito administrativo, com fundamento no parágrafo primeiro do artigo quinze do Decreto-lei Federal nº 2.300, de 21 de novembro de 1986, ou conforme prevê o Decreto do Governo do Distrito Federal de nº 10.996, de 26 de janeiro do corrente ano, em seu artigo 20, parágrafos 1º e 2º, bem assim para efeito do item 07 do inciso I do artigo 167 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973. A esse fim, resolvem as mesmas partes firmar novo instrumento contratual, que será regido pelas seguintes cláusulas e condições - CLÁUSULA PRIMEIRA - Pelo presente instrumento, a CONCEDENTE PROPRIETÁRIA, atendendo a que a associação Civil **INSTITUTO CULTURAL BRASIL-ALEMANHA**, entidade sem fins lucrativos, e de Utilidade Pública pelo Decreto nº 1.950 de 08 de fevereiro de 1972 do GDF, com a finalidade exclusivamente cultural e educacional, sem fazer distinção de raça, nacionalidade, credo político ou religioso, já tendo construída sua sede própria como Módulo 49 - Quadra 607, da SGA/SUL, deseja construir a sua própria filial, em terreno situado no Lago Sul nesta Capital, e, considerando a urgente necessidade de serem incentivadas construções que se destinem ao desenvolvimento social, religioso e cultural de Brasília, resolve colocar à disposição do CONCESSIONÁRIO UTENTE, sob o regime jurídico de concessão de direito real de uso, pelo prazo de 20 (vinte) anos, desde que mantidas as finalidades da cessão, o imóvel denominado Módulo 49 Quadra 607, da SGA/SUL, registrado no Cartório de 1º Ofício de Registro de Imóveis, às folhas 270 do livro 8.A, projeção de terrenos esta que ora é entregue e transferida à posse do **CONCESSIONÁRIO UTENTE** para ocupá-la e utilizá-la em razão de suas finalidades específicas, constantes de seus Estatutos Sociais, que ficam fazendo parte integrante deste contrato. CLÁUSULA SEGUNDA - O USUÁRIO obriga-se a utilizar o imóvel acima descrito no cumprimento dos seus objetivos e finalidades, fazendo ali construir e funcionar novas dependências no prazo de 03 (três) anos contados da assinatura deste contrato, da Associação Civil **INSTITUTO CULTURAL BRASIL-ALEMANHA**. CLÁUSULA TERCEIRA - O CONCESSIONÁRIO UTENTE obriga-se a zelar pelo bom uso do imóvel, não podendo transferí-lo a terceiros. CLÁUSULA QUARTE - A CONCEDENTE PROPRIETÁRIA obriga-se a assegurar ao CONCESSIONÁRIO UTENTE o pleno uso do imóvel objeto deste contrato, pelo prazo dele constante, não cessando dita ocupação senão em caso de extinção ou dissolução do USUÁRIO, em virtude de abandono do imóvel, desvio de finalidade para a qual foi concedida o uso ou não cumprimento do prazo estipulado (03 anos) na Cláusula Segunda. CLÁUSULA QUINTA -Em qualquer caso de extinção do uso ou de rescinção contratual referido na Cláusula anterior, a área dada à ocupação do CONCESSIOUTENTE reverterá independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, ao patrimônio da **COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP**, à qual também passarão a pertencer as benfeitorias por acaso existentes no imóvel, não sendo devida ao USUÁRIO qualquer indenização, seja a que título for. CLÁUSULA SEXTA - Na eventualidade da retomada do imóvel ora concedido ao USUÁRIO, a qualquer época, por interesse público (art. 24 da Lei 4.545, de 10-de dezembro de 1964), o CONCESSIONÁRIO UTENTE fará jus à indenização plena e prévia das edificações e demais benfeitorias introduzidas no referido lote de terreno. CLÁUSULA SÉTIMA - O CONCESSIONÁRIO UTENTE poderá solicitar à CONCEDENTE PROPRIETÁRIA as medidas necessárias a assegurar o pleno uso sobre a totalidade da área, caso esta venha a sofrer impedimentos de qualquer natureza. CLÁUSULA OITAVA - Pela ocupação do imóvel a que se refere a Cláusula Primeira, o CONCESSIONÁRIO UTENTE, pagará por cento (0,1%) do valor do imóvel, calculado segundo o critério adotado pela Secretaria de Finanças, para o cálculo do IPTU, no exercício correspondente, sem prejuízo do pagamento de taxas, impostos e tarifas públicas relativos ao imóvel - CLÁUSULA NONA - O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação no "Diário Oficial do Distrito Federal". CLÁUSULA DÉCIMA - Fica o foro de Brasília para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relativas ao cumprimento deste contrato. Assim, para constar, lavrou-se este insrumento em quatro vias de igual teor e para um só efeito, com quatro páginas cada uma, o qual, sendo lido e achado conforme, as partes antes qualificadas aceitaram, outorgaram e assinam com as testemunhas abaixo nominados.

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA - pelo interveniente anuente
Governador do Distrito Federal

CARLOS MAGALHÃES DA SILVEIRA - pelo concedente proprietária
Diretor-Superintendente da Terracap

CHARLES SEBASTIÃO MAYER - pelo concessionário utente
Presidente do ICBA

TESTEMUNHAS -

CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO, QUE FAZEM A COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA E O CONSELHO CULTURAL THOMAS JEFFERSON, COM A INTERVENIÊNCIA DO DISTRITO FEDERAL, NA FORMA ABAIXO.

Aos 10 dias de maio de mil, novecentos e oitenta e oito, nesta cidade de Brasília, Capital da República, no Palácio do Buriti, sede do Governo do Distrito Federal, compareceram partes entre si justas e avençadas, outorgantes e reciprocamente outorgadas, de um lado, como INTERVENIENTE ANUENTE, O DISTRITO FEDERAL, neste ato representado pelo Senhor Governador, Dr. JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, e, como CONCEDENTE PROPRIETÁRIA, A COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP, empresa pública integrante da administração indireta do Distrito Federal, constituída na forma da Lei nº 5.861, de 12 de dezembro de 1972, CGC 00.359.877/0001-73 e inscrição estadual nº 145079, sediada no SAIN - Bl. "F", neste ato representada por seu Diretor-Superintendente, Dr. CARLOS MAGALHÃES DA SILVEIRA, brasileiro, casado, Secretário de Estado, residente e domiciliado nesta Capital, e, de outro lado, na qualidade de CONCESSIONÁRIO UTENTE OU USUÁRIO, o CONSELHO CULTURAL THOMAS JEFFERSON, entidade jurídica de direito privado, com personalidade jurídica própria, nos termos de seus "Estatutos Sociais", devidamente registrados no 1º Ofício de Registro Civil de Títulos e Contratos de Pessoas Jurídicas, Protocolado sob nº 464, Livro A, nº 01 e abervado à margem do registro nº 706 no Livro A-4 em 23 de janeiro de 1978, e publicados no Diário Oficial, Seção 1 - Parte 1, de terça-feira, dia 21 de junho de 1977, págs. 7795-7796, também registrado no CNSS sob nº 212.657/72, CGC 00.114.090/0001-41, com sede no SEP/Sul, Entrequadras 706/906, Módulos B e C, neste ato representado por seu Presidente, o Sr. DAVID FLEISCHER, norte-americano, casado, professor, portador da Cédula de Identidade de Estrangeiro Nº 623.746, emitida pela SE/DPMAF e do Certificado de Pessoa Física, do Ministério da Fazenda (CPF) Nº 090.487.231-91, residente e domiciliado nesta cidade, além das testemunhas ao final nominadas. Havendo sido celebrado, em 22 de dezembro de 1987, contrato sob o regime jurídico de comodato, pelo qual o DISTRITO FEDERAL cedeu ao CONSELHO CULTURAL THOMAS JEFFERSON, para uso deste, o terreno descrito como QI 09 (antigo QI 03), Lote "L", SHI/SUL, cujo instrumento foi publicado no "Diário Oficial do Distrito Federal" de 28 de dezembro de 1987 (Suplemento), às págs. 48-49, resolvem as partes signatárias do referido instrumento, de comum acordo e para todos os efeitos, rescindir, como de fato ora fica rescindido, o mencionado contrato, extinguindo-se por consequência todos os direitos e obrigações constituídos em relação ao imóvel objeto do comodato. Neste mesmo ato e na melhor forma de direito, as partes aqui presentes decidem estabelecer como concessão de direito real de uso a ocupação do imóvel em apreço, que a COMPANHIA IMOBILÍIA DE BRA

SÍLIA - TERRACAP por esta forma expressamente institui em favor do CONSELHO CULTURAL THOMAS JEFFERSON, observadas as peculiaridades do direito administrativo, com fundamento no parágrafo primeiro do artigo quinze do Decreto-Lei Federal nº 2.300, de 21 de novembro de 1986, ou conforme prevê o Decreto do Governo do Distrito Federal de nº 10.996, de 26 de janeiro do corrente ano, em seu artigo 20, parágrafos 1º e 2º, bem assim para efeito do item 07 do inciso I do artigo 167 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973. A esse fim, resolvem as mesmas partes firmar novo instrumento contratual, que será regido pelas seguintes cláusulas e condições - CLÁUSULA PRIMEIRA - Pelo presente instrumento, a CONCEDENTE PROPRIETÁRIA, atendendo a que o CONSELHO CULTURAL THOMAS JEFFERSON, entidade sem fins lucrativos, e de Utilidade Pública pelo Decreto Nº 1.950 de 08 de fevereiro de 1972 do GDF, com a finalidade exclusivamente cultural e educacional, sem fazer distinção de raça, nacionalidade, credo político ou religioso, já tendo construída sua sede própria no SEP/Sul, Entrequadras 706/906, Módulos B e C, deseja construir a sua própria filial, em terreno situado no Lago Sul nesta Capital, e, considerando a urgente necessidade de serem incentivadas construções que se destinem ao desenvolvimento social, religioso e cultural de Brasília, resolve colocar à disposição do CONCESSIONÁRIO UTENTE, sob o regime jurídico de concessão de direito real de uso, pelo prazo de 20 (vinte) anos, desde que mantidas as finalidades da cessão, o terreno situado à QI 09 (antigo QI 03) - SHI/Sul, Lote "L", com a área de 8.845,27 m², criado, conforme averbação nº 5.680 feita à margem da inscrição nº 03, do Livro 8 M, fls. 123, que teve por objeto o Memorial Descritivo 43/85 da prancha NGB 43/85, inscrito no Livro 08, tomando o nº 03, às fls. 05, conforme petição datada de 25 de abril de 1986, depositado no Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis pela COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP, e também pela Homologação da Decisão nº 51/85 do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal feita Lei pelo Decreto Nº 9.239 de 15 de janeiro de 1986, devidamente publicado no "Diário Oficial do Distrito Federal" à página 03 (três) na mesma data, projeção de terreno esta que ora é entregue e transferida à posse do CONCESSIONÁRIO UTENTE para ocupá-la e utilizá-la em razão de suas finalidades específicas, constantes de seus Estatutos Sociais, que ficam fazendo parte integrante deste contrato. CLÁUSULA SEGUNDA - O USUÁRIO obriga-se a utilizar o imóvel acima descrito no cumprimento dos seus objetivos e finalidades, fazendo ali construir e funcionar novas dependências no prazo de 03 (três) anos contados da assinatura deste contrato, do CONSELHO CULTURAL THOMAS JEFFERSON. CLÁUSULA TERCEIRA - O CONCESSIONÁRIO UTENTE obriga-se a zelar pelo bom uso do imóvel, não podendo transferí-lo a terceiros. CLÁUSULA QUARTA - A CONCEDENTE PROPRIETÁRIA obriga-se a assegurar ao CONCESSIONÁRIO UTENTE o pleno uso do imóvel objeto deste contrato, pelo prazo dele constante, não cessando dita ocupação senão em caso de extinção ou dissolução do USUÁRIO, em virtude de abandono do imóvel, desvio de finalidade para a qual foi concedida o uso ou não cumprimento do prazo estipulado (3 anos) na Cláusula Segunda. CLÁUSULA QUINTA - Em qualquer caso de extinção do uso ou de rescisão contratual referido na Cláusula anterior, a área dada à ocupação do CONCESSIONÁRIO UTENTE reverterá, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, ao patrimônio da COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP, à qual também passarão a pertencer as benfeitorias por acaso existentes no imóvel, não sendo devido ao USUÁRIO qualquer indenização, seja a que título for. CLÁUSULA SEXTA - Na eventualidade da retomada do imóvel ora concedido ao USUÁRIO, a qualquer época, por interesse público (art. 24 da Lei 4.545, de 10 de dezembro de 1964), o CONCESSIONÁRIO UTENTE fará jus à indenização plena e prévia das edificações e demais benfeitorias introduzidas no referido lote de terreno. CLÁUSULA SÉTIMA - O CONCESSIONÁRIO UTENTE poderá solicitar à CONCEDENTE PROPRIETÁRIA as medidas necessárias a assegurar o pleno uso sobre a totalidade da área, caso esta venha a sofrer impedimentos de qualquer natureza. CLÁUSULA OITAVA - Pela ocupação do imóvel a que se refere a Cláusula Primeira, o CONCESSIONÁRIO UTENTE, pagará remuneração anual, no valor de um décimo por cento (0,1%) do valor do imóvel, calculado segundo o critério adotado pela Secretaria de Finanças, para o cálculo do IPTU, no exercício correspondente, sem prejuízo do pagamento de taxas, impostos e tarifas públicas relativos ao imóvel. CLÁUSULA NONA - O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação no "Diário Oficial do Distrito Federal". CLÁUSULA DÉCIMA - Fica eleito o foro de Brasília para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relativas ao cumprimento deste contrato. Assim, para constar, lavrou-se este instrumento em quatro vias de igual teor e para um só efeito, com quatro páginas cada uma, o qual, sendo lido e achado conforme, as partes antes qualificadas aceitaram, outorgaram e assinam com as testemunhas abaixo nominadas.

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA - pelo interveniente anuente
Governador do Distrito Federal

CARLOS MAGALHÃES DA SILVEIRA - pelo concedente proprietária
Diretor-Superintendente da Terracap

DAVID FLEISCHER - pelo concessionário utente
Presidente do CCTJ

TESTEMUNHAS -

CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO, QUE FAZEM A COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA E O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE CONGRESSISTAS, COM A INTERVENIÊNCIA DO DISTRITO FEDERAL, NA FORMA ABAIXO.

Aos 10 (dez) dias de maio de mil, novecentos e oitenta e oito, nesta cidade de Brasília, Capital da República, no Palácio do Buriti, sede do Governo do Distrito Federal, compareceram partes entre si justas e avençadas, outorgantes e reciprocamente outorgadas, de um lado, como INTERVENIENTE ANUENTE, o DISTRITO FEDERAL, neste ato representado pelo Senhor Governador JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, e, como CONCEDENTE PROPRIETÁRIA, a COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP, empresa pública integrante da Administração Indireta do Distrito Federal, constituída na forma da Lei nº 5.861, de 12 de dezembro de 1972, CGC 00.359.877/0001-73 e inscrição estadual nº 145079, sediada no SAIN - Bl. "F", neste ato representada por seu Diretor-Superintendente, Dr. CARLOS MAGALHÃES DA SILVEIRA, brasileiro, solteiro, Secretário de Estado, residente e domiciliado nesta Capital, e, de outro lado, na qualidade de CONCESSIONÁRIO UTENTE ou USUÁRIO, o Instituto de Previdência de Congressistas, entidade jurídica de direito privado, com personalidade jurídica própria, criada pela Lei Nº 4.284/63, neste ato representado pelo seu Presidente, o Senhor Deputado Federal GUSTAVO DE FARIA, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, além das testemunhas ao final nominadas. Havendo sido celebrado, em 22 de dezembro de 1987, contrato sob o regime de Comodato, pelo qual o DISTRITO FEDE

RAL cedeu ao Instituto de Previdência dos Congressistas, para uso deste, o terreno descrito como Lote "O" - Setor de Áreas Isoladas Norte - SAIN, cujo instrumento foi publicado no DODF de 28 de dezembro de 1987 (Suplemento), à página 48, resolvem as partes signatárias do referido instrumento, de comum acordo e para todos os efeitos, rescindir, como de fato ora fica rescindido, o mencionado contrato, extinguindo-se por consequência todos os direitos e obrigações constituídos em relação ao imóvel objeto do comodato. Neste mesmo ato e na melhor forma de direito, as partes aqui presentes decidem estabelecer como concessão de direito real de uso a ocupação do imóvel em apreço, que a COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP por esta forma expressamente institui em favor do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS, observadas as peculiaridades do direito administrativo, com fundamento no parágrafo primeiro do artigo quinze do Decreto-lei Federal nº 2.300, de 21 de novembro de 1986, ou conforme prevê o Decreto do Governo do Distrito Federal de nº 10.996, de 26 de janeiro do corrente ano, em seu artigo 20, §§ 1º e 2º, bem assim para efeito do item 7 do inciso I do artigo 167 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973. A esse fim, resolvem as mesmas partes firmar novo instrumento contratual, que será regido pelas seguintes cláusulas e condições: CLÁUSULA PRIMEIRA - Pelo presente instrumento, a CONCEDENTE PROPRIETÁRIA, atendendo a que o Instituto de Previdência dos Congressistas, resolve colocar à disposição do CONCESSIONÁRIO UTENTE, sob o regime jurídico de concessão de direito real de uso, pelo prazo de 20 (vinte) anos, desde que mantidas as finalidades da cessão, o terreno situado no Lote "O" - Setor de Áreas Isoladas Norte - SAIN, criado conforme averbação na Terracap, projeção de terreno esta que ora é entregue e transferida à posse do CONCESSIONÁRIO UTENTE para ocupá-la e utilizá-la em razão de suas finalidades específicas, constantes de seus Estatutos Sociais, que ficam fazendo parte integrante deste contrato. CLÁUSULA SEGUNDA - O USUÁRIO obriga-se a utilizar o imóvel acima descrito no cumprimento dos seus objetivos e finalidades, fazendo ali construir e funcionar suas dependências no prazo de três anos contados da assinatura deste contrato, do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS. CLÁUSULA TERCEIRA - O CONCESSIONÁRIO UTENTE obriga-se a zelar pelo bom uso do imóvel, não podendo transferí-lo a terceiros. CLÁUSULA QUARTA - A CEDENTE PROPRIETÁRIA obriga-se a assegurar ao CONCESSIONÁRIO UTENTE o pleno uso do imóvel objeto deste contrato, pelo prazo dele constante, não cessando dita ocupação senão em caso de extinção ou dissolução do USUÁRIO, em virtude de abandono do imóvel, desvio de finalidade para o qual foi concedida o uso ou não cumprimento do prazo estipulado (3 anos) na Cláusula Segunda. CLÁUSULA QUINTA - Em qualquer caso de extinção do uso, ou de rescisão contratual referido na Cláusula anterior, a área dada à ocupação do CONCESSIONÁRIO UTENTE reverterá, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, ao patrimônio da Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP, à qual também passarão a pertencer as benfeitorias por acaso existentes no imóvel, não sendo devida ao USUÁRIO qualquer indenização, seja a que título for. CLÁUSULA SEXTA - Na eventualidade da retomada do imóvel ora concedido, a qualquer época por interesse público (art. 24 da Lei 4545, de 10.12.64) o CONCESSIONÁRIO UTENTE fará jus à indenização plena e prévia das edificações e demais benfeitorias introduzidas no referido lote de terreno. CLÁUSULA SÉTIMA - O CONCESSIONÁRIO UTENTE poderá solicitar à CONCEDENTE PROPRIETÁRIA as medidas necessárias a assegurar o pleno uso sobre a totalidade da área, caso esta venha a sofrer impedimentos de qualquer natureza. CLÁUSULA OITAVA - Pelo uso do imóvel a que se refere a Cláusula Primeira, o CONCESSIONÁRIO UTENTE, pagará remuneração anual, no valor de um décimo por cento (0,1%) do valor do imóvel, calculado segundo o critério adotado pela Secretaria de Finanças, para o cálculo do IPTU, no exercício correspondente, sem prejuízo do pagamento de taxas, impostos e tarifas públicas relativos ao imóvel. CLÁUSULA NONA - O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação no "Diário Oficial do Distrito Federal". CLÁUSULA DÉCIMA - Fica eleito o foro de Brasília para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relativas ao cumprimento deste contrato." Assim, para constar, lavrou-se este instrumento em quatro vias de igual teor e para um só efeito, com três páginas cada uma, o qual, sendo lido e achado conforme, as partes antes qualificadas aceitaram, outorgaram e assinam com as testemunhas abaixo nominadas.

Brasília, 10 de maio de 1988.

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA - pelo interveniente anuente
Governador do Distrito Federal

CARLOS MAGALHÃES DA SILVEIRA - pela cedente proprietária
Diretor-Superintendente da TERRACAP

GUSTAVO DE FARIA - pelo concessionário utente
Presidente

TESTEMUNHAS -

CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO, QUE FAZEM A COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA E A ASSOCIAÇÃO PARA O INCREMENTO DAS RELAÇÕES BRASIL- ITÁLIA (COBI), COM A INTERVENIÊNCIA DO DISTRITO FEDERAL, NA FORMA ABAIXO.

Aos 10 dias de maio de mil, novecentos e oitenta e oito, nesta cidade de Brasília, Capital da República, no Palácio do Buriti, sede do Governo do Distrito Federal, compareceram partes entre si justas e avençadas, outorgantes e reciprocamente outorgadas, de um lado, como INTERVENIENTE ANUENTE, o DISTRITO FEDERAL, neste ato representado pelo Senhor Governador JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, e, como CONCEDENTE PROPRIETÁRIA, a COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP, empresa pública integrante da Administração Indireta do Distrito Federal, constituída na forma da Lei nº 5.861, de 12 de dezembro de 1972, CGC 00.359.877/0001-73 e inscrição estadual nº 145079, sediada no SAIN - Bl. "F", neste ato representada por seu Diretor-Superintendente, Dr. CARLOS MAGALHÃES DA SILVEIRA, brasileiro, solteiro, Secretário de Estado, residente e domiciliado nesta Capital, e, de outro lado, na qualidade de CONCESSIONÁRIA UTENTE a ASSOCIAÇÃO PARA O INCREMENTO DAS RELAÇÕES BRASIL-ITÁLIA (COBI), Instituição Filantrópica, sem fins lucrativos dirigida a toda a comunidade, com personalidade jurídica de Direito Privado, nos termos de seus Estatutos Sociais devidamente registrados sob o nº 01337 do Livro A-04 do Cartório do 2º Ofício de Registro de Pessoas Jurídicas de Brasília, neste ato representada por seu Presidente, Sr. JOSÉ SILVÉRIO ROCHA, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado nesta Capital, CPF/MFnº 071.865.506-06, CI nº M-746.778, além das testemunhas ao final nominadas. Havendo sido celebrado, em 22 de dezembro de 1987, contrato sob o regime de Comodato, pelo qual o DISTRITO FEDERAL cedeu à Associação Para o Incremento das Relações Brasil-Itália (COBI), para uso desta, o terreno descrito como EQS - 208/9 - Lote "A", cujo instrumento foi publicado no DODF de
28 de dezembro de 1987 (Suplemento), à página 48, resolvem as partes signatárias do referido instrumento, de comum acordo e para todos os efeitos, rescindir, como de fato ora fica rescindido, o mencionado contrato, extinguindo-se por consequência todos os direitos e obrigações constituídos em relação ao imóvel objeto do comodato. Neste mesmo ato e na melhor forma de direito, as partes aqui presentes decidem estabelecer como concessão de direito real de uso a ocupação do imóvel em apreço, que a COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP por esta forma expressamente institui em favor da ASSOCIAÇÃO PARA O INCREMENTO DAS RELAÇÕES BRASIL-ITÁLIA (COBI), observadas as peculiaridades do direito administrativo, nos termos do Art. 24 da Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, com fundamento no parágrafo primeiro do artigo quinze do Decreto-lei nº 2.300, de 21 de novembro de 1986, ou conforme prevê o Decreto do Governo do Distrito Federal de nº 10.996, de 26 de janeiro do corrente ano, em seu artigo 20, §§

1º e 2º, bem assim para efeito do item 7 do inciso I do artigo 167 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973. A esse fim, resolvem as mesmas partes firmar novo instrumento contratual, que será regido pelas seguintes cláusulas e condições: "CLÁUSULA PRIMEIRA - Pelo presente instrumento, a CONCEDENTE PROPRIETÁTARIA , atendendo a que a Associação Para o Incremento das Relações Brasil-Itália (COBI), entidade filantrópica sem fins lucrativos e políticos, dirigida a toda a comunidade, com a finalidade de incrementar as boas relações Brasil-Itália, entre brasileiros, italianos e, considerando a necessidade de serem incentivadas construções que se destinem ao desenvolvimento social, religioso e cultural de Brasília, resolve colocar à disposição da CONCESSIONÁRIA UTENTE, sob o regime jurídico de concessão de direito real de uso, pelo prazo de 20 (vinte) anos, desde que mantidas as finalidades da cessão, o terreno situado no EQS - 208/9, Lote "A", com área de 6.800 m² (seis mil e oitocentos metros quadrados), criado conforme averbação nº (conta de Integralização de Capital da TERRACAP nº 3 BP 44517/76), projeção de terreno esta que ora é entregue e transferida à posse da CONCESSIONÁRIA UTENTE para ocupá-la e utilizá-la em razão de suas finalidades específicas, constantes de seus Estatutos Sociais, que ficam fazendo parte integrante deste contrato. CLÁUSULA SEGUNDA - A USUÁRIA obriga-se a utilizar o imóvel acima descrito no cumprimento dos seus objetivos e finalidades, fazendo ali construir e funcionar suas dependências, no prazo de três anos, contados da assinatura deste contrato. CLÁUSULA TERCEIRA - A CONCESSIONÁRIA UTENTE obriga-se a zelar pelo bom uso do imóvel, não podendo transferi-lo a terceiros. CLÁUSULA QUARTA - A CEDENTE PROPRIETÁRIA obriga-se a assegurar à CONCESSIONÁRIA UTENTE o pleno uso do imóvel objeto deste contrato, pelo prazo dele constante, não cessando dita ocupação senão em caso de extinção ou dissolução da USUÁRIA, em virtude de abandono do imóvel, desvio de finalidade para o qual foi concedido o uso ou não cumprimento do prazo estipulado (3 anos) na Cláusula Segunda. CLÁUSULA QUINTA - Em qualquer caso de extinção do uso, ou de rescisão contratual referido na Cláusula anterior, a área dada à ocupação da CONCESSIONÁRIA UTENTE reverterá, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, ao patrimônio da Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP, à qual também passarão a pertencer as benfeitorias por acaso existentes no imóvel, não sendo devida à USUÁRIA qualquer indenização, seja a que título for. CLÁUSULA SEXTA - Na eventualidade da retomada do imóvel ora concedido, a qualquer época, por interesse público (art. 24 da Lei 4545, de 10.12.64), a CONCESSIONÁRIA UTENTE fará jus à indenização plena e prévia das edificações e demais benfeitorias introduzidas no referido lote de terreno. CLÁUSULA SÉTIMA - A CONCESSIONÁRIA UTENTE poderá solicitar à CONCEDENTE PROPRIETÀRIA as medidas necessárias a assegurar o pleno uso sobre a totalidade da área, caso esta venha a sofrer impedimentos de qualquer natureza. CLÁUSULA OITAVA - Pelo uso do imóvel a que se refere a Cláusula Primeira, a CONCESSIONÁRIA UTENTE, pagará remuneração anual, no valor de um décimo por cento (0,1%) do valor do imóvel, calculado segundo o critério adotado pela Secretaria de Finanças, para efeitos do IPTU, no exercício correspondente, sem prejuízo do pagamento de taxas, impostos e tarifas públicas relativos ao imóvel. CLÁUSULA NONA - O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação no "Diário Oficial do Distrito Federal". CLÁUSULA DÉCIMA - Fica eleito o foro de Brasília para dirimir qualquer dúvida ou questão relativa ao cumprimento deste contrato". Assim, para constar, lavrou-se este instrumento em quatro vias de igual teor e para um só efeito, com quatro páginas cada uma, o qual, sendo lido e achado conforme, as partes antes qualificadas aceitaram, outorgaram e assinam com as testemunhas abaixo nominadas.

JOSÈ APARECIDO DE OLIVEIRA — pelo interveniente anuente
Governador do Distrito Federal

CARLOS MAGALHÃES DA SILVEIRA — pela cedente proprietária
Diretor-Superintendente da TERRACAP

JOSÉ SILVESTRO ROCHA — pela concessionária utente
Presidente

TESTEMUNHAS:

CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO, QUE FAZEM A COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA E A ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, COM A INTERVENIÊNCIA DO DISTRITO FEDERAL, NA FORMA ABAIXO.

Aos 10 (dez) dias de maio de mil, novecentos e oitenta e oito, nesta cidade de Brasília, Capital da República, no Palácio do Buriti, sede do Governo do Distrito Federal, compareceram partes entre si justas e avençadas, outorgantes e reciprocamente outorgadas, de um lado, como INTERVENIENTE ANUENTE, o DISTRITO FEDERAL, neste ato representado pelo Senhor Governador JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, e, como CONCEDENTE PROPIETÁRIA, a COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP, empresa pública integrante da Administração Indireta do Distrito Federal, constituída na forma da Lei nº 5.861, de 12 de dezembo de 1972, CGC 00.359.877/0001-73 e inscrição estadual nº 145079, sediada no SAIN - Bl. "F", neste ato representada por seu Diretor-Superintendente, Dr. CARLOS MAGALHÃES DA SILVEIRA, brasileiro, solteiro, Secretário de Estado, residente e domiciliado nesta Capital, e, de outro lado, na qualidade de CONCESSIONÁRIO UTENTE ou USUÁRIO, a ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, Instituição sem fins lucrativos dirigida a toda a comunidade, com personalidade jurídica de Direito Privado, nos termos de seus Estatutos Sociais, neste ato representada pela Dra. JANEDIR LOPES MORATA, brasileira, casada, advogada, servidora pública, residente e domiciliada nesta Capital, além das testemunhas ao final nominadas. Havendo sido celebrado, em 22 de dezembro de 1987, contrato sob o regime de Comodato, pelo qual o DISTRITO FEDERAL cedeu à Associação dos Servidores do Tribunal Superior do Trabalho, para uso desta, o terreno descrito como EQS 214/215 - Lote "A", cujo instrumento foi publicado no DODF de 28 de dezembro de 1987 (Suplemento), à página 48, resolvem as partes signatárias do referido instrumento, de comum acordo e para todos os efeitos, rescindir, como de fato ora fica rescindido, o mencionado contrato, extinguindo-se por consequência todos os direitos e obrigações constituídos em relação ao imóvel objeto do comodato. Neste mesmo ato e na melhor forma de direito, as partes aqui presentes decidem estabelecer como concessão de direito real de uso a ocupação do imóvel em apreço, que a COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP por esta forma expressamente institui em favor da ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, observadas as peculiaridades do direito administrativo, com fundamento no parágrafo primeiro do artigo quinze do Decreto-lei Federal nº 2.300, de 21 de novembro de 1986, ou conforme prevê o Decreto do Governo do Distrito Federal de nº 10.996, de 26 de janeiro do corrente ano, em seu artigo 20, §§ 1º e 2º, bem assim para efeito do item 7 do inciso I do artigo 167 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973. A esse fim, resolvem as mesmas partes firmar novo instrumento contratual, que será regido pelas seguintes cláusulas e condições: CLÁUSULA PRIMEIRA - Pelo presente instrumento, a CONCEDENTE PROPRIETÁRIA, atendendo a que a Associação dos Servidores do Tribunal Superior do Trabalho, resolve colocar à disposição do CONCESSIONÁRIO UTENTE, sob o regime jurídico de concessão de direito real de uso, pelo prazo de 20 (vinte) anos, desde que mantidas as finalidades da cessão, o terreno situado no EQS - 214/5, Lote "A", projeção de terreno esta que ora é entregue e transferida à posse do CONCESSIONÁRIO UTENTE para ocupá-la e utilizá-la em razão de suas finalidades específicas, constantes de seus Estatutos Sociais, que ficam fazendo parte integrante deste contrato. CLÁUSULA SEGUNDA - O USUÁRIO obriga-se a utilizar o imóvel acima descrito no cumprimento dos seus objetivos e finalidades, fazendo ali construir e funcionar suas dependências no prazo de três anos contados da assinatura deste contrato, da ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. CLÁUSULA TERCEIRA - O CONCESSIONÁRIO UTENTE obriga-se a zelar pelo bom uso do imóvel, não podendo transferí-lo a terceiros. CLÁUSULA QUARTA - A CEDENTE PROPRIETÁRIA obriga-se a assegurar ao CONCESSIONÁRIO UTENTE o pleno uso do imóvel objeto deste contrato, pelo prazo dele constante, não cessando dita ocupação senão em caso de extinção ou dissolução do USUÁRIO, em virtude de abandono do imóvel, dèsvio de finalidade para o qual foi concedida o uso ou não cumprimento do prazo estipulado (3 anos) na Cláusula Segunda. CLÁUSULA QUINTA - Em qualquer caso de extinção do uso, ou de rescisão contratual referi

do na Cláusula anterior, a área dada à ocupação do CONCESSIONÁRIO UTENTE reverterá, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, ao patrimônio da Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP, à qual também passarão a pertencer as benfeitorias por acaso existentes no imóvel, não sendo devido ao USUÁRIO qualquer indenização, seja a que título for. CLÁUSULA SEXTA - Na eventualidade da retomada do imóvel ora concedido, a qualquer época por interesse público (art. 24 da Lei 4545, de 10.12.64) o CONCESSIONÁRIO UTENTE fará jus à indenização plena e prévia das edificações e demais benfeitorias introduzidas no referido lote de terreno. CLÁUSULA SÉTIMA - O CONCESSIONÁRIO UTENTE poderá solicitar à CONCEDENTE PROPRIETÁRIA as medidas necessárias a assegurar o pleno uso sobre a totalidade da área, caso esta venha a sofrer impedimentos de qualquer natureza. CLÁUSULA OITAVA - Pelo uso do imóvel a que se refere a Cláusula Primeira, o CONCESSIONÁRIO UTENTE, pagará remuneração anual, no valor de um décimo por cento (0,1%) do valor do imóvel, calculado segundo o critério adotado pela Secretaria de Finanças, para o cálculo do IPTU, no exercício correspondente, sem prejuízo do pagamento de taxas, impostos e tarifas públicas relativos ao imóvel. CLÁUSULA NONA - O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação no "Diário Oficial do Distrito Federal". CLÁUSULA DÉCIMA - Fica eleito o foro de Brasília para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relativas ao cumprimento deste contrato". Assim, para constar, lavrou-se este instrumento em quatro vias de igual teor e para um só efeito, com três páginas cada uma, o qual, sendo lido e achado conforme, as partes antes qualificadas aceitaram, outorgaram e assinam com as testemunhas abaixo nominadas.

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA - pelo interveniente anuente
Governador do Distrito Federal

CARLOS MAGALHÃES DA SILVEIRA - pela cedente proprietária
Diretor-Superintendente da TERRACAP

Dra. JANEDIR LOPES MORATA - pelo concessionário utente
Presidente

TESTEMUNHAS -

CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO, QUE FAZEM O DISTRITO FEDERAL E A ASSOCIAÇÃO CASA DO MARANHÃO, NA FORMA ABAIXO.

Aos dez dias de maio de mil, novecentos e oitenta e oito, nesta Cidade de Brasília, Capital da República, no Palácio do Buriti, sede do Governo do Distrito Federal, compareceram partes entre si justas e contratadas, de um lado, como **INTERVENIENTE ANUENTE**, o **DISTRITO FEDERAL**, neste ato representado pelo Senhor Governador **JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, e, como **CONCEDENTE PROPRIETÁRIA**, a **COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA-TERRACAP**, empresa Pública integrante da Administração Indireta do Distrito Federal, constituída na forma da Lei nº 5.861, de 12 de dezembro de 1972, CGC 00.359.877/0001-73 e inscrição estadual nº 145079, sediada no SAIN - Bl. "F", neste ato representada por seu Diretor-Superintendente, Dr. **CARLOS MAGALHÃES DA SILVEIRA**, brasileiro, solteiro, Secretário de Estado, residente e domiciliado nesta Capital, e, de outro lado, na qualidade de **CONCESSIONÁRIA UTENTE OU USUÁRIA**, a **ASSOCIAÇÃO CASA DO MARANHÃO**, entidade assistencial, filantrópica e representativa, com personalidade jurídica de direito privado, nos termos de seus Estatutos Sociais devidamente registrados sob nº 4157 no Cartório do 1º Ofício do Registro Civil de Pessoas Jurídicas de Brasília, também registrada no CNSS sob nº 261.926/77, CGC 00483255/0001-52, declarada de utlidade pública pelo Decreto nº 93.540, de 06 de novembro de 1986, com sede provisória no Conjunto Aquático, Sala 02-DEFER, neste ato representada por seu presidente, Dr. **JOSÉ RIBAMAR FARIAS E SILVA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na SQN 307 Bloco "F" Aptº 305, C.I 100.381.200-2 do M. Ex. e CPF 002.775.682-34, na qualidade de **CONCESSIONÁRIA UTENTE** ou **USUÁRIA**, além, das testemunhas ao final nominadas. Havendo ditas partes celebrado, em 22 de dezembro de 1987, contrato sob o regime de comodato, pelo qual o **DISTRITO FEDERAL** cedeu à **ASSOCIAÇÃO CASA DO MARANHÃO**, para uso desta, o terreno descrito como lote 63-A, Setor de Grandes Áreas Sul (SGAS) 914, cujo instrumento foi publicado no DODF de 28 de dezembro de 1987 (Suplemento), resolvem de comum acordo e para todos os efeitos, rescindir, como de fato ora fica rescindido, o mencionado contrato, extinguindo-se por consequência, todos os direitos e obrigações constituídos em relação ao imóvel objeto do comodato. Neste mesmo ato e na melhor forma de direito, as partes aqui presentes decidem estabelecer como concessão de direito real de uso a ocupação do imóvel em apreço, que a **COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP** por esta forma expressamente institui em favor da **ASSOCIAÇÃO CASA DO MARANHÃO**, observadas as peculiaridades do direito administrativo, com fundamento no parágrafo primeiro do artigo 15 (quinze) do Decreto-lei Federal nº 2.300, de 21 de novembro de 1986, e no art. 20 §§ 1º e 2º do Decreto do Governador do Distrito Federal de nº 10.996, de 26 de janeiro do corrente ano, bem assim no item 7 do inciso I do artigo 167 da lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973. A esse fim, resolvem as mesmas partes firmar novo instrumento contratual, que será regido pelas seguintes cláusulas e condições: "CLÁUSULA PRIMEIRA - Pelo presente instrumento, a **CONCEDENTE PROPRIETÁRIA**, atendendo a que a **ASSOCIAÇÃO CASA DO MARANHÃO**, entidade filantrópica sem fins lucrativos e políticos, dirigida a toda a comunidade e considerando a necessidade de serem incentivadas construções que se destinem ao desenvolvimento social, religioso e cultural de Brasília, resolve colocar à disposição da **CONCESSIONÁRIA UTENTE**, sob o regime jurídico de concessão de direito real de uso, pelo prazo de 20 (vinte) anos, desde que mantidas as finalidades da cessão, o terreno situado no lote nº 63-A Quadra 914 - SGAS, com área de 6.035,94m^2 (seis mil trinta e cinco e noventa e quatro metros quadrados), registrados no Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis, às folhas 105, do livro 8-L pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - **NOVACAP**, e constituindo hoje, a projeção do terreno acima identificado e que ora é entregue e transferido à posse da **CONCESSIONÁRIA UTENTE** para ocupá-lo e utilizá-lo em razão de suas finalidades específicas, constantes de seus Estatutos Sociais, que ficam fazendo parte integrante deste contrato. CLÁUSULA SEGUNDA - **A USUÁRIA** obriga-se a utilizar o imóvel acima descrito no cumprimento dos seus objetivos e finalidades, fazendo ali construir e funcionar suas dependências no prazo de três anos, contados da assinatura deste contrato. CLÁUSULA TERCEIRA - **A CONCESSIONÁRIA UTENTE** obriga-se a zelar pelo bom uso do imóvel, não podendo transferi-lo a terceiros. CLÁUSULA QUARTA - **A CEDENTE PROPRIETÁRIA** obriga se a assegurar à **CONCESSIONÁRIA UTENTE** o pleno uso do imóvel objeto deste contrato, pelo prazo dele constante, não cessando dita ocupação senão em caso de extinção ou dissolução da USUÁRIA, em virtude de abandono do imóvel, desvio de finalidade para o qual foi concedida o uso, ou o não cumprimento do prazo estipulado. CLÁUSULA QUINTA - Em qualquer caso de extinção do uso, ou de rescisão contratual, referido na Cláusula anterior, a área dada à ocupação da **CONCESSIONÁRIA UTENTE**, reverterá, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, ao patrimônio da Compa

nhia Imobiliária de Brasília - **TERRACAP**, à qual também passarão a pertencer as benfeitorias por acaso existentes no imóvel, não sendo devida à **USUÁRIA** qualquer indenização, seja a que título for. CLÁUSULA SEXTA - Na eventualidade da retomada do imóvel ora concedido, à **USUÁRIA**, a qualquer época por interesse público (art. 24 da Lei 4545, de 10.12.64) a **CONCESSIONÁRIA UTENTE** fará jus à indenização plena e prévia das edificações e demais benfeitorias introduzidas no referido lote de terreno. CLÁUSULA SÉTIMA - A **CONCESSIONÁRIA UTENTE** poderá solicitar à **CONCEDENTE PROPRIETÁRIA** as medidas necessárias a assegurar o pleno uso sobre a totalidade da área, caso esta venha a sofrer impedimentos de qualquer natureza. CLÁUSULA OITAVA - Pelo direito real de uso do imóvel a que se refere a Cláusula Primeira, a **CONCESSIONÁRIA UTENTE**, pagará remuneração anual, de um décimo por cento (0,1%) do valor do imóvel, calculado segundo o critério adotado pela Secretaria de Finanças, para o cálculo do IPTU, no exercício correspondente, sem prejuízo do pagamento de taxas, impostos e tarifas públicas, relativas ao imóvel. CLÁUSULA NONA - O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação, no "Diário Oficial do Distrito Federal". CLÁUSULA DÉCIMA - Fica eleito o foro de Brasília para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relativas ao cumprimento deste contrato". Assim, para constar, lavrou-se este instrumento em quatro vias, de igual teor e para um só efeito, com quatro páginas cada uma, o qual, sendo lido e achado conforme, as partes antes qualificadas aceitaram, outorgaram e assinam com as testemunhas abaixo nominadas.

Brasília, 10 de maio de 1988.

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA - pelo interveniente anuente
Governador do Distrito Federal

CARLOS MAGALHÃES DA SILVEIRA - pela cedente proprietária
Diretor-Superintende da TERRACAP

JOSÉ RIBAMAR E SILVA - pelo (a) concessionária (a) utente
Presidente

TESTEMUNHAS

CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO, QUE FAZEM A COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA E A SOCIEDADE BENEFICIENTE CRISTÃ CATÓLICA APOSTÓLICA ORTODOXA ANTIOQUINA DE BRASÍLIA.

Aos 10 (dez) dias de maio de mil, novecentos e oitenta e oito, nesta cidade de Brasília, Capital da República, no Palácio do Buriti, sede do Governo do Distrito Federal, comparece ram partes entre si justas e avançadas, outorgantes e reciprocamente outorgadas, de um lado, como INTERVENIENTE ANUENTE, o DISTRITO FEDERAL, neste ato representado pelo Senhor Governador JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, e, como CONCEDENTE PROPRIETÁRIA, a COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP, empresa pública integrante da Administração Indireta do Distrito Federal, constituida na forma da Lei nº 5.861, de 12 de dezembro de 1972, CGC 00.359.877/0001-73 e inscrição estadual nº 145079, sediada no SAIN - Bl. "F", neste ato representada por seu Diretor-Superintendente, Dr. CARLOS MAGALHÃES DA SILVEIRA, brasileiro, solteiro, Secretário de Estado, residente e domiciliado nesta Capital, e, de outro lado, na qualidade de CONCESSIONÁRIO (A) UTENTE OU USUÁRIO (A), o (A) Sociedade Beneficiente Cristã Católica Apostólica Ortodoxa Antioquina de Brasília, instituição religiosa sem fins lucrativos dirigida a toda a comunidade com personalidade jurídica de Direito Privado, nos termos de seus Estatutos Sociais devidamente registrados sob o nº 1315 do Livro A-02 do Cartório do 1º Ofício de Registro de Pessoas Jurídicas de Brasília, neste ato representada por seu Presidente, Sr.BRASIL HELOU ,brasileiro, divorciado, residente e domiciliado nesta Capital CPF/MF nº 002.682.081-15 e CI nº 377.563-SSP/DF, além das testemunhas ao final nominadas. Havendo sido celebrado, em 22 de dezembro de 1987, contrato sob o regime de Comodato, pelo qual o DISTRITO FEDERAL cedeu ao (a) Sociedade Beneficiente Cristã Católica Apostólica Ortodoxa Antioquina de Brasília, para uso deste(a), o terreno descrito como atual QI 09, antigo QI 04 - SHI/Sul Lote"P" cujo instrumento foi publicado no DODF de 28 de dezembro de 1987 (Suplemento), à página 49, resolvem as partes signatárias do referido instrumento, de comum acordo e para todos os efeitos, rescindir, como de fato ora fica rescindido, o mencionado contrato, extinguindo-se por consequência todos os direitos e obrigações constituindo-se em relação ao imóvel objeto do comodato. Neste mesmo ato e na melhor forma de direito, as partes aqui presentes decidem estabelecer como concessão de direito real de uso a ocupação do imóvel em apreço, que a COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA-TERRACAP por esta forma expressamente institui em favor do (a) Sociedade Beneficiente Cristã Católica Apostólica Ortodoxa Antioquina de Brasília, observadas as peculiaridades do direito administrativo, com fundamento no parágrafo primeiro do artigo quinze do Decreto - Lei Federal nº 2.300, de 21 de novembro de 1986, ou conforme prevê o Decreto do Governo do Distrito Federal de nº 10.996, de 26 de janeiro do corrente ano, em seu artigo 20, §§ 1º e 2º, bem assim para efeito do item 7 do inciso I do artigo 167 da Lei nº 6.015,de 31 de dezembro de 19873. A esse fim, resolvem as mesmas partes firmar novo instrumento contratual , que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:"CLÁUSULA PRIMEIRA - Pelo presente instrumento, a CONCEDENTE PROPRIETÁRIA, atendendo a que a Sociedade Beneficiente Cristã Católica Apostólica Ortodoxa Antioquina de Brasília, entidade sem fins lucrativos e políticos, com a finalidade Beneficiente, cultural, religiosa e representativa, voltada principalmente para as atividades públicas e, considerando a necessidade de serem incentivadas construções que se destinem ao desenvolvimento social, religioso e cultural de Brasília, resolve colocar à disposição do (a) CONCESSIONÁRIA (A) UTENTE, sob o regime jurídico de concessão de direito real de uso, pelo prazo de 20 (vinte) anos, desde que mantidas as finalidades da cessão, o terreno situado no Lote "P", da antiga QI 04, atual QI 09 - SHI/SUL, com a área de 3.817,334m^2, criado conforme Decreto nº 9934 de 21 de novembro de 1986, averb. 5684-fls. 123 Liv 8-M 17/03/87 (conta de Integralização de Capital da TERRACAP nº 3 BP 44517/76), projeção de terreno esta que ora é entregue e transferida à posse do CONCESSIONÁRIO(A) UTENTE para ocupá-la e utilizá-la em razão de suas finalidades específicas, constantes de seus Estatutos Sociais, que ficam fazendo parte integrante deste contrato. CLÁUSULA SEGUNDA - O (A) USUARIO (A) obriga-se a utilizar o imóvel acima descrito no cumprimento dos seus objetivos e finalidades, fazendo ali construir o funcio

nar suas dependências no prazo de tres anos contados da assinatura deste contrato, do (a) Sociedade Beneficiente Cristã Católica Apostólica Ortodoxa Antioquina de Brasília. CLÁUSULA TERCEIRA - O (A) CONCESSIONÁRIO (A) UTENTE obriga-se a zelar pelo bom uso do imóvel não podendo transferi-lo a terceiros. CLÁUSULA QUARTA - A CEDENTE PROPRIETÁRIA obriga-se a assegurar ao (à) CONCESSIONÁRIO (A) UTENTE o pleno uso do imóvel objeto deste contrato, pelo prazo dele constante, não cessando dita ocupação, senão em caso de extinção ou dissolução do USUÁRIO (A), em virtude de abandono do imóvel, desvio de finalidade para o qual foi concedida o uso ou não cumprimento do prazo estipulado (3 anos) na cláusula segunda. CLÁUSULA QUINTA - Em qualquer caso de extinção do uso, ou de rescisão contratual referido na Cláusula anterior, a área dada à ocupação do (a) CONCESSIONÁRIO (A) UTENTE reverterá, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, ao patrimônio da Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP, à qual também passarão a pertencer as benfeitorias por acaso existentes no imóvel, não sendo devida ao (à) USUÁRIO (A) qualquer indenização, seja a que título for. CLAUSULA SEXTA - Na eventualidade de retomada do imóvel ora concedido ao (à) usuário, a qualquer época por interesse público (art. 24 da Lei 4545, de 10.12.64) o (a) CONCESSIONÁRIO (A) UTENTE fará jus à indenização plena e prévia das edificações e demais benfeitorias introduzidas no referido lote de terreno. CLÁUSULA SÉTIMA - O (A) CONCESSIONÁRIO (A) UTENTE poderá solicitar à CONCEDENTE PROPRIETÁRIA as medidas necessárias a assegurar o pleno uso sobre a totalidade da área, caso esta venha sofrer impedimentos de qualquer natureza. CLÁUSULA OITAVA - Pelo uso do imóvel a que se refere a Cláusula primeira, o (a) CONCESSIONÁRIO (A) UTENTE, pagará remuneração anual, no valor de um décimo por cento (0,1%) do valor do imóvel, calculado segundo o critério adotado pela Secretaria de Finanças, para o cálculo do IPTU, no exercício correspondente, sem prejuízo do pagamento de taxas, impostos e tarifas publicas relativos ao imóvel. CLÁUSULA NONA - O presente contrato entre em vigor na data de sua publicação no "Diário Oficial do Distrito Federal". CLÁUSULA DÉCIMA - Fica eleito o foro de Brasília pra dirimir quaisquer dúvidas ou questões relativas ao cumprimento deste contrato". Assim, para constar, lavrou-se este instrumento em quatro vias de igual teor e para um só efeito, com quatro páginas cada uma,o qual, sendo lido e achado conforme, as partes antes qualificadas aceitaram,outorgarem e assinam com as testemunhas abaixo nominadas.

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA - pelo interveniente anuente
Governador do Distrito Federal

CARLOS MAGALHÃES DA SILVEIRA - pela cedente proprietária
Diretor-Superintendente da TERRACAP

BRASIL HELOU - pelo (a) concessionário (a) utente
Presidente

TESTEMUNHAS

CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO, QUE FAZEM A COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA E DO OUTRO A MITRA ARQUIDIOCESANA DE BRASÍLIA, COM A INTERVENIÊNCIA DO DISTRITO FEDERAL, NA FORMA A BAIXO.

Aos dez dias do mês de maio de mil novecentos e oitenta e oito, no salão nobre do Palácio do Buriti, nesta Capital de Brasília, sede do Governo do Distrito Federal compareceram de um lado, o Distrito Federal, neste ato representado pelo Senhor Governador, Dr. JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, doravante denominado COMODANTE e do outro a ARQUIDIOCESE DE BRASÍLIA, que em suas relações patrimoniais é designada pelo título de "MITRA ARQUIDIOCESANA DE BRASÍLIA", com personalidade jurídica nos termos do Decreto nº 119-A, de 07 de janeiro de 1980 e tendo como estatuto o Código Canônico, recebido como tal pelo Direito positivo brasileiro, nos termos do artigo 3º, do citado Decreto 119-A, neste ato representado pelo Revmº Padre CZESLAW ROSTKOWSKI, brasileiro, solteiro, sacerdote, residente e domiciliado nesta Capital à SGAS 601 mód.3/3, portador da Carteira de Identidade nº 773.569-SSP/DF, emitida em 05.02.1982, CPF nº157.534.509-97, doravante simplesmente denomidada COMODATÁRIA, além das testemunhas ao final nominada. Havendo sido celebrado, em 22 de dezembro de 1987, contrato sob o regime de Comodato, pelo qual o DISTRITO FEDERAL cedeu Á MITRA ARQUIDIOCESANA DE BRASÍLIA, para uso desta, o terreno descrito como A.E.A - EQ. 32/36 - EQNP - CEILÂNDIA, cujo instrumento foi publicado no DODF de 28 de dezembro de 1987 (Suplemento, à página 48, resolvem as partes signatárias o referido instrumento, de comum acordo e para todos os efeitos, rescindir, como fato ora fica rescindido, o mencionado contrato, extinguindo-se por consequência todos os direitos e obrigações constituídos em relação ao imóvel objeto do comodato. Neste mesmo ato e na melhor forma de direito, as partes aqui presentes decidem estabelecer como concessão de direito real de uso a ocupação do imóvel em apreço, que a COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP por esta forma expressamente institui em favor da MITRA ARQUIDIOCESANA DE BRASÍLIA, observadas as peculiaridades do direito administrativo, com fundamento no parágrafo primeiro do artigo quinze do Decreto-lei Federal nº 2.300, de 21 de novembro de 1986, ou conforme prevê o Decreto do Governo do Distrito Federal de nº 10.996, de 26 de janeiro do corrente ano, em seu artigo 20, §§ 1º e 2º, bem assim para efeito do item 7 do inciso I do artigo 167 da lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973. A esse fim, resolvem as as mesmas partes firmar novo instrumento contratual , que será regido pelas seguintes cláusulas e condições: " CLÁUSULA PRIMEIRA Pelo presente instrumento, a CONCEDENTE PROPRIETÁRIA, atendendo a que a MITRA ARQUIDIOCESANA DE BRASÍLIA, entidade filantrópica sem fins lucrativos e políticos, dirigida a toda a comunidade, considerando a necessidade de serem inventivadas construções que se destinem ao desenvolvimento social, religioso e cultural de Brasília, resolve colocar à disposição da CONCESSIONÁRIA (A) UTENTE, sob o regime jurídico de concessão de direito real de uso, pelo prazo de 20 (vinte) anos, desde que mantidas as finalidades da cessão, o terreno situado no Lote 3 - conj. E - Quadra 17 - Setor "O" - Norte-CS/Taguatinga, criado conforme averbação na TERRACAP, projeção de terreno esta que ora é entregue e transferida à posse da CONCESSIONÁRIA (A) UTENTE para ocupá-la e utilizá-la em razão de suas finalidades específicas, constantes de seus Estatutos Sociais, que ficam fazendo parte integrante deste contrato. CLÁUSULA SEGUNDA - A USUÁRIA (A) obriga-se a utilizar o imóvel acima descrito no cumprimento dos seus objetivos e finalidades, fazendo ali construir e funcionar suas dependências no prazo de três anos contados da assinatura deste contrato, da

MITRA ARQUIDIOCESANA DE BRASÍLIA. CLÁUSULA TERCEIRA - A CONCESSIONÁRIA (A) UTENTE obriga-se a zelar pelo bom uso do imóvel, não podendo transferi-lo a terceiros. CLÁUSULA QUARTA - A CEDENTE PROPRIETÁRIA obriga-se a assegurar ao (à) CONCESSIONÁRIO (A) UTENTE o pleno uso do imóvel objeto deste contrato, pelo prazo dele constante, não cessando dita ocupação senão em caso de extinção ou dissolução do USUÁRIO (A), em virtude de abandono do imóvel, desvio de finalidade pra o qual foi concedida o uso ou não cumprimento do prazo estipulado (3 anos) na Cláusula Segunda. CLÁUSULA QUINTA - Em qualquer caso de extinção do uso, ou de rescisão contratual referido na Cláusula anterior, a área dada à ocupação do (a) CONCESSIONÁRIO (A) UTENTE reverterá, independentemente de notificação judicial ou estrajudicial, ao patrimônio da companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP, à qual também passarão a pertencer as benfeitorias por acaso existentes no imóvel, não sendo devida ao (à) USUÁRIO (A) qualquer indenização, seja a que título for. CLÁUSULA SEXTA - Na eventualicade da retomada do imóvel ora concedido ao (á), a qualqur época por interesse público (art. 24 da Lei 4545, de 10.12.64) o (a) CONCESSIONÁRIO (A) UTENTE fará jus à indenização plena e prévia das edificações e demais benfeitorias introduzidas no referido lote de terreno. CLÁUSULA SÉTIMA - O (A) CONCESSIONÁRIO (A) UTENTE poderá solicitar à CONCEDENTE PROPRIETÁRIA as medidas necessárias a assegurar o pleno uso sobre a totalidade da área, caso esta venha a sofrer impedimentos de qualquer natureza. CLÁUSULA OITAVA - Pelo uso do imóvel a que se refere a Cláusula Primeira, o (a) CONCESSIONÁRIA (A) UTENTE, pagará remuneração anual, no valor de um décimo por cento (0,1%) do valor do imóvel, calculado segundo o critério adotado pela Secretaria de Finanças, para o cálculo do IPTU, no exercício correspondete, sem prejuízo do pagamento de taxas, impostos e tarifas públicas relativos ao imóvel. CLÁUSULA NONA - O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação no "Diário Oficial do Distrito Federal". CLÁUSULA DÉCIMA - Fica eleito o foro de Brasília para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relativas ao cumprimento deste contrato". Assim, para constar, lavrou-se este instrumento em quatro vias de igual teor e para um só efeito, com quatro páginas cada uma, o qual, sendo lido e achado conforme, as partes antes qualificadas aceitaram, outorgàram e assinam com as testemunhas abaixo nominadas.

Brasília, 10 de maio de 1988.

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA - pelo interveniente anuente
Governador do Distrito Federal

CARLOS MAGALHÃES DA SILVEIRA - pela cedente proprietária
Diretor-Superintende da TERRACAP

CZESLAW ROSTKOWSKI - pelo (a) concessionária (a)
Presidente utente

TESTEMUNHAS

CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO, QUE FAZEM A COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA E DO OUTRO A MITRA ARQUIDIOCESANA DE BRASÍLIA, COM A INTERVENIÊNCIA DO DISTRITO FEDERAL, NA FORMA ABAIXO.

Aos dez dias do mês de maio de mil novecentos e oitenta e oito, no salão nobre do Palácio do Buriti, nesta Capital de Brasília, sede do Governo do Distrito Federal comparecem de um lado, o Distrito Federal, neste ato representado pelo Senhor Governador, Dr. JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, doravante denominado COMODANTE e do outro a ARQUIDIOCESE DE BRASÍLIA, que em suas relações patrimoniais é designada pelo título de "MITRA ARQUIDIOCESANA DE BRASÍLIA", com personalidade jurídica nos termos do Decreto nº 119-A, de 07 de janeiro de 1980 e tendo como estatuto o Código de Direito Canônico, recebido como tal pelo Direito positivo brasileiro, nos termos do artigo 3º, do citado Decreto 119-A, neste ato representado pelo Revmº Padre CZESLAW ROSTKOWSKI, brasileiro, solteiro, sacerdote, residente e domiciliado nesta Capital à SGAS 601 mód.3§3, portador da Carteira de Identidade nº 773.569-SSP/DF, emitida em 05.02.1982, CPF nº 157.534.509-97, doravante simplesmente denominada COMODATÁRIA, além das testemunhas ao final nominada. Havendo sido celebrado, em 22 de dezembro de 1987, contrato sob o regime de Comodato, pelo qual o DISTRITO FEDERAL cedeu à MITRA ARQUIDIOCESANA DE BRASÍLIA, para uso desta, o terreno descrito como lote 3 - Conj E - Quadra 17 - Setor "O" - Norte-CS/Taguatinga, cujo instrumento foi publicado no DODF de 28 de dezembro de 1987 (Suplemento, à página 48, resolvem as partes signatárias do referido instrumento, de comum acordo e para todos os efeitos, rescindir, como fato ora fica rescindido, o mencion-do contrato, extinguindo-se por consequência todos os direitos e obrigações constituidos em relação ao imóvel objeto do comodato. Neste mesmo ato e na melhor forma de direito, as partes aqui presentes decidem estabelecer como concessão de direito real de uso a ocupação do imóvel em apreço, que a COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP por esta forma expressamente institui em favor da MITRA ARQUIDIOCESANA DE BRASÍLIA, observadas as peculiaridades do direito administrativo, com fundamento no parágrafo primeiro do artigo quinze do Decreto-lei Federal nº 2.300, de 21 de novembro de 1986, ou conforme prevê o Decreto do Governo do Distrito Federal de nº 10.996, de 26 de janeiro do corrente ano, em seu artigo 20, §§ 1º e 2º, bem assim para efeito do item 7 do inciso I do artigo 167 da lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973. A esse fim, resolvem as mesmas partes firmar novo instrumento contratual , que será regido pelas seguintes cláusulas e condições: " CLÁUSULA PRIMEIRA Pelo presente instrumento, a CONCEDENTE PROPRIETÁRIA, atendendo a que a MITRA ARQUIDIOCESANA DE BRASÍLIA, entidade filantrópica sem fins lucrativos e políticos, dirigida a toda a comunidade, considerando a necessidade de serem inventivadas construções que se destinem ao desenvolvimento social, religioso e cultural de Brasília, resolve colocar à disposição da CONCESSIONÁRIA (A) UTENTE, sob o regime jurídico de concessão de direito real de uso, pelo prazo de 20 (vinte) anos, desde que mantidas as finalidades da cessão, o terreno situado no Lote 3 - conj. E - Quadra 17 - Setor "O" - Norte-CS/Taguatinga, criado conforme averbação na TERRACAP, projeção de terreno esta que ora é entregue e transferida à posse da CONCESSIONÁRIA (A) UTENTE para ocupá-la e utilizá-la em razão de suas finalidades específicas, constantes de seus Estatutos Sociais, que ficam fazendo parte integrante deste contrato. CLÁUSULA SEGUNDA - A USUÁRIA (A) obriga-se a utilizar o imóvel acima descrito no cumprimento dos seus objetivos e finalidades, fazendo ali construir e funcionar suas dependências no prazo de três anos contados da assinatura deste contrato, da

MITRA ARQUIDIOCESANA DE BRASÍLIA. CLÁUSULA TERCEIRA - A CONCESSIONÁRIA (A) UTENTE obriga-se a zelar pelo bom uso do imóvel, não podendo transferi-lo a terceiros. CLÁUSULA QUARTA - A CEDENTE PROPRIETÁRIA obriga-se a assegurar ao (à) CONCESSIONÁRIO (A) UTENTE o pleno uso do imóvel objeto deste contrato, pelo prazo dele constante, não cessando dita ocupação senão em caso de extinção ou dissolução do USUÁRIO (A), em virtude de abandono do imóvel. desvio de finalidade pra o qual foi concedida o uso ou não cumprimento do prazo estipulado (3 anos) na Cláusula Segunda. CLÁUSULA QUINTA - Em qualquer caso de extinção do uso, ou de rescisão contratual referido na Cláusula anterior, a área dada à ocupação do (a) CONCESSIONÁRIO (A) UTENTE reverterá, independentemente de notificação judicial ou estrajudicial, ao patrimônio da companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP, à qual também passarão a pertencer as benfeitorias por acaso existentes no imóvel, não sendo devida ao (à) USUÁRIO (A) qualquer indenização, seja a que título for. CLÁUSULA SEXTA - Na eventualicade da retomada do imóvel ora concedido ao (á), a qualqur época por interesse público (art. 24 da Lei 4545, de 10.12.64) o (a) CONCESSIONÁRIO (A) UTENTE fará jus à indenização plena e prévia das edificações e demais benfeitorias introduzidas no referido lote de terreno. CLÁUSULA SÉTIMA - O (A) CONCESSIONÁRIO (A) UTENTE poderá solicitar à CONCEDENTE PROPRIETÁRIA as medidas necessárias a assegurar o pleno uso sobre a totalidade da área, caso esta venha a sofrer impedimentos de qualquer natureza. CLÁUSULA OITAVA - Pelo uso do imóvel a que se refere a Cláusula Primeira, o (a) CONCESSIONÁRIA (A) UTENTE, pagará remuneração anual, no valor de um décimo por cento (0,1%) do valor do imóvel, calculado segundo o critério adotado pela Secretaria de Finanças, para o cálculo do IPTU, no exercício correspondete, sem prejuízo do pagamento de taxas, impostos e tarifas públicas relativos ao imóvel. CLÁUSULA NONA - O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação no "Diário Oficial do Distrito Federal". CLÁUSULA DÉCIMA - Fica eleito o foro de Brasília para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relativas ao cumprimento deste contrato". Assim, para constar, lavrou-se este instrumento em quatro vias de igual teor e para um só efeito, com quatro páginas cada uma, o qual, sendo lido e achado conforme, as partes antes qualificadas aceitaram, outorgaram e assinam com as testemunhas abaixo nominadas.

Brasília, 10 de maio de 1988.

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA - pelo interveniente anuente
Governador do Distrito Federal

CARLOS MAGALHÃES DA SILVEIRA - pela cedente proprietária
Diretor-Superintende da TERRACAP

CZESLAW ROSTKOWSKI - pelo (a) concessionária (a) utente
Presidente

TESTEMUNHAS

CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO, QUE FAZEM A COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA E A ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS — ASCADE, COM A INTERVENIÊNCIA DO DISTRITO FEDERAL, NA FORMA ABAIXO.

Aos 10 (dez) dias de maio de mil, novecentos e oitenta e oito, nesta cidade de Brasília, Capital da República, no Palácio do Buriti, sede do Governo do Distrito Federal, compareceram partes entre si justas e avençadas, outorgantes e reciprocamente outorgadas, de um lado, como INTERVENIENTE ANUENTE, o DISTRITO FEDERAL, neste ato representado pelo Senhor Governador JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, e, como CONCEDENTE PROPRIETÁRIA, a COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA — TERRACAP, empresa pública integrante da Administração Indireta do Distrito Federal, constituída na forma da Lei nº 5.861, de 12 de dezembro de 1972, CGC 00.359.877/0001-73 e inscrição estadual nº 145079, sediada no SAIN - Bl. "F", neste ato representada por seu Diretor-Superintendente, Dr. CARLOS MAGALHÃES DA SILVEIRA, brasileiro, solteiro, Secretário de Estado, residente e domiciliado nesta Capital, e, de outro lado, na qualidade de CONCESSIONÁRIA UTENTE ou USUÁRIA, a ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS — ASCADE, entidade assistencial, representativa e cultural com personalidade jurídica de direito privado, nos termos de seus Estatutos Sociais devidamente registrados sob nº 140 do Livro A-02 do Cartório do 2º Ofício do Registro de Pessoas Jurídicas de Brasília, também registrada no CNSS sob nº 230.439/80, CGC 00.679.365/0001-94, com sede na Avenida L-2 Sul, Quadra 609/610, conjunto "C", lote 70, neste ato representada por seu Presidente, Sr. VALMÁSIO NUNES ARAGÃO, brasileiro, casado, residente e domiciliado na SQS-205, Bloco "D", ap. 505, C.I. 43.843/SEP-DF e CPF 001891201-00, juntamente com o qual assina o Diretor-Executivo da entidade, Sr. SINDULFO CHAVES FILHO, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, CPF 008216321-91, além das testemunhas ao final nominadas. Havendo sido celebrado, em 22 de dezembro de 1987, contrato sob o regime de comodato, pelo qual o DISTRITO FEDERAL cedeu à ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS — ASCADE, para uso desta, o terreno descrito como lote nº 18, Trecho 2 - SCE/Sul, cujo instrumento foi publicado no DODF de 28 de dezembro de 1987 (Suplemento), à página 47, resolvem as partes signatárias do referido instrumento, de comum acordo e para todos os efeitos, rescindir, como de fato ora fica rescindido, o mencionado contrato, extinguindo-se por conseqüência todos os direitos e obrigações constituídos em relação ao imóvel objeto do comodato. Neste mesmo ato e na melhor forma de direito, as partes aqui presentes decidem estabelecer como concessão de direito real de uso a ocupação do imóvel em apreço, que a COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA — TERRACAP por esta forma expressamente institui em favor da ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS — ASCADE, observadas as peculiaridades do direito administrativo, com fundamento no parágrafo primeiro do artigo quinze do Decreto-lei Federal nº 2.300, de 21 de novembro de 1986, ou conforme prevê o Decreto do Governo do Distrito Federal de nº 10.996, de 26 de janeiro do corrente ano, em seu artigo 20, §§ 1º e 2º, bem assim para efeito do item 7 do inciso I do artigo 167 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973. A esse fim, resolvem as mesmas partes firmar novo instrumento contratual, que será regido pelas seguintes cláusulas e condições: "CLÁUSULA PRIMEIRA - Pelo presente instrumento, a CONCEDENTE PROPRIETÁRIA, atendendo a que a Associação dos Servidores da Câmara dos Deputados — ASCADE, entidade filantrópica sem fins lucrativos e políticos, com a finalidade de congraçamento, amparo e representação de seus associados, voltada principalmente para as atividades sociais, beneficentes, culturais, lúdicas e desportivas, e de cooperação com a Câmara dos Deputados, já tendo construído sua sede própria na Avenida L-2 Sul, Quadra 609/610, conjunto "C", lote 70; e, considerando a necessidade de serem incentivadas construções que se destinem ao desenvolvimento social, religioso ou cultural de Brasília, resolve colocar à disposição da CONCESSIONÁRIA UTENTE, sob o regime jurídico de concessão de direito real de uso, pelo prazo de 20 (vinte) anos, desde que mantidas as finalidades da cessão, o terreno situado no lote nº 18 - Trecho 2 - SCE/Sul, com a área de 68.250 m^2 (sessenta e oito mil, duzentos e cinqüenta metros quadrados), criado conforme averbação nº 18 feita à margem da inscrição nº 28, do Livro 8-L, fls. 88, que teve por objeto o memorial descritivo datado de 23 de janeiro de 1978, depositado no Cartório do 1º Ofício do Registro de Imó-

veis pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil — NOVACAP, proje ção de terreno esta que ora é entregue e transferida à posse da CONCESSIONÁRIA UTENTE para ocupá-la e utilizá-la em razão de suas finalidades específicas, constantes de seus Estatutos Sociais, que ficam fazendo parte integrante deste contrato. CLÁUSULA SEGUNDA - A USUÁRIA obriga-se a utilizar o imóvel acima descrito no cumprimento dos seus objetivos e finalidades, fazendo ali construir e funcionar suas dependências no prazo de três anos contados da assinatura deste contrato. CLÁUSULA TERCEIRA - A CONCESSIONÁRIA UTENTE obriga-se a zelar pelo bom uso do imóvel, não podendo transferi-lo a terceiros. CLÁUSULA QUARTA - A CEDENTE PROPRIETÁRIA obriga-se a assegurar à CONCESSIONÁRIA UTENTE o pleno uso do imóvel objeto deste contrato, pelo prazo dele constante, não cessando dita ocupação senão em caso de extinção ou dissolução da USUÁRIA, em virtude de abandono do imóvel, desvio de finalidade para a qual foi concedido o uso ou não cumprimento do prazo estipulado (3 anos) na Cláusula Segunda. CLÁUSULA QUINTA - Em qualquer caso de extinção do uso ou de rescisão contratual referido na Cláusula anterior, a área dada à ocupação da CONCESSIONÁRIA UTENTE reverterá, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, ao patrimônio da Companhia Imobiliária de Brasília — TERRACAP, à qual também passarão a pertencer as benfeitorias por acaso existentes no imóvel, não sendo devida à USUÁRIA qualquer indenização, seja a que título for. CLÁUSULA SEXTA - Na eventualidade da retomada do imóvel ora concedido à USUÁRIA, a qualquer época, por interesse público (art. 24 da Lei 4.545, de 10 de dezembro de 1964), a CONCESSIONÁRIA UTENTE fará jus à indenização plena e prévia das edificações e demais benfeitorias introduzidas no referido lote de terreno. CLÁUSULA SÉTIMA - A CONCESSIONÁRIA UTENTE poderá solicitar à CONCEDENTE PROPRIETÁRIA as medidas necessárias a assegurar o pleno uso sobre a totalidade da área, caso esta venha a sofrer impedimentos de qualquer natureza. CLÁUSULA OITAVA - Pelo uso do imóvel a que se refere a Cláusula Primeira, a CONCESSIONÁRIA UTENTE pagará remuneração anual, no valor de um décimo por cento (0,1%) do valor do imóvel, calculado segundo o critério adotado pela Secretaria de Finanças para o cálculo do IPTU, no exercício correspondente, sem prejuízo do pagamento de taxas, impostos e preços públicos relativos ao imóvel. CLÁUSULA NONA - O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação no "Diário Oficial do Distrito Federal". CLÁUSULA DÉCIMA - Fica eleito o foro de Brasília para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relativas ao cumprimento deste contrato". Assim, para constar, lavrou-se este instrumento em quatro vias de igual teor e paraum só efeito, com quatro páginas cada uma, o qual, sendo lido e achado conforme, as partes antes qualificadas aceitaram, outorgaram e assinam com as testemunhas abaixo nominadas.

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA - pelo interveniente anuente
Governador do Distrito Federal

CARLOS MAGALHÃES DA SILVEIRA - pela concedente proprietária
Diretor-Superintendente da TERRACAP

VALMÁSIO NUNES ARAGÃO - pela concessionária utente
Presidente da ASCADE

SINDULFO CHAVES FILHO - pela concessionária utente
Diretor-Executivo da ASCADE

TESTEMUNHAS:

ANTÔNIO GERALDO GUEDES
Consultor Jurídico do GDF

CÉLIO DE SOUZA
Assessor Legislativo da Câmara dos Deputados

JOSÉ JOÃO DE MEDEIROS
Diretor da Coordenação de Transportes da Câmara dos Deputados

CAMENA — CIA AGROPECUARIA DO MEIO NORTE S.A.
CGC/MF 06044010/0001-05

Capital Autorizado .. Cz$ 16.000.000,00
Capital Subscrito e Integralizado ..... Cz$ 13.478.299,00

Ata das assembléias gerais ordinária e extraordinária realizadas no dia 22.04.88

Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de abril de 1988 (hum mil, novecentos e oitenta e oito), no SIA, Trecho 03, nº 855, 3º andar, em Brasília-DF, às 16:00 (dezesseis) horas, reuniram-se em Assembléia Geral ORDINÁRIA e EXTRAORDINÁRIA os acionistas da CAMENA — CIA AGROPECUÁRIA DO MEIO NORTE S/A, representando mais de 2/3 (dois terços) do Capital Social com direito a voto, conforme constatou-se pelas assinaturas apostas no Livro de Presença dos Acionistas. Por unanimidade dos acionistas presentes, foi escolhido presidente das Assembléias o Sr. Nury Andraus Gassani, que convidou a mim, Valdecy Miguel Evangelista, para secretariá-lo. Constituída a mesa e verificado o cumprimento de todas as formalidades legais e estatutárias, o Sr. Presidente declarou aberta a sessão e instaladas as Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária, convocadas por Editais publicados no Jornal de Brasília, edições de 18, 19 e 22-03.88, esclarecendo que, por motivo de força maior, a reunião está sendo realizada já na futura sede social, conforme autorização expressa no art. 124, parágrafo 2, da Lei 6.404/76. Em seguida, por determinação do Senhor Presidente, li a Pauta da Ordem doDia para Assembléia Geral Ordinária, que é a seguinte: a) Tomar as contas da Administração referentes aos exercícios de 1986 e 1987; b) aprovar a correção da expressão monetária do capital referente aos mesmos exercícios; c) deliberar sobre a destinação dos lucros líquidos e distribuídos de dividendos nos exercícios de 1986 e 1987; e d) eleição do Conselho de Administração para o triênio 1988 1991. O Senhor Presidente, esclarecendo que o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras foram colocados à disposição dos senhores acionistas para exame conforme publicado nos Editais acima mencionados, indagou se algum dos presentes desejava outros esclarecimentos acerca daqueles documentos ou dos respectivos conteúdos. Não havendo requerimento para a leitura daquelas peças, nem pedido de informações adicionais, foram as mesmas submetidas a discussão e aprovação. Posta a matéria em votação, verificou-se aprovação unânime. A seguir, e pela ordem, foi posta em discussão a matéria constante do item "b", propondo o Sr. Presidente que a reserva de correção monetária verificada nos Balanços Gerais encerrados nos exercícios de 1986 e 1987 seja capitalizada na forma do art. 167 da Lei 6.404/76, com a conseqüente distribuição, aos acionistas, de ações na proporção da participação de cada um no capital social e conseqüente reforma do Estatuto Social. A proposta foi aceita, ficando aprovada a expressão da correção monetária do capital social, pelos valores apresentdos nos aludidos exercícios. Sobre a matéria constante do item "c" da Ordem do Dia, colocada em discussão e votação, foi deliberado, por unanimidade, destinar os lucros líquidos dos exercícios de 1986 e 1987 a compensação dos prejuízos acumulados, deixando-se conseqüentemente de distribuir dividendos. Em seguida, o Senhor Presidente determinou que se procedesse ao escrutínio para eleição do Conselho de Administração, com mandato para o triênio 1988/1991. Colocada a matéria em votação, foram eleitos, por unanimidade, para compor o mencionado Conselho, no período indicado, os seguintes membros: MANOEL AUGUSTO DE ALMEIDA, brasileiro, casado, engenheiro civil, residente e domiciliado no SHIS, QL 8, Conj. 1, Casa 9, Brasília-DF., Carteira de Identidade nº 072469 expedida pelo SSP-DF, CPF/MF 000258871-49,como PRESIDENTE, NURI ANDRAUS GASSANI, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado na SQS 305, Bloco "D", Apt° 203, Brasília-DF, Carteira de Identidade nº 694246, expedida pelo SSP/GO, CPF/MF 001979711-72 e ROBERTO CURI, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado no SHIS, QI 9, Conj. 4, Casa 4, Brasília-DF, Carteira de Identidade nº 142981, expedida pelo DFSP/DF, CPF/MF 000304731-87, como CONSELHEIROS, que continuarão nos respectivos cargos, independentemente da assinatura do termo de posse, tendo em vista já os exercerem anteriormente. Deliberou-se ainda, por unanimidade dos Acionistas e tendo em vista o disposto nos Artigos 12 e 17 dos Estatutos Sociais, fixar os honorários de cada membro do Conselho de Administração em Cz$ 10.000,00 (dez mil cruzados) mensais e os da Diretoria, para o exercício de 1988, em até Cz$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil cruzados) globalmente. A seguir, determinou o Senhor Presidente que se passasse a Pauta da Ordem do Dia para a Assembléia Geral Extraordinária, que é a seguinte: aumento do capital autorizado, do capital subscrito e mudança do endereço da Sede Social, esclarecen-

do que, conforme deliberação da AGO realizada nesta data, as reservas de correção monetária apuradas nos exercícios de 1986 e 1987, devem ser capitalizadas, propondo a elevação do capital autorizado para Cz$ 110.000.000,00 (cento e dez milhões de cruzados). A proposta foi aprovada por unanimidade. Pedindo a palavra, que lhe foi concedida,o Sr. ROBERTO CURI esclareceu que os acionistas majoritários são detentores de crédito perante a sociedade, no valor de Cz$ 114.030,00 (cento e quatorze mil e trinta cruzados propondo que o mencionado valor seja integrado ao Capital Social, mediante subscrição de novas ações ordinárias pelos respectivos credores. Proposta aprovada, o Senhor Presidente determinou a emissão do boletim de subscrição. Face as deliberações retro, foi aprovada a alteração do Capítulo II, art. 5, dos Estatutos sociais, que passa a vigorar com a seguinte redação: CAPÍTULO II — Capital Social e Ações. Art. 5 — O Capital Autorizado da Sociedade é de Cz$ 110.000.000,00 (cento e dez milhões de cruzados) dividido em 110.000.000 (cento e dez milhões) de ações nominativas de Cz$ 1,00 (um cruzado) cada uma, sendo: 45.000.000 (quarenta e cinco milhões) de ações ordinárias ou comuns; 20.000.000 (vinte milhões) de ações preferenciais classe "A"; 5.000.000 (cinco milhões) de ações preferenciais classe "B"; e 40.000.000 (quarenta milhões de ações preferenciais classe "C". O capital subscrito e integralizado, com a incorporação de Cz$ 85.932.650,00 (oitenta e cinco milhões, novecentos e trinta e dois mil, seiscentos e cinqüenta cruzados), referente a correção monetária dos exercícios de 1986 e 1987 e Cz$ 114.030,00 (cento e quatorze mil e trinta cruzados), pela subscrição de novas ações ordinárias, passa para Cz$ 99.524.878,00 (noventa e nove milhões, quinhentos e vinte e quatro mil, novecentos e setenta e nove cruzados), com os seguintes valores: em ações ordinárias, Cz$ 41.121.930,00; em ações preferenciais classe "A", Cz$ 17.861.372,00; em ações preferenciais classe "B", Cz$ 2.939.970,00; e em ações preferenciais classe "C", Cz$ 37.601.707,00. O aumento retro, representa a distribuição, aos acionistas, de 85.932.650 ações, proporcionalmente a participação de cada um, conforme quadros adiante:

1) COMPOSICAO DO AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL

AÇÕES	Aumento com Integralizacao C.M.	Aumento em Moeda Corrente	TOTAL
Ordinarias	35.447.982,00	114.030,00	35.562.012,00
Preferenciais A	15.439.698,00	-	15.439.698,00
Preferenciais B	2.541.364,00	-	2.541.364,00
Preferenciais C	32.503.606,00	-	32.503.606,00
TOTAL	85.932.650,00	114.030,00	86.046.680,00

2) COMPOSICAO DO CAPITAL SOCIAL

AÇÕES	CAPITAL ANTERIOR		CAPITAL ATUAL	
	AUTORIZADO	SUBSCRITO E INTEGRALIZADO	AUTORIZADO	SUBSCRITO E INTEGRALIZADO
Ordinarias	8.000.000,00	5.559.918,00	45.000.000,00	41.121.930,00
Preferenciais A	2.500.000,00	2.421.674,00	20.000.000,00	17.861.372,00
Preferenciais B	400.000,00	398.606,00	5.000.000,00	2.939.970,00
Preferenciais C	5.100.000,00	5.098.101,00	40.000.000,00	37.601.707,00
TOTAL	16.000.000,00	13.478.299,00	110.000.000,00	99.524.979,00

A seguir foi aprovada, por unanimidade, a mudança de endereço da Sede Social, permanecendo o mesmo domicílio, para o SIA Trecho , nº 855, 3º andar, em Brasília-DF. Franqueada a palavra, dela fez uso o senhor ROBERTO CURI, para explicar que a numeração das ações, constante da AGE realizada em 11.08.86, apresenta limitação sequencial, propondo que, para cada espécie e classe, seja iniciada uma numeração própria. A proposta foi aprovada, ficando determinado que cada série seja iniciada pelo número 001, prosseguindo ilimitadamente. Não havendo outras manifestações, o Presidente declarou encerradas as Assembléias, pedindo que lavrasse a presente ata que, depois de lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Brasília-DF., 22 de abril de 1988. Este instrumento e cópia fiel da ata lavrada no livro próprio.

NURI ANDRAUS GASSANI
Presidente das Assembléias

VALDECY MIGUEL EVANGELISTA
Secretário

JOSÉ AUGUSTO OLIVEIRA SANTOS
Advogado
OAB-DF 4842

CAMENA — CIA AGROPECUÁRIA DO MEIO NORTE S.A.
CGC/MF 06044010/0001-05 - Brasília-DF

Capital Autorizado . Cz$ 110.000.000,00
Capital Subscrito e Integralizado ..... Cz$ 99.524.979,00

BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES

Boletim de subscrição de 114.030 (cento e quatorze mil e trinta) ações ordinárias nominativas, com direito a voto, valor nominal de Cz$ 1,00 (hum cruzado) cada uma, do Capital Social da CAMENA — Cia. Agropecuária do Meio Norte S/A, sediada em Brasília, DF, cuja emissão, dentro dos limites do capital autorizado da sociedade, foi delibrada pela Assembléia Geral Extraordinária desta data, sendo seu valor integralizado em dinheiro. O capital autorizado da sociedade é de Cz$ 110.000.000,00 (cento e dez milhões de cruzados) dividido em 110.000.000 (cento e dez milhões) de ações ordinárias com direito a voto, 20.000.000 (vinte milhões) de ações preferenciais classe "A", 5.000.000 (cinco milhões) de ações preferenciais classe "B", e 40.000.000 (quarenta milhões) de ações preferenciais Classe "C", essas sem direito a voto.

NOME E ASSINATURA DO SUBSCRITOR	QUALIFICACAO, CGC E ENDERECO	ACOES SUBSCRITAS
1. Brasília Diesel S/A	Empresa Brasileira, CGC/MF 01537927/0001-82, com sede a Av. Anhanguera,5698, Goiania-Go.	19.005
2. Cleto Meireles S/A	Empresa Brasileira, CGC/MF 01579101/0001-21, com sede no SCRS 503,Bl.C Lj/43-Brasilia-DF.	19.005
3. Curinga dos Pneus Ltda.	Empresa Brasileira, CGC/MF 00041327/0001-01, com sede no SCRS 503,Bl.C,Lj/15/39-Brasilia	19.005
4. Eldorado Construtora S/A	Empresa Brasileira, CGC/MF 07202294/0001-83, com sede no SIA, Trecho 03,nr.855-Brasilia	19.005
5. EMOSA - Eng. Melman Osorio Ltda.	Empresa Brasileira, CGC/MF 33379512/0001-40, com sede na Praia do Botafogo,210, 6.Andar Rio de Janeiro-RJ.	19.005
6. Pioneira da Borracha Ltda.	Empresa Brasileira, CGC/MF 00021279/0001-90, com sede no SCRS 511.Bl.A. Lj/5,Brasilia-DF.	19.005
	TOTAL	114.030

NURI ANDRAUS GASSANI
Presidente das Assembléias

VALDECY MIGUEL EVANGELISTA
Secretário

JOSÉ AUGUSTO
OLIVEIRA SANTOS
Advogado
OAB-DF 4842

17 MAI 1988
16647

JUNTA COMERCIAL DO DISTRITO FEDERAL. CERTIDÃO: Certifico que por despacho do Presidente da Junta, fica arquivado e registrado sob número e data estampados mecanicamente.
(a) Paulo Rodrigues Gomes da Cruz
Secretário-Geral

CAMENA _ CIA AGROPECUÁRIA DO MEIO NORTE S/A
CGC/MF.: 06044010/0001-05

Capital Autorizado . Cz$ 110.000.000,00
Capital Subscrito e Integralizado ..... Cz$ 99.524.979,00

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 22.04.88

Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de abril de 1988 (hum mil, novecentos e oitanta) às 18:30 (dezoito horas e trinta minutos), reuniu-se o Conselho de Administração da CAMENA-CIA AGROPECUÁRIA DO MEIO NORTE S/A, em sua sede social, presentes todos os membros a seguir nomeados: MANOEL AUGUSTO DE ALMEIDA, Presidente; NURI ANDRAUS GASSANI e ROBERTO CURI, Conselheiros. O Senhor Presidente esclareceu que esta reunião, por ele convocada imediatamente após o encerramento das Assembléias realizadas nesta data, nos termos do Art. 13, dos Estatutos Sociais e observado o Art. 124, Parágrafo 4, da Lei 6.404/76, tem por objetivo eleger a DIRETORIA da sociedade para o período de 1988/1991. A seguir o Presidente propôs a reeleição dos atuais membros para o período mencionado. Colocada a proposta em discussão e votação, verificou-se aprovação unânime, ficando assim constituída a Diretoria da sociedade para o triênio 1988/1991: DIRETOR-PRESIDENTE: NURI ANDRAUS GASSANI, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado na SQS 305, Bloco "D", apt0 203, Brasília-DF, portador da Carteira de Identidade nº 694246, expedida pela SSP/GO e do CPF/MF nº 001 979711-92; DIRETOR SUPERINTENDENTE: HELY WALTER COUTO, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado a HIG/SUL, QI-7, Conjunto 01, Casa 20, Brasília-DF, portador da Carteira de Identidade nº 43139, expedida pelo DFSP-DF e do CPF/MF nº 000264501-78; e DIRETOR TÉCNICO: FRANCISCO AGUIAR CARNEIRO, brasileiro, casado, engenheiro civil, residente e domiciliado na HIG/SUL 704, Bloco "J", Casa 12, em Brasília-DF portador da Carteira de Identidade nº 147681, expedida pela SSP-DF e do CPF/MF nº 000486231-72, que tomarão posse mediante assinatura do respectivo termo, no livro próprio. Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a reunião para lavratura desta ata. Reaberto os trabalhos, passou-se à leitura, da mesma que, achada confor-

me, foi aprovada e assinada por todos. Esta ata é cópia fiel da transcrita em livro próprio.

Brasília-DF, 22 de abril de 1988

MANOEL AUGUSTO DE ALMEIDA
Presidente

NURI ANDRAUS GASSANI
Conselheiro

ROBERTO CURI
Conselheiro

JOSÉ AUGUSTO
OLIVEIRA SANTOS
Advogado
OAB-DF 4842
17 MAI 1988
16647

JUNTA COMERCIAL DO DISTRITO FEDERAL. CERTIDÃO: Certifico que por despacho do Presidente da Junta, fica arquivado e registrado sob número e data estampados mecanicamente.
(a) Paulo Rodrigues Gomes da Cruz
Secretário-Geral

(Republicado por haver saído com incorreção do original no DODF)

PREFEITURA DA SQN-106

Resumo da Ata da Assembléia Geral Ordinária da Prefeitura da SQN-106, realizada no dia 25 de abril de 1988, que modificou parcialmente, seu Estatuto Social e foi presidida pela Presidente do Conselho Comunitário, Maria Izabel de Ávila. As mudanças básicas aprovadas foram as seguintes: as categorias de sócios passaram a ser de Fundador, Benemérito, Efetivo e Contribuinte; foi fixada a contribuição dos sócios em meia OTN, cobrada trimestralmente; a Organização da Prefeitura passou a ter a seguinte composição: I — Colegiado Deliberativo: a) Assembléia Geral; b) Conselho Comunitário; c) Conselho Fiscal; II — Executivos: a) Prefeito; b) Vice-Prefeito; c) 1° Secretário-Geral; d) 2° Secretário-Geral; e) 1° Tesoureiro; f) 2° Tesoureiro; à exceção da Assembléia Geral, todos os cargos serão ocupados por eleição direta e voto secreto; a movimentação das contas bancárias será feita em conjunto pelo Prefeito e 1° Tesoureiro ou pelo 1° Secretário-Geral e 1° Tesoureiro; é permitida a reeleição para o mesmo cargo uma única vez; o exercício fiscal inicia-se em 01 de janeiro e termina em 31 de dezembro do mesmo ano, enquanto o social tem início em 01 de junho e termina em 31 de maio do ano seguinte.

(DAR — Cz$ 3.800,00)

COMPANHIA DE ÀGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA

EXTRATO DO TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO N° 1.582/86

PROCESSO N°: 092-001.467/86 - CAESB
PARTES: Companhia de Água e Esgotos de Brasília — CAESB e a firma TRIPS — Passagens e Turismo Ltda.
OBJETO: Altera a cláusula terceira — (preço/valor)
VALOR: Fica acrescido ao valor do contrato a importância de Cz$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzados).

EXTRATO DO QUINTO ADITIVO AO CONTRATO N° 1.649/86

PROCESSO N°: 092-001.467/86 - CAESB
PARTES: Companhia de Água e Esgotos de Brasília — CAESB e a firma Decola Turismo Ltda.
OBJETO: Altera a cláusula terceira - (preço/valor)
VALOR: Fica acrescido ao valor do contrato principal a importância de Cz$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzados).

EXTRATO DO CONTRATO N° 1.874/88
PROCESSO N°: 092-001.617/88-CAESB
MODALIDADE E NÚMERO DA LICITAÇÃO: CONVITE N° 090/88 CAESB
PARTES: COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA — CAESB E A FIRMA TYPE — MÁQUINAS E SERVIÇOS LTDA:

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM 04 (QUATRO) MÁQUINAS COPIADORAS MARCA TRIUNFO; MODELO EP-300 RE E 02 (DUAS) MODELO TM-313 Z DE PROPRIEDADE DA CAESB.

VALOR: Cz$ 571.120,32 (QUINHENTOS E SETENTA E UM MIL, CENTO E VINTE CRUZADOS E TRINTA E DOIS CENTAVOS).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: OS RECURSOS FINANCEIROS SÃO PRÓPRIOS DA CAESB. AS DESPESAS CORRERÃO A CONTA DO ITEM 301 — CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO.
PRAZO: 12 (DOZE) MESES A PARTIR DA ASSINATURA
VIGÊNCIA: A PARTIR DE 13 DE MAIO DE 1988.

EXTRATO DO CONTRATO N° 1.875/88
PROCESSO N°: 092-000.591/88-CAESB
MODALIDADE E NÚMERO DA LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇOS N° TP-008/88-CAESB
PARTES: COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA — CAESB E A FIRMA ENGEVIX S/A ESTUDOS E PROJETOS DE ENGENHARIA.
OBJETO: ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE ÁGUA; ESGOTOS E CONTROLE DA POLUIÇÃO DAS ÁGUAS DO DISTRITO FEDERAL — ZONA URBANA.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: OS RECURSOS FINANCEIROS PROVÉM DO CTN-1107/87-CEF. AS DESPESAS CORRERÃO À CONTA DO PROJETO 5.170 — CÓDIGO 12.211.300.073.
VALOR: Cz$ 93.880.609,38 (NOVENTA E TRÊS MILHÕES; OITOCENTOS E OITENTA MIL; SEISCENTOS E NOVE CRUZADOS E TRINTA E OITO CENTAVOS).
PRAZO: 360 (TREZENTOS E SESSENTA) DIAS CONTADOS A PARTIR DA ASSINATURA DO CONTRATO.
VIGÊNCIA: A PARTIR DE 16 de maio de 1988

EXTRATO DO CONTRATO N° 1.876/88
PROCESSO N°: 092-00.579/88-CAESB
MODALIDADE E NÚMERO DA LICITAÇÃO: CONVITE N° CVO-021/88-CAESB

PARTES: COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA — CAESB E A FIRMA ENGE-RIO ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA.
OBJETO: EXECUÇÃO DO PROJETO DE RECUPERAÇÃO DA BARRAGEM DO RIO DESCOBERTO; CONFORME ESPECIFICAÇÕES E INSTRUÇÕES CONTIDAS NO PROCESSO.

VALOR: Cz$ 13.048.000,00 (TREZE MILHÕES E QUARENTA E OITO MIL CRUZADOS)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: OS RECURSOS FINANCEIROS PROVÉM DO CTN-143/88-CEF/FAE. AS DESPESAS CORRERÃO À CONTA DO PROJETO 5.170 — CÓDIGO... 12.211.300.043.

PRAZO: 180 (CENTO E OITENTA) DIAS CORRIDOS, A PARTIR DE 17.05.88.
VIGÊNCIA: 270 (DUZENTOS E SETENTA) DIAS CORRIDOS.
EXTRATO DO CONTRATO N° 1.877/88

PROCESSO N°: 092-000 743/88-CAESB
MODALIDADE E NÚMERO DA LICITAÇÃO: CONVITE N° 026/88-CAESB.

PARTES: COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA — CAESB E A FIRMA DMS — DISTRIBUIDORA DE MÁQUINAS E SERVIÇOS LTDA.
OBJETO: PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM 53 (CINQUINTA E TRÊS) MÁQUINAS ELÉTRICAS DE MARCA IBM DE PROPRIEDADE DA CAESB.

VALOR: Cz$ 419.760,00 (QUATROCENTOS E DEZENOVE MIL, SETECENTOS E SESSENTA CRUZADOS).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: OS RECURSOS FINANCEIROS SÃO PRÓPRIOS DA CAESB. AS DESPESAS CORRERÃO À CONTA DO ITEM 301.

PRAZO: 12 (DOZE) MESES A PARTIR DA ASSINATURA
VIGÊNCIA: A PARTIR DE 18 DE MAIO DE 1988.
EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO N° 1.850/88
PROCESSO N°: 092-001.277/88-CAESB
PARTES: COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA — CAESB E A FIRMA ENGESOLO — ENGENHARIA S/A.
OBJETO: ALTERA A CLÁUSULA TERCEIRA — (PREÇO/VALOR)
VALOR: FICA ACRESCIDA AO VALOR DO CONTRATO A IMPORTÂNCIA DE Cz$ 1.489.972,29 (HUM MILHÃO,QUATROCENTOS E OITENTA E NOVE MIL, NOVECENTOS E SETENTA E DOIS CRUZADOS E VINTE E NOVE CENTAVOS).

EXTRATOS DOS ESTATUTOS

NOME: Associação das Mulheres Unidas de Ceilândia-ASMUC (DF), Sede: QNN-1 Conj. "E", Casa 34, Ceilândia Norte, DURAÇÃO por tempo indeterminado; ADMINISTRAÇÃO: Assembléia Geral e Diretoria; REPRESENTATIVIDADE: pelo Presidente tanto em juízo como fora dele; RESPONSABILIDADE: os sócios não respondem pelos compromissos assumidos pela Associação; FUNDAÇÃO: a Associação foi fundada em 16.01.88 — DURAÇÃO DO MANDATO: de 04 (quatro) anos a partir da fundação da entidade; EXTINÇÃO: mediante deliberação a Assembléia Geral, que distribuirá os bens a favor de uma Entidade de Assistência Social do Distrito Federal, Brasília-DF, em 20 de abril de 1988 — Antonia Alves da Silva — Presidente.

EDITAIS, AVISOS, DECLARAÇÕES

AVISO

EDITAL N° 001/88

CONCORRÊNCIA PARA OCUPAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE 02 (DOIS) BOXES PARA HORTIGRANJEIROS.
DATA: 10/06/88
HORA: 15:00 H.

A CEASA/DF, através da Comissão de Permissão de Uso de Áreas, torna público para conhecimento dos interessados, que na data e horário acima indicados, na sala de Reuniões da Administração, situada no SIA/SUL — Q. 07, n° 100 — Bloco 03, reunir-se-á a referida Comissão a fim de receber documentação e propostas de interessados na exploração dos boxes a que se refere o Edital epigrafado.

Brasília-DF, 18 de maio de 1988
COMISSÃO DE PERMISSÃO

SECRETARIA DE SAÚDE
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Chamamos a atenção dos interessados para a Concorrência abaixo

CONCORRÊNCIA Nº 006/88 — Contratação de serviços de vigilância para as Unidades Hospitalares da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.
CAPITAL SOCIAL MÍNIMO EXIGIDO: Cz$ 3.000.000,00 (Três milhões de cruzados), realizado e integralizado até a data de abertura da licitação.
DIA DA ABERTURA: 23.06.88, às 09:00 horas.

Outras exigências estão contidas no Edital à disposição dos interessados,no Edifício Pioneiras Sociais, sala 705, SMHS, Quadra 301, no horário comercial, nos dias úteis.

Brasília, 20 de maio de 1988

MARILDA ROSA NUNES
Presidente

(Dias 23, 24 e 25)

SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
COMPANHIA DE ÀGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA __ CAESB

AVISO DE LICITAÇÃO

REF:: TOMADA DE PREÇOS Nº TP-027/88 - CAESB, PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES DE FERRO FUNDIDO E DE PVC, COM RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DOS CÓDIGOS 12.211.231.231 e 12.211.300.031 E FINANCEIROS DO CTN-587/85-CEF/FAE E CTN-591/85-CEF/FAE, DE QUE TRATA O PROCESSO 001.899/88.

Chamamos a atenção dos interessados para a TOMADA DE PREÇOS Nº TP - 027/88-CAESB, em referência, que a COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA-CAESB, fará realizar o dia 07 de junho de 1988, às 15 horas, na Sala de Licitações, no segundo andar do Edifício — Sede da CAESB, no Setor Comercial Sul, Quadra 04, Bloco "A", nºs 67 a 97, em Brasília-Distrito Federal.

A aquisição do Edital deverá ser feita até o último dia útil ao da abertura das propostas, no horário de 08 às 11h e das 14 às 17 horas.

Maiores informações poderão ser obtidas no endereço acima.

Brasília, 20 de maio de 1988

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Presidente

SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
COMPANHIA DE ÀGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA — CAESB

AVISO DE LICITAÇÃO

REF.: TOMADA DE PREÇOS Nº TP-028/88-CAESB, PARA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS BÁSICOS E EXECUTIVO DE AMPLIAÇÃO E MELHORIAS NA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA DO SISTEMA RIO DESCOBERTO (ETA/SRD), COM RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NO CÓDIGO 12.211.300.043 E FINANCEIROS DO CTN 143/88-CEF, DE QUE TRATA O PROCESSO Nº 002.143/88.

Chamamos a atenção dos interessados para a TOMADA DE PREÇOS Nº TP-028/88-CAESB, em referência, que a COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA-CAESB, fará realizar no dia 09 de junho de 1988, às 15 horas, na Sala de Licitações, no segundo andar do Edifício - Sede da CAESB, no Setor Comercial Sul, Quadra 04, Bloco "A", nºs 67 a 97, em Brasília-Distrito Federal.

A aquisição do Edital deverá ser feita até o último dia útil ao da abertura das propostas, no horário de 08 às 11h e das 14 às 17 horas.

Maiores informações poderão ser obtidas no endereço acima.

Brasília, 20 de maio de 1988

Comissão de Licitação
Presidente

SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DA RECEITA
EDITAL Nº 05/88-DRT-DpR-SEF

O DIRETOR DA DIVISÃO DA RECEITA DE TAGUATINGA, tendo em vista o disposto no art. 246, III, da Lei nº 4.191, de 24.12.62, torna público a lavratura dos seguintes AUTOS DE INFRAÇÃO E APREENSÃO — AIA.

AIA	INSCRIÇÃO	RAZÃO SOCIAL	ARTIGOS INFRINGIDOS	VALOR CR$
17602	07052884-5	AUTO PEÇAS POPULAR LTDA.	Art. 82, inciso I-a e inciso X-b; 105, § 2º c/c o art.114; 135, in-I e 137 inciso I, do RICM, aprovado pelo Decreto nº 3.992/77.	Cz$ 3.530.733,23
17982	07094402-4	RÓCIO E RÓCIO LTDA.	Art. 82, inciso I, letra "a",(com a redação dos Decretos nºs 8.889/85 e 10.363/87), incisos III e X, letra "b"; art. 105, § 2º, c/c o art. 114, § 2º; 135, inciso I e 137, inciso I do RICM, aprovado pelo Dec. nº 3.992/77.	Cz$ 136.344,21
17776	045855-0	ABELAR PEÇAS E SERVIÇOS LTDA.	Art. 34, II; 83; 87, parágrafo único, inciso I e art. 157, do RISS aprovado pelo Dec.Nº 3.522/76 c/c o art.82, inciso X,b,do RICM, aprovado pelo Dec.nº 3.992/77.	Cz$ 218.777,11

Ficam os autuados INTIMADOS, na forma do art. 247, III, da Lei nº 4.191/62, a, no prazo de 20 dias, contados do 30º dia da publicação deste EDITAL, recolher o débito acima identificado com os acréscimos legais, ou, querendo, apresentar defesa nos termos do art. 252, da citada Lei, sob pena de REVELIA.

Taguatinga-DF, 05 de maio de 1988

ALANO JACOBINA AIRES

SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DA RECEITA

EDITAL Nº 05/88

O CHEFE DO SERVIÇO DE CRÉDITOS FISCAIS, tendo em vista decisão de primeira instância nos processos de AUTO DE INFRAÇÃO E APREENSÃO, dos contribuintes abaixo relacionados, que se encontram em lugar incerto e não sabidos, NOTIFICA-OS desta decisão e OS INTIMA, na forma do artigo 247, III, da Lei nº 4.191/62, para, no prazo de 20 dias, contados do 30º dia da publicação deste Edital, pagarem o valor da condenação apurado nos respectivos processos:

REGISTRO	PROCESSO	AIA	CONTRIBUINTE	NATUREZA	VALOR CR$
093/88	134000924/87	019378/87	PATTY CONFECÇÕES LTDA	ICM	226.134,71
122/88	134000103/88	019434/88	RICA REFEIÇÕES COLETIVAS LTDA	ICM	1.769.680,36

O não pagamento do débito implicará na imediata inscrição do valor em Dívida Ativa e cobrança executiva, salvo se apresentado RECURSO para a JUNTA DE RECURSOS FISCAIS, consoante o artigo 257 da supracitada Lei.

Brasília,-DF, 11 de maio de 1988

JADER GOODSON FERREIRA

SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DA RECEITA

EDITAL Nº 04/88

O CHEFE DO SERVIÇO DE CRÉDITOS FISCAIS, tendo em vista decisão de segunda instância no processo de AUTO DE INFRAÇÃO E APREENSÃO, do contribuinte abaixo relacionado, que se encontra em lugar incerto e não sabido, NOTIFICA-O desta decisão e O INTIMA, na forma do artigo 247, III, da Lei nº 4.191/62, para, no prazo de 10 dias, contados do 30º dia da publicação deste EDITAL, pagar o valor da condenação, apurado no respectivo processo:

REGISTRO	PROCESSO	AIA	CONTRIBUINTE	NATUREZA	VALOR CR$
[illegible]	[illegible]	[illegible]	SUPERMERCADO TRIGÃO LTDA	ICM	4.431.454,60

O não pagamento do débito implicará na imediata inscrição do valor em Dívida Ativa e cobrança executiva.

Brasília-DF. 11 de maio de 1988
JADER GOODSON FERREIRA

DEPARTAMENTO DE TURISMO
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 01/88

OBJETO: Execução de Serviço de instalação no Eixo Rodoviário Sul, por ocasião das comemorações da "Semana da Pátria", de Arquibancadas, Tribunas Cobertas, em estrutura metálica e piso de madeira, conforme especificações do Edital.:

DATA DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 20/06/88
HORÁRIO: 10:00 horas
LOCAL: Centro de Convenções de Brasília

EGÍDIO DANTAS DA GAMA
Comissão de Licitação
Presidente

BANCO CENTRAL DO BRASIL

TOMADA DE PREÇOS

DEMAP Nº 14/88 ABERTURA: 16.06.88

OBJETO: Fornecimento de insumos para máquinas xerox.
EDITAL: No Edifício-Sede do Banco Central, 2º subsolo, SBS, Brasília (DF).

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 02/88 — BRASÍLIA __ DF

O COORDENADOR REGIONAL DE SERVIÇOS GERAIS, DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INPS EM BRASÍLIA-DF, torna público que serão recebidas, até às 10:00 horas, do dia 02.06.88, na sala 700, localizada no SAS, Quadra 04, Bloco "K", propostas relativas à TOMADA DE PREÇOS nº 02/88, que será regida pelo Decreto-lei nº 2.300/86, tendo como objeto locação de serviços de limpeza e conservação de imóveis, a serem realizadas no Bloco "K", situado no SAS Quadra 04,e Posto de Benefícios de Sobradinho-DF. O **Edital** completo poderá ser obtido no SAS, Quadra 04, Bloco "K", sala 601, onde serão prestados quaisquer esclarecimentos sobre a Licitação, no horário de 12.00 às 17:00 horas.

DAR - Cz$ 2.400,00)

SECRETARIA DE FINANÇAS
JUNTA DE RECURSOS FISCAIS DO DISTRITO FEDERAL

PAUTA DE JULGAMENTO

Faço público, de Ordem do Exmo. Sr. Conselheiro JOÃO BISPO DOS SANTOS JÚNIOR, Presidente da Egrégia Junta de Recursos Fiscais do Distrito Federal, sediada no Edifício

Vale do Rio Doce, 12° andar, que constam da pauta da Sessão que se realizará no dia 26 de maio de 1988, (quinta-feira), às 15:00 horas, ou Sessão subseqüente, processos iniciados ou adiados e constantes das pautas anteriores, publicadas e mais os seguintes feitos:

PARA PROSSEGUIMENTO DE VOTAÇÃO:

RV: 129/87
RECORRENTE: REMETAL — Comércio e Reciclagem de Metais Ltda.
RECORRIDO: Departamento da Receita
RELATOR: Conselheiro Wellington Carlos Batista
ADVOGADO: Dr. Pedro Carreira Palmeira
REPRESENTANTE DA FAZENDA: Subprocuradora Geral Maria Helena dos Santos Carneiro
C/vista ao Conselheiro Gilberto Alves Nery

PARA INÍCIO DE VOTAÇÃO:

RV: 20/88
RECORRENTE: Isaurina Ferreira Alves
RECORRIDO: Serviço Autônomo de Limpeza Urbana
RELATOR: Conselheiro Luiz Gonzaga Theodoro
REPRESENTANTE DA FAZENDA: Procurador Adhemar Teixeira da Costa.

Junta de Recursos Fiscais do Distrito Federal

Em, 19 de maio de 1988

MÁRCIA MARIA ARAÚJO MARTINS
Assistente

SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DE MINÉRIOS E DERIVADOS DE PETRÓLEO DE BRASÍLIA-DF

SDS. ED. ELDORADO SALAS

611/612
— BRASÍLIA-DF FONE: 225.6461.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O PRESIDENTE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DE MINÉRIOS E DERIVADOS DE PETRÓLEO DE BRASÍLIA, no uso de suas atribuições, convoca todos os associados quites e em condições de votar para a ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, a realizar-se no dia 29 (vinte e nove) de maio de 1.988, às 9:00 horas, em 1ª convocação e às 10:00 horas em 2ª convocação, no SESC da Avenida Comercial Norte de Taguatinga-DF, para deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA:

a) Autorização para a Diretoria do Sindicato contratar financiamento junto à Caixa Econômica Federal, no valor de 10.000 OTN's, para aquisição da sede própria da Entidade.

Brasília-DF, 20 de maio de 1.988

RAIMUNDO MIQUILINO DA CUNHA

Presidente

(DAR - Cz$ 3.600,00)

GDF — SVO
TERRACAP
COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA

AVISO DE EDITAL
Nº 04/88-IMÓVEIS

A COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA — TERRACAP, leva ao conhecimento dos interessados que colocará em Licitação Pública, lotes destinados a COMÉRCIO LOCAL; COMÉRCIO E RESIDÊNCIA; RESIDÊNCIA; CHÁCARA; ASSOCIAÇÕES DE CLASSE, ASSOCIAÇÕES BENEFICENTES, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INSTITUTO PREVIDENCIÁRIO, CENTROS PAROQUIAIS E SERVIÇOS PÚBLICOS; USO MISTO; ASSOCIAÇÕES DE CATEGORIAS PROFISSIONAIS, ESTABELECIMENTO DE ENSINO EM GERAL (EXCETO ENSINO SUPERIOR), ENTIDADES RELIGIOSAS, CLÍNICAS (MÉDICAS, ODONTOLÓGICAS, VETERINÁRIAS), POSTOS DE INSPETORIAS DE SAÚDE, CENTRO COMUNITÁRIO, SERVIÇOS PÚBLICOS, COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO DE SERVIÇOS, ATIVIDADES DA ÁREA DE SAÚDE (EXCETO HOSPITAIS), ATIVIDADES DA ÁREA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, ATIVIDADES RELIGIOSAS, situados no Plano Piloto e Cidades-Satélites, obedecidas às condições do EDITAL Nº 04/88-IMÓVEIS, afixado no térreo do Edifício Sede da TERRACAP, localizado no Setor de Áreas Isoladas Norte — SAI/N, Bloco "F" (próximo ao Anexo do Palácio do Buriti), onde poderão obter exemplares ou maiores informações.

As propostas deverão ser entregues entre 9 (nove) e 10 (dez) horas do dia 21 de junho de 1988, no Auditório do Edifício Sede da Companhia, cuja abertura será realizada após o encerramento dos trabalhos relativos à primeira etapa (recebimento das propostas).

O depósito da CAUÇÃO poderá ser feito até o dia 20 de junho de 1988, em qualquer Agência do BANCO DE BRASÍLIA S/A — BRB.

O formulário próprio para apresentação da PROPOSTA DE COMPRA e RECOLHIMENTO DA CAUÇÃO, poderá ser encontrado no Banco acima mencionado, nas Administrações Regionais e na TERRACAP.

Brasília, 19 de maio de 1988

CARLOS MAGALHÃES DA SILVEIRA
Presidente

(Dias 20, 23 e 24)

TELECOMUNICAÇÕES DE BRASÍLIA S/A
TELEBRASÍLIA

AVISO DE LICITAÇÃO
SELEÇÕES RESTRITAS
Nºs 040 E 041/88-320.0

SR
040/88-320.0
041/88-320.0
OBJETO:
CABOS TELEFÔNICOS
CONECTOR AZUL

DATA DE ABERTURA	HORA:
01.06.88	15:00
02.06.88	15:00

Editais completos e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no local da Licitação SIA/SUL-ÁREA DE SERVIÇOS PÚBLICOS, CONJUNTO "D" — BRASÍLIA-DF, no horário das 8:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas — Fone: 061-105-2646/2249. Regulamento de Licitações e Contratações das Empresas do Sistema Telebrás.

Brasília, 20 de maio de 1988

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
(DAR — Cz$ 7.200,00)

(Dias 20, 23 e 24)

TELECOMUNICAÇÕES DE BRASÍLIA S/A
TELEBRASÍLIA
AVISO DE LICITAÇÃO
SELEÇÃO RESTRITA
Nº 042/88 — 320.0

OBJETO: CONFECÇÃO DE UNIFORMES P/ATENDENTES COMERCIAIS
DATA DE ABERTURA: 30.05.88
HORA: 15:00hs.

Editais completos e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no local da licitação SIA/SUL Área de Serviços Públicos — Conjunto "D", Brasília-DF, no horário das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas — Fone: (061) 105-2249 e 105-2630. Regulamento de Licitações e Contratações do Sistema Telebrás, publicado no D.O.U. de 21.09.87.

Brasília-DF, 20 de maio de 1988

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

DAR — Cz$ 7.200,00)

(Dias 20, 23 e 24)

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
EMPRESA BRASLEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DIRETORIA REGIONAL DE BRASÍLIA

CONCORRÊNCIA Nº 001/88
AVISO DE LICITAÇÃO — RETIFICAÇÃO

A ECT, através de sua Diretoria Regional de Brasília, retifica o valor do capital mínimo exigido na Concorrência acima para Cz$ 3.000.000,00. Retifica-se a data da licitação para 21/06/88. Ornilo Luso Ferreira Filho — Presidente da CPLS/DR/BSB

(Dias 20, 23 e 24)

EMPRESA DE PORTOS DO BRASIL S.A. — PORTOBRÁS
AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 009/88

1 — OBJETO:

Execução da Construção das Instalações Complementares para ampliação do Porto de Paranaguá — PR.

2. FORNECIMENTO DO EDITAL

À disposição dos interessados mediante o pagamento de Cz$ 400.000,00 (quatrocentos mil cruzados), na Seção de Compras, localizada no 1º andar do Ed.-sede da Empresa de Portos do Brasil S.A. — PORTOBRÁS, localizada no SAS. Quadra 01, Bloco "D" e "F" em Brasília-DF, no horário de 08:30 às 11:00 e das 14:30 às 17:30 horas.

3. RECEBIMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

Às 15:00 horas do dia 21 de junho de 1988, a Comissão de Recebimento e Julgamento, receberá e procederá a abertura das propostas na Sala de Licitações, localizada no 1º subsolo do Ed.-sede da PORTOBRÁS.

4. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

— Somente firmas nacionais individualmente ou consorciadas.

— Capital Social mínimo de Cz$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de cruzados), integralizado totalmente e registrado na Junta Comercial do Estado onde a Empresa tiver sua Sede.

5. OBSERVAÇÃO:

O presente aviso está sendo republicado em decorrência da alteração nas Condições de Participação.

Brasília, 18 de maio de 1988

SEBASTIÃO MOURÃO DA ROCHA
Chefe do Departamento de Administração Geral
— DEPAGE

(Dias 20, 23 e 24)

SECRETARIA DE SAÚDE
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO

Avisamos aos senhores interessados nas Tomadas de Preços de nºs 067/88 para o dia 26.05.88, às 15:00 horas e 068/88, 069/88, 071/88, 072/88, às 09:00, 10:00, 11:00 e 14:30 horas respectivamente, que o item 02 letra "d" do Edital, fica excluído, permanecendo inalteradas demais condições.

Brasília, 19 de maio de 1988

MARILDA ROSA NUNES
Presidente

SECRETARIA DE SAÚDE
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Chamamos a atenção dos interessados para as licitações abaixo:

TOMADA DE PREÇOS Nº 086/88 — Prestação de serviços de conserto e 01 (um) aparelho de Raio X superficial marca GENERAL ELETRIC.
CAPITAL SOCIAL MÍNIMO EXIGIDO: Cz$ 140.000,00 (cento e quarenta mil cruzados) realizado e integralizado até a data de abertura:
DIA DA ABERTURA: 08.06.88, às 09:00 horas.

TOMADA DE PREÇOS Nº 087/88 — Aquisição de ácido acético glacial P A. 1000ml Ácido carmínico. P. A. 25g e outros perfazendo o total de 40 itens.
CAPITAL SOCIAL MÍNIMO EXIGIDO: Cz$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzados) realizado e integralizado até a data de abertura.
DIA DA ABERTURA: 08.06.88, às 09:30 horas.

Outras exigências estão contidas no Edital à disposição dos interessados no Edifício Pioneirais Sociais, sala 705 SMHS, Quadra 301, no horário comercial, nos dias úteis.

Brasília, 19 de maio de 1988

MARILDA ROSA NUNES
Presidente

SECRETARIA DA CULTURA
FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

AVISO DE TOMADA DE PREÇOS

TOMADA DE PREÇOS Nº 002/88: C.L.FCDF
PROCESSO Nº: 081-000.985/88-FCDF
ABERTURA: às 15:00 horas do dia 10 de junho de 1988
OBJETO: Prestação de serviços de operação, manutenção técnica, preventiva e corretiva dos sistemas: elétrico de força e iluminação, hidráulico, gerador de emergência, ar condicionado central, hidrossanitário, eletromecânico de cena e elevadores de palco do Teatro Nacional de Brasília e Anexo.

O respectivo Edital encontra-se afixado no Edifício-sede da Fundação Cultural do Distrito Federal — FCDF, 1º andar, Anexo do Teatro Nacional, Via N2, Setor Cultural Norte. Para receber o Edital, o interessado deverá comparecer na Sala de Reuniões da Comissão de Licitação/FCDF, trazendo um carimbo com o nome (razão social) da firma interessada.

O Edital é gratuito.

FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL

CÉLIO TORRES
Diretor Deptº Administração Geral

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
ACADEMIA DE POLÍCIA CIVIL — APC

CONCURSO PÚBLICO E INTERNO PARA DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAL Nº 002/88-APC

O DIRETOR DA ACADEMIA DE POLÍCIA CIVIL — APC, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que dispõe o Edital nº 001/86-APC, publicado no DODF nº 161, de 25.05.86 e republicado no DODF nº 164, de 28.08.86, e observando o constante no Aditamento ao Edital nº 001/87-APC, publicado no DODF nº028, de 09.02.87, torna público o seguinte: 1. Fica excluído da Listagem de Resultado Final constante ao Edital nº 002/87-APC/DF — Candidatos Concorrentes a Progressão Funcional, publicado no DODF nº089, de 15.05.87, o candidato JOSECI DE ARAÚJO — Inscrição nº 185-APC-DF, em virtude de Decisão Judicial na Apelação Cível nº 16.880/88 — Tribunal de Justiça do Distrito Federal, denegando a Segurança e Cassando os efeitos da liminar anteriormente concedida nos Autos do Mandado de Segurança nº 4.435/87 — 4ª VFPDF.

2. Ficam alteradas a partir do 24º (vigésimo quarto) lugar, subsequentemente, as demais classificações.

3. Ficam mantidas as demais disposições constantes do Edital nº 002/87-APC, publicado no DODF nº 089, de 15.05.87, que não foram expressamente alteradas por este Edital.

Brasília, 18 de maio de 1988

JOSÉ RAIMUNDO PERDIGÃO RODRIGUES DA CUNHA

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

TOMADA DE PREÇOS Nº 14/88

AVISO

OBJETO — Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva e assistência técnica em máquinas de escrever, elétrica e eletrônica, e calculadoras.

DIA — 06 (seis) de junho de 1988, às 09:00 horas.

EDITAL — Acha-se afixado na Divisão de Licitação e Compras do Departamento de Administração da Diretoria Administrativa da Presidência da República, localizada no Bloco 3, 2º andar, do Anexo ao Palácio do Planalto, nesta Capital, onde serão fornecidas cópias aos interessados.

Brasília (DF), 18 de maio de 1988

ADÃO STRAUB
Presidente/Comissão

(Dias 23, 24 e 25)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA REFORMA E DO DESENVOLVIMENTO AGRÀRIO — MIRAD
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 08/88
AVISO

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MINISTÉRIO DA REFORMA E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO — MIRAD torna público que às 10:00 (dez) horas do dia 07 (sete) de junho de 1988, na Sala de Reunião do Edifício Palácio da Agricultura (Sala 1008), no 10º andar, Setor Bancário Norte, em Brasília-DF, receberá os documentos e as propostas para a contratação de firma, para a prestação dos serviços de operação das aeronaves de propriedade do MIRAD, dos tipos BEECHCRAFT KING AIR — Modelo B-90, SENECA III e PIPER ASTECA.

O Edital contendo as especificações, bem como quaisquer esclarecimentos poderão ser obtidos na Comissão Permanente de Licitação do MIRAD, em endereço acima mencionado.

Brasília-DF, 18 de maio de 1988

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
MIRAD

MINISTÉRIO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE MATERIAL
EDITAL DA TOMADA DE PREÇOS Nº 05/88
OBJETO DA LICITAÇÃO

Aquisição de material gráfico destinado a Gráfica do Centro de Documentação e Informática-CDI, deste Ministério. **Data da abertura** dia 08 de junho de 1988, às 15:00 (quinze) horas. **Local:** Edifício-Anexo do Ministério do Trabalho, 1º andar, Ala 'A" — Sala 127 da Divisão de Material. Às firmas licitantes deverão adquirir o Edital da Tomada de Preços nº 05/88, através da Fundação Lindolfo Collor-FUNDALC, no Edifício-Anexo do Ministério do Trabalho, Ala "B", 1º andar, Sala 114, Brasília-DF, mediante o pagamento, no ato de Cz$ 4.000,00 (quatro mil cruzados),

Brasília, 18 de maio de 1988

EDMÉA BRAZ DAS TRINAS
Presidente

MT — DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM — DNER
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL Nº 02/88
TOMADA DE PREÇOS

O DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM — DNER, através de sua Representação no Distrito Federal sito no Setor de Autarquias Norte — Quadra 03, lote "A", 4º andar do Edifício Núcleo dos Transportes, nesta Capital, torna público que fará realizar no dia 10 de junho de 1988, às 15:00 horas, licitação para execução de Serviços de Operação e Manutenção e Assistência Técnica aos equipamentos do Sistema de Ar Condicionado, Ventilação e Exaustão, instalados nas dependências do Edifício Núcleo dos Transportes, situado no Setor de Autarquias Norte, Quadra 03, lote "A".

Os interessados poderão obter o Edital e informações sobre a licitação no endereço acima citado, sala 41.160/2.

Brasília, DF, 19 de maio de 1988
Engº DOUGLAS PLAUTZ
Presidente da Comissão
Permanente de Licitação

(Dias 23, 24 e 25)

IDEAL TINTAS LTDA — ME
DECLARAÇÃO

IDEAL TINTAS LTDA — ME, sita à CSB 07, lote 01, loja 01, Taguatinga-DF, inscrição de ICM nº 07078729-8, declara que foram extraviados os livros fiscais: Registro de Entrada, Registro de Saída, Registro de Inventário, Apuração de ICM, Cartão de Inscrição de ICM.

(DAR-Cz$ 1.200,00)